



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Engenharias

# **Identidade Cultural**

## **A Casa do Centro Histórico de Guimarães**

**Marisa Daniela Cardoso Silva**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**ARQUITETURA**  
(Ciclo de Estudos Integrado)

Orientador: Prof. Doutor Doutor João Carlos Gonçalves Lanzinha  
Coorientador: Prof. Doutor Miguel João Mendes do Amaral Santiago Fernandes

**Covilhã, junho de 2018**



A ti Pai, o meu herói sem capa.





A minha primeira palavra de agradecimento vai para o meu orientador, por todo o tempo que disponibilizou para me ajudar. Obrigada por me fazer valorizar a minha opinião crítica e pelo pastel de natal na nossa primeira reunião.

Ao meu coorientador, por ter sido um professor dentro da sala de aula e acima de tudo um grande amigo fora.

Ao GTL, na pessoa do Sr. Jaime Filipe, por se ter prontificado a ajudar.

Aos amigos eternos que a Covilhã me ofereceu, por todas as histórias que passamos juntos.

À minha família azul, a minha tuna, o meu refúgio.



## RESUMO

Guimarães, classificada pela UNESCO em 2011 cidade do Património Cultural da Humanidade, é o berço da nação portuguesa. A presente dissertação consiste num processo de investigação e estudo sobre a identidade cultural do centro histórico de Guimarães e os seus planos de reabilitação e conservação, especialmente no contexto habitacional.

Sendo uma cidade com grande valor histórico, começou por se desenvolver dentro das muralhas que também se foram alongando por questões essencialmente defensivas. Esta zona intramuralhas é considerada o centro histórico, zona de especial proteção, e é também o enfoque desta dissertação. Na década de 80 a Câmara de Guimarães fundou o Gabinete Técnico Local, liderado pela Arquiteta Alexandra Gestas, responsável pela reestruturação e reabilitação da cidade. Seguindo assim novas políticas urbanas, que já se espalhavam pela Europa, inicia-se uma fase de reabilitação urbanística e arquitetónica da cidade com a premissa de manter o valor patrimonial e identitário, respondendo às novas exigências sociais. Por último apresenta um estudo das habitações características do centro histórico dado que nas suas intervenções sempre foi fomentado o uso de técnicas e materiais tradicionais. Este estudo será a base de um trabalho prático com duas propostas de reabilitação para duas casas do centro histórico de Guimarães - uma casa comum e um palacete burguês.

## Palavras-chave

Centro Histórico; Identidade Cultural; Casa; Reabilitação; Guimarães; GTL;



## **ABSTRACT**

Guimarães, a city classified by UNESCO as World Heritage in 2011, is the cradle/ crib of the Portuguese nation. The present dissertation consists in a process of investigation and study on the cultural identity of Guimarães' historical centre and its plans of rehabilitation and conservation, especially in the housing context.

Being a city with great historical value, Guimarães had its initial development inside the walls that stretched along with time essentially because of defensive matters. The area inside the walls, as knowns as historical centre, has special protection and it is the principal subject in this dissertation.

In the 80's Guimarães' city hall founded the Local Technical Office (GTL) whose leadership belonged to the Architect Alexandra Gestas. She was responsible for the restructuring and rehabilitation of the city. New urban politics, spread all over Europe, were used to initiate a phase of urbanistic and architectonic rehabilitation in town with the goal of keeping patrimonial and identity value but still answering to the new society needs.

At last, this work presents the study of usual historical centre houses' technical features given that in them were used the most traditional materials and technics. This study is the root for a practical work with two proposals for the rehabilitation of two houses in the historical centre - a common one and a bourgeois mansion.

## **Keywords**

Historical Center; Cultural Identity; House; Rehabilitation; Guimarães; GTL;

# ÍNDICE

<b>1_INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
1.1 Enquadramento Introdutório .....	5
1.2 Objetivos e Estruturação .....	6
<b>2_CENTROS HISTÓRICOS.....</b>	<b>9</b>
2.1 Definição de Centro Histórico.....	11
2.2 Componentes Urbanísticas dos Centros Históricos .....	11
2.2.1 Habitação.....	12
2.2.2. Edificado .....	13
2.2.3 Património .....	14
2.2.4 Espaço Público .....	14
2.2.5 Infraestruturas e Mobilidade .....	15
2.3 Planos de Intervenção em Centros Históricos .....	18
2.3.1 Centro Histórico de Varsóvia .....	18
2.3.1.2 Varsóvia, atualmente .....	22
2.3.2 Baixa Pombalina.....	26
2.3.3 Atuais Problemáticas da Baixa.....	28
2.3.3 Estratégias para a Preservação e Revitalização .....	32
2.4 Centros históricos- Problemáticas comuns .....	35
<b>3_O CENTRO HISTÓRICO GUIMARÃES .....</b>	<b>37</b>
3.1 “Duas vilas, um só Povo” .....	39
3.2 - Intervenção do Gabinete Técnico Local na Reabilitação Urbana em Guimarães .....	47
3.3 Habitação típica do Centro Histórico .....	53
3.3.1 Evolução construtiva do edificado habitacional.....	54
3.3.2 A construção Vimaranense e a construção Portuense .....	58
<b>4_CARATERIZAÇÃO DA CASA DO CENTRO HISTÓRICO .....</b>	<b>61</b>
4.1 A casa Vimaranense .....	63
4.2 Estruturas Primárias .....	63
4.3 Estruturas Secundárias .....	68
4.4 Materiais .....	73
4.4.1 Granito.....	74
4.4.2 Madeira .....	74
4.4.3 Tijolo maciço .....	75
4.4.4 Argamassas.....	75
4.4.5 Azulejo.....	75
4.4.6 Tintas .....	76

4.5 Caixilharias .....	77
4.5.1 Caixilharias exteriores .....	78
4.5.2 Caixilharias interiores.....	82
<b>5_CASOS DE ESTUDO .....</b>	<b>85</b>
5.1 Enquadramento .....	87
5.2 Casa 77 .....	89
5.2.1 Elementos Primários e Secundários .....	92
5.2.2 Pavimentos .....	92
5.2.3 Revestimentos .....	92
5.2.4 Caixilharias.....	93
5.2.4.1 Vãos Exteriores .....	93
5.2.4.2 Vãos Interiores .....	93
5.2.5 Tetos .....	93
5.3 Casa dos Pobres .....	93
5.3.1 Elementos Primários e Secundários .....	96
5.3.2 Pavimentos .....	96
5.3.3 Revestimentos .....	98
5.3.4 Caixilharias.....	98
5.3.4.1 Vãos Exteriores .....	98
5.3.4.2 Vãos Interiores .....	98
5.3.4 Tetos .....	98
<b>6_CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>105</b>





## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> - Arcadas da Praça da Oliveira, Anos 30. Fernando Sequeira Neves .....	3
<b>Imagem 2</b> - Praça da Oliveira durante a Feira Afonsina, 2016. Foto do autor .....	9
<b>Imagem 3</b> - Carros estacionados nos locais destinados a peões in Gehl, Jan; <i>Cidades para pessoas; Ed. Perspectiva</i> , 2013.....	17
<b>Imagem 4</b> - Straedet, Copenhaga in Gehl, Jan; <i>Cidades para pessoas; Ed. Perspectiva</i> , 2013.....	17
<b>Imagem 5</b> - Straedet, Copenhaga in Gehl, Jan; <i>Cidades para pessoas; Ed. Perspectiva</i> , 2013.....	17
<b>Imagem 6</b> - Amagertov, Copenhaga. <a href="http://transpressnz.blogspot.com/2013/06/traffic-in-amagertov-copenhagen.html">http://transpressnz.blogspot.com/2013/06/traffic-in-amagertov-copenhagen.html</a> ; acedido em outubro, 2017 .....	17
<b>Imagem 7</b> - Amagertov, 2015. <a href="https://seek.rs/image/1967/pa-classtumblr-blog-hrefhttpsecretrepubliccompost8">https://seek.rs/image/1967/pa-classtumblr-blog-hrefhttpsecretrepubliccompost8</a> ; acedido em Outubro, 2017.....	17
<b>Imagem 8</b> - Federation Square, Melbourne. <a href="https://www.australia.com/content/australia/en/places/melbourne-and-surrounds/guide-to-federation-square/jcr:content/mainParsys/hero_a698/ImageTile/image.adapt.1663.medium.jpg">https://www.australia.com/content/australia/en/places/melbourne-and-surrounds/guide-to-federation-square/jcr:content/mainParsys/hero_a698/ImageTile/image.adapt.1663.medium.jpg</a> ; acedido em outubro, 2017.....	17
<b>Imagem 9</b> - Mapa de Varsóvia. Desenho do autor .....	19
<b>Imagem 10</b> - Construção de uma barricada em Śródmieściu, 1944 <a href="http://nowahistoria.interia.pl/historia-na-fotografii/powstanie-warszawskie-zdjecie,ild,1531874,iAld,122175">http://nowahistoria.interia.pl/historia-na-fotografii/powstanie-warszawskie-zdjecie,ild,1531874,iAld,122175</a> ; acedido em novembro 2017.....	19
<b>Imagem 11</b> - Destruição da cidade durante a guerra, 1944 <a href="http://nowahistoria.interia.pl/historia-na-fotografii/powstanie-warszawskie-zdjecie,ild,1531874,iAld,122175">http://nowahistoria.interia.pl/historia-na-fotografii/powstanie-warszawskie-zdjecie,ild,1531874,iAld,122175</a> ; acedido em novembro 2017.....	21
<b>Imagem 12</b> - Destroços da coluna do Rei Sigismundo, 1945 <a href="http://nowahistoria.interia.pl/historia-na-fotografii/powstanie-warszawskie-zdjecie,ild,1531874,iAld,122175">http://nowahistoria.interia.pl/historia-na-fotografii/powstanie-warszawskie-zdjecie,ild,1531874,iAld,122175</a> ; acedido em novembro 2017.....	21
<b>Imagem 13</b> - Ruínas da Praça do Mercado, 1945 <a href="http://nowahistoria.interia.pl/historia-na-fotografii/powstanie-warszawskie-zdjecie,ild,1531874,iAld,122175">http://nowahistoria.interia.pl/historia-na-fotografii/powstanie-warszawskie-zdjecie,ild,1531874,iAld,122175</a> ; acedido em novembro 2017.....	21
<b>Imagem 14</b> - Vista área do centro de Varsóvia. Desenho do autor, 2017 .....	23
<b>Imagem 15</b> - Praça do Mercado, atualmente <a href="http://poucamala.com.br/old-town-cidade-velha-de-varsovia/">http://poucamala.com.br/old-town-cidade-velha-de-varsovia/</a> ; acedido em novembro, 2017.....	23
<b>Imagem 16</b> - Praça do Mercado, atualmente. <a href="http://poucamala.com.br/old-town-cidade-velha-de-varsovia/">http://poucamala.com.br/old-town-cidade-velha-de-varsovia/</a> ; acedido em novembro, 2017.....	23
<b>Imagem 17</b> - Coluna do Rei Sigismundo, que voltou a ser erguida no mesmo local. <a href="http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/10.118/6355">http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/10.118/6355</a> ; acedido em novembro 2017 .....	25
<b>Imagem 18</b> - Monumento do Levante de Varsóvia. <a href="https://www.penaestrada.blog.br/a-triste-memoria-do-gueto-de-varsovia/#prettyPhoto">https://www.penaestrada.blog.br/a-triste-memoria-do-gueto-de-varsovia/#prettyPhoto</a> ; acedido em novembro, 2017 .....	25
<b>Imagem 19</b> - Gravura da época do Terramoto, 1775 <a href="http://ncultura.pt/o-devastador-terramoto-de-1755/3">http://ncultura.pt/o-devastador-terramoto-de-1755/3</a> ; acedido em Dezembro, 2017.....	25
<b>Imagem 20</b> - Planta de Lisboa antes de 1755. Sucessivas cercas que foram construídas para defender a cidade in Evangelista, Sandra; <i>Sustentabilidade em Centros Históricos- A baixa Pombalina; Universidade Técnica de Lisboa</i> , 2008.....	27
<b>Imagem 21</b> - Planta de Lisboa de João Tinoco, 1650 in Evangelista, Sandra; <i>Sustentabilidade em Centros Históricos- A baixa Pombalina; Universidade Técnica de Lisboa</i> , 2008 .....	27

<b>Imagem 22</b> - Planta da reconstrução de Lisboa por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel in Evangelista, Sandra; Sustentabilidade em Centros Históricos- A baixa Pombalina; Universidade Técnica de Lisboa, 2008 .....	27
<b>Imagem 23</b> - Pintura do Marquês de Pombal, Louis Michel Van Lo 1766. <i>https://ummarderecordacoes.blogs.sapo.pt/os-grandes-portugueses-29-marques-de-123910</i> ; acedido em dezembro 2017.....	29
<b>Imagem 24</b> - Maquete do sistema construtivo pombalino <i>http://baixapombalina.blogspot.com/2004</i> ; acedido em Dezembro, 2017.....	29
<b>Imagem 25</b> - Esquema em Corte da Construção Pombalina. <i>http://baixapombalina.blogspot.com/2004</i> ; acedido em dezembro, 2017.....	29
<b>Imagem 26</b> - Fotografia da exposição “Lisboa à Janela”. <i>http://www.sabado.pt/gps/detalhe/lisboa-a-janela-uma-exposicao-para-combater-a-solidao</i> ; acedido em dezembro, 2017 .....	29
<b>Imagem 27</b> - Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, pela Câmara Municipal de Lisboa. Desenho do autor, 2017 .....	31
<b>Imagem 28</b> -Obras de reabilitação de um edifício pombalino. Randolph Langenbach, 2003 .....	31
<b>Imagem 29</b> - Largo da Oliveira,1942. Fernando Sequeira Neves.....	37
<b>Imagem 30</b> - Planta da evolução urbana de Guimarães, entre 950 e 1279. A unificação gótica da cidade. A linha vermelha representa o principal percurso de chegada, na época medieval, a Guimarães, que tinha como fim a Praça Maior .....	41
<b>Imagem 31</b> - Planta da evolução urbana de Guimarães, entre 1279 e 1498. Plantas de Bernardo Ferrão in Afonso, José Ferrão; Ferrão, Bernardo José, <i>Guimarães Património Cultural da Humanidade</i> , vol. I. Guimarães: CMG., Gabinete Técnico Local, 2002; modificadas pelo autor .....	41
<b>Imagem 32</b> - Planta da evolução urbana de Guimarães, entre 1498 e 1750. Plantas de Bernardo Ferrão in Afonso, José Ferrão; Ferrão, Bernardo José, <i>Guimarães Património Cultural da Humanidade</i> , vol. I. Guimarães: CMG., Gabinete Técnico Local, 2002; modificadas pelo autor .....	43
<b>Imagem 33</b> - Planta da evolução urbana de Guimarães, entre 1750 e 1863. Plantas de Bernardo Ferrão in Afonso, José Ferrão; Ferrão, Bernardo José, <i>Guimarães Património Cultural da Humanidade</i> , vol. I. Guimarães: CMG., Gabinete Técnico Local, 2002; modificadas pelo autor .....	43
<b>Imagem 34</b> - Planta da evolução urbana de Guimarães, entre 1924 e 1974. Ampliação e renovação moderno-monumental da cidade. Plantas de Bernardo Ferrão in Afonso, José Ferrão; Ferrão, Bernardo José, <i>Guimarães Património Cultural da Humanidade</i> , vol. I. Guimarães: CMG., Gabinete Técnico Local, 2002; modificadas pelo autor.....	45
<b>Imagem 35</b> - Planta da evolução urbana de Guimarães, entre 1863 e 1924. Expansão ecleticista e industrial da cidade. Plantas de Bernardo Ferrão in Afonso, José Ferrão; Ferrão, Bernardo José, <i>Guimarães Património Cultural da Humanidade</i> , vol. I. Guimarães: CMG., Gabinete Técnico Local, 2002; modificadas pelo autor.....	45
<b>Imagem 36</b> - Planta atual de Guimarães, sem escala. A área demarcada trata-se da zona protegida como património mundial, em 2011. Câmara Municipal de Guimarães .....	47
<b>Imagem 37</b> - Planta do proposto urbano para a Praça de Santiago, 1985. Arquivo GTL.....	51
<b>Imagem 38</b> - Fotografia da Praça de Santiago, 1983. Arquivo Fundação Marques da Silva .....	51
<b>Imagem 39</b> - Foto atual da Praça de Santiago, durante a Feira Afonsina, 2017. Foto do autor .....	51
<b>Imagem 40</b> - Esboços para a intervenção urbanística no Largo João Franco, 1995. GTL com colaboração de Fernando Távora. Arquivo GTL .....	51
<b>Imagem 41</b> - Fotografia do Largo João Franco, 1984. Arquivo Fundação Marques da Silva .....	51
<b>Imagem 42</b> - Fotografia atual do Largo João Franco, 2018. Portugal em 360°. <i>http://braga.360portugal.com/Concelho/Guimaraes/LargoJoaoFranco/</i> ; acedido em janeiro 2018.....	51

<b>Imagem 43</b> - Enquadramento da Rua Egas Moniz, 1976. <i>http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73360</i> ; acedido em junho 2018..	53
<b>Imagem 44</b> - Fachada Principal da casa da Rua Egas Moniz (antiga Rua Nova), 1976. <i>http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73360/</i> ; acedido em junho 2018 .....	53
<b>Imagem 45</b> - Piso superior da casa da Rua Egas Moniz, 1976. <i>http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73360/</i> ; acedido em junho 2018 .....	53
<b>Imagem 46</b> - Placa Comemorativa do Prémio Europa Nostra, 2009. <i>http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2628</i> , acedido em junho 2018 .....	53
<b>Imagem 47</b> - Enquadramento da Rua Egas Moniz, 2009. <i>http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2628</i> ; acedido em junho 2018 .....	53
<b>Imagem 48</b> - Vista da cidade de Guimarães, 1898 in <i>Guimarães, Fernandes Joaquim, Guimarães do passado e do presente, Câmara Municipal, 1985</i> .....	55
<b>Imagem 49</b> - Fotografia do Campo da Feira, data incerta (entre 1860 e 1870). Arquivo Sociedade Martins Sarmento .....	55
<b>Imagem 50</b> - Vista da cidade de Guimarães, 1934. Arquivo Sociedade Martins Sarmento .....	55
<b>Imagem 51</b> - Vista da cidade Guimarães, início do século XX. Arquivo Sociedade Martins Sarmento	55
<b>Imagem 52</b> - Largo Martins Sarmento, 1900 in <i>Guimarães, Fernandes Joaquim, Guimarães do passado e do presente, Câmara Municipal, 1985</i> .....	57
<b>Imagem 53</b> - Fotografia da antiga Rua de Alcobaça, 1926 in <i>Guimarães, Fernandes Joaquim, Guimarães do passado e do presente, Câmara Municipal, 1985</i> .....	57
<b>Imagem 54</b> - Antiga Rua de Santa Cruz, 1947 in <i>Guimarães, Fernandes Joaquim, Guimarães do passado e do presente, Câmara Municipal, 1985</i> .....	57
<b>Imagem 55</b> - Largo da Condessa do Juncal, 2017. Foto do autor .....	59
<b>Imagem 56</b> - Zona da Ribeira, Porto, 2016. Foto do autor.....	59
<b>Imagem 57</b> - Colmar, França, 2017. <i>https://www.build-green.fr/colombage-et-pans-de-bois-ces-plus-anciennes-maisons-de-france/</i> ; acedido em janeiro 2018 .....	59
<b>Imagem 58</b> - Estrutura de uma parede em taipa de rodízio. Reabilitação de um edifício na Rua Egas Moniz, Guimarães, 2007. Arquivo GTL .....	59
<b>Imagem 59</b> - Estrutura típica da parede das construções medievais francesas, 2011. <i>https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ec/Rances_pan_de_bois_%281%29.jpg</i> , acedido em maio, 2018.....	59
<b>Imagem 60</b> - Praça de Santiago, Guimarães in <i>Guimarães, Fernandes Joaquim, Guimarães do passado e do presente, Câmara Municipal, 1985</i> .....	61
<b>Imagem 61</b> - Estrutura de uma parede em taipa de rodízio in <i>Teixeira, Gabriela de Barbosa; Belém, Margarida da Cunha - “Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção”. CRAT Centro Regional de Artes Tradicionais, 1999</i> .....	65
<b>Imagem 62</b> - Obras de Reabilitação de uma habitação no centro histórico de Guimarães, 2011. Arquivo GTL.....	65
<b>Imagem 63</b> - Obras de Reabilitação de uma habitação no centro histórico de Guimarães. Arquivo GTL.....	65
<b>Imagem 64</b> - Travamento múltiplo, em cruz. Ana Rita Matas, 2014 .....	67

<b>Imagem 65</b> - Travamento simples, em forma de N. Fotografia do interior de uma parede de meação de uma casa no centro histórico de Guimarães. Ana Rita Matos, 2014 .....	67
<b>Imagem 66</b> - Tijolo maciço com corte lateral em V, utilizado para a construção de paredes em taipa de rodízio. Foto do autor, 2017 .....	67
<b>Imagem 67</b> - Obras de Reabilitação de uma habitação no centro histórico de Guimarães. Arquivo GTL, 2014 .....	69
<b>Imagem 68</b> - Obras de Reabilitação de uma habitação no centro histórico de Guimarães. Arquivo GTL, 2014 .....	69
<b>Imagem 69</b> - Obras de Reabilitação de uma habitação no centro histórico de Guimarães. Arquivo GTL, 2014 .....	69
<b>Imagem 70</b> - Interior de uma parede em taipa de fasquio. Reabilitação de uma habitação no centro histórico de Guimarães. Arquivo GTL, 2011 .....	71
<b>Imagem 71</b> - Esquema do interior de uma parede em taipa de fasquio. Desenho do autor .....	71
<b>Imagem 72</b> - Passadiço da Viela da Arrochela, 2017. Foto do autor .....	73
<b>Imagem 73</b> - Passadiço da Viela da Arrochela, 2017. Foto do autor .....	73
<b>Imagem 74</b> - Claraboia de uma habitação no centro histórico de Guimarães. Arquivo GTL, 2011 ....	73
<b>Imagem 75</b> - Pigmentos para elaboração de tintas. Programa PAGUS em Guimarães. Arquivo GTL .....	77
<b>Imagem 76</b> - Preparação das tintas. Programa PAGUS em Guimarães. Arquivo GTL.....	77
<b>Imagem 77</b> - Aplicação das tintas numa superfície de madeira para teste. Programa PAGUS em Guimarães. Arquivo GTL.....	77
<b>Imagem 78</b> - Esquema em corte de uma porta com duas folhas, rematada com uma bandeira. Desenho do autor .....	79
<b>Imagem 79</b> - Esquema de uma janela em sacada, encimada por uma bandeira, e preenchida a vidro e almofadas na parte inferior. Desenho do autor .....	81
<b>Imagem 80</b> - Esquema de uma janela de guilhotina, com uma esquadria quadrangular preenchida por vidro. Desenho do autor .....	81
<b>Imagem 81</b> - Esquema de uma porta interior, encimada por uma bandeira que possibilita a passagem de luz, de duas folhas. Desenho do autor .....	83
<b>Imagem 82</b> - Esquema do sistema de encaixe macho-fêmea. Desenho do autor .....	83
<b>Imagem 83</b> - Claraboia da Casa dos Pobres, 1992. Arquivo GTL.....	85
<b>Imagem 84</b> - Fotografia de Satélite da cidade de Guimarães. Desenho do autor .....	87
<b>Imagem 85</b> - Fachada Este da Casa 77, 2017. Foto do autor .....	89
<b>Imagem 86</b> - Fachada Norte da Casa dos Pobres, 2017. Foto do autor. ....	89
<b>Imagem 87</b> - Largo dos Laranjais, 2018. Foto do autor.....	91
<b>Imagem 88</b> - Relação da Casa 77 com a envolvente, 2018. Foto do autor.....	91
<b>Imagem 89</b> - Interior da habitação, em fase de remodelações. Arquivo GTL .....	91
<b>Imagem 90</b> - Maquete esquemática do interior da parede em taipa de fasquio. Maquete do autor ..	91
<b>Imagem 91</b> - Praça de Donães, atualmente. Foto do autor .....	95
<b>Imagem 92</b> - Obras para demolição do edifício para dar lugar à Praça de Donães.....	95
<b>Imagem 93</b> - Edifício conhecido como 'Casa dos Pobres' <a href="https://www.cm-guimaraes.pt/frontoffice/pages/1116?news_id=2548">https://www.cm-guimaraes.pt/frontoffice/pages/1116?news_id=2548</a> ; acedido em Maio de 2018.....	95
<b>Imagem 94</b> - Parede em taipa de fasquio, primeiro andar. Arquivo GTL, 2016.....	97
<b>Imagem 95</b> - Registo do estado da claraboia e os seus desenhos em estuque. Arquivo GTL, 1992...	97

<b>Imagem 96</b> - Lanternim, com chapa zincada à vista. Arquivo GTL, 2016 .....	97
<b>Imagem 97</b> - Solete de ardósia. Exemplar removido da casa. Foto do autor, 2017 .....	99
<b>Imagem 98</b> - Degradação dos tetos estucados. Arquivo GTL, 1992.....	99
<b>Imagem 99</b> - Paleta de cores em tinta de óleo, testados numa ripa de madeira. Foto do autor, 2017 .....	99
<b>Imagem 100</b> - Casas da Praça de Santiago, Guimarães. in <i>Guimarães, Fernandes Joaquim, Guimarães do passado e do presente, Câmara Municipal, 1985</i> .....	101

## **Acrónimos e Siglas**

**ARU**- Área de Reabilitação Urbana

**CMG** - Câmara Municipal de Guimarães

**CML**- Câmara Municipal de Lisboa

**DCH** - Divisão do Centro Histórico

**DGOTDU**- Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

**FEDER** - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

**GCH**- Gabinete do Centro Histórico

**GMR**- Guimarães

**GTL**- Gabinete Técnico Local

**ICOMOS** - Instituto para a Conservação de Monumentos e Sítios

**IGOT**- Instituto de Geografia e de Ordenamento do Território

**PAMUS** - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável

**PDM** - Plano Diretor Municipal

**PGUG**- Plano Geral de Urbanização de Guimarães

**PRU** - Programa de Reabilitação Urbana

**PVP**- Programa de valorização do Património

**RECRIA** - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

**SMS** - Sociedade Martins Sarmento

**SRU** - Sociedade de Reabilitação Urbana

**UNESCO**- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura







*“Ad vos homines qui venistis populare in  
Vimarenes et ad illos qui ibi habitare voluerint...”*  
(Conde D. Henrique, 1096)



# 1

## INTRODUÇÃO



Imagem 1 - Arcadas da Praça da Oliveira, Anos 30

## Capítulo 1

1.1. Enquadramento Introdutório

1.2. Objetivos e Estruturação

## 1.1 Enquadramento Introdutório

Atualmente, a reabilitação é uma preocupação cada vez maior e comum. O património construído das sociedades é constantemente ameaçado, seja pelo seu desgaste natural ou pelas intervenções que vai sofrendo causadas pelo Homem. Seja através do vandalismo, demolições, guerras ou até mesmo por questões políticas, o Homem tornou-se no agente que mais interfere, originando ao longo do tempo grandes perdas para a história da arquitetura e das próprias sociedades. A herança cultural que chega até aos dias de hoje resultou da preocupação pela salvaguarda das obras que foram corretamente reconhecidas e valorizadas ao longo dos séculos.

Durante muitos anos, o contexto da reabilitação esteve diretamente relacionado à recuperação do património monumental. As intervenções arquitetónicas no sentido de preservação dirigiam-se a Castelos, Fortalezas, Conventos, Igrejas e Palácios. No século XIX, nas suas críticas, Ruskin afirmava que *“o problema está em saber o que ainda é possível salvar. Hoje, nada do que diga respeito à arte não pode ter mais importância que as suas medidas de proteção. Tudo o resto pode esperar (...). Resta pouco tempo para a salvaguarda. Depois, poderemos criar, mas hoje somente que preservar (...)”* (Ruskin cit.por Françoise Choay, 2011)

Mais recentemente, a reabilitação passou a abranger também o contexto urbano. Foi nas ruas, no edificado comum, nos quarteirões, nas praças e largos que se desenvolveram as identidades das cidades, do seu povo e até da nação. É efetivamente através das construções, ainda que anónimas, que resulta um conjunto urbano no qual nasce o espírito de um local, uma forma de viver ou memórias que transcendem gerações. A questão da identidade de um local também deverá ser um assunto debatido. Será mais válida a dor que Amália cantou no fado do que uma cidade tradicional para a identidade de uma nação?

Vivemos num tempo instável, apressado e em constante mutação, no qual as nossas comunidades dificilmente encontram espaço para a reflexão e negam a diversidade cultural na procura de um progresso individual e material. O maior património que poderá ter a humanidade é, primeiramente, o Homem pois, é ele que conduz os valores éticos e morais da tradição. Isto significa que as questões culturais deverão fazer parte das preocupações primárias da humanidade. Relativamente à reabilitação, deverá, sem dúvida, ser uma preocupação comum pois as cidades serão incapazes de resistir à indiferença dos seus cidadãos.

A presente dissertação tem objetivo perceber de que forma o edificado comum, numa zona histórica, poderá influenciar a identidade da cidade em que está inserido. Apesar de não se traduzirem como um património monumental, os edifícios de habitação não deixam de ser uma materialização das nossas origens, de épocas e diferentes formas de construção, que revelam uma identidade social e cultural. É necessário perceber estas questões para que não se percam os valores tradicionais, a própria imagem conseguida e de forma a não cair na tendência resultante da globalização, em que as cidades se enchem de edifícios descaracterizados da sua envolvente e não se pensa num contexto urbano geral. Até porque *“podemos viver sem a arquitetura de uma época, mas não podemos recordá-la sem a sua presença.”* (Ruskin cit.por Françoise Choay, 2011)

Por último, deverá pensar-se como será voltar a habitar as zonas históricas sem que estas sejam corrompidas, mas que correspondam às necessidades atuais de habitação.

*“As construções civis e domésticas são as mais importantes no significado histórico. A casa do homem do povo deve ser preservada pois relata a evolução nacional, devendo ter o mesmo respeito que o das grandes construções consideradas por muitos importantes.”* (Ruskin cit.por Françoise Choay, 2011)

## 1.2 Objetivos e Estruturação

A principal motivação para a concretização desta dissertação prende-se com o facto de ser de Guimarães. Penso que uma característica comum aos vimaranenses seja o seu orgulho e amor à cidade. Efetivamente, poder fazer algo que contribua para o crescimento e enaltecimento de Guimarães é algo que me realiza como futura profissional e, essencialmente, como pessoa. Ter escolhido o tema da reabilitação justifica-se por ser uma área que sempre me despertou interesse e, acompanhando o trabalho do GTL de Guimarães, foi para mim óbvio querer compartilhar os valores deste gabinete na reabilitação habitacional do Centro Histórico. A escolha pelo local foi definida pelos objetivos que pretendia alcançar ou seja, perceber como o centro histórico seria impulsor da criação da identidade atribuída à cidade de Guimarães. A nível construtivo, pretendo perceber quais são as características dos sistemas e técnicas utilizadas nas habitações típicas vimaranenses e de que forma poderão ser conservadas e transformadas para as necessidades atuais.

*“A cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos postes das bandeiras, em cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes.”* (Calvino, 1997)

Esta dissertação estrutura-se através de quatro partes:

A primeira parte, capítulo 2, subdivide-se em quatro pontos fulcrais. No primeiro ponto é feita uma aproximação ao contexto de centro histórico, procurando defini-lo, perceber quais são os componentes urbanos que fazem parte dele e como se relacionam. O segundo ponto demonstra exemplos de planos de intervenção em centros históricos que foram afetados e/ou destruídos. Assim, começa-se pelo exemplo da cidade de Varsóvia, que foi destruída pela guerra, e a forma como foi reconstruída na tentativa de manter os valores nacionalistas. O outro exemplo é o centro histórico de Lisboa, que foi devastado pelo terramoto de 1755. Neste exemplo enaltece-se a atitude intervencionista para reerguer a cidade e da tipologia de construção adotada, que ainda hoje é símbolo da cultura da cidade. Por fim, o capítulo termina com uma reflexão sobre os problemas comuns que afetam os vários centros históricos.

Após estes exemplos, a segunda parte, capítulo 3, foca-se diretamente no centro histórico da cidade de Guimarães, que é o destaque desta dissertação. Começa-se por uma pequena contextualização evolutiva da cidade de Guimarães de forma a perceber-se como nasce este centro, a importância dele e as primeiras preocupações na salvaguarda do património. Em seguida,

apresentada a criação do GTL e a importância do mesmo para a reabilitação urbana de Guimarães. Por último, é analisada a evolução construtiva da habitação típica da cidade de Guimarães que orienta já para o próximo capítulo.

Na terceira parte, capítulo 4, é descrita a casa típica vimaranense através dos elementos primários e secundários à sua construção, caixilharias e materiais utilizados. Este capítulo é essencial para auxiliar e fundamentar a parte prática desta dissertação.

Na quarta parte, capítulo 5, são então expostos os casos de estudo utilizados para perceber como funciona, na realidade, o trabalho interventivo na reabilitação habitacional. Este capítulo divide-se através da análise de dois casos e da descrição da proposta para ambos.

A aproximação à cidade é, sem dúvida, a maneira mais simples de poder desenvolver este trabalho. É pelas ruas, pelo contacto direto com as obras e as pessoas e pela procura dos registos escritos que testemunham a evolução da cidade que se desenrola a investigação. Por último, mas não menos importante, teve-se o apoio do GTL em todas as questões que envolvem a forma de intervir no espaço.





# 2

## CENTROS HISTÓRICOS



Imagem 2 - Praça da Oliveira durante a Feira Afonsina, 2016

## Capítulo 2

- 2.1. Definição de Centro Histórico
- 2.2. Componentes urbanísticas dos Centros Históricos
  - 2.2.1. Habitação
  - 2.2.2. Edificado
  - 2.2.3. Espaço Público
  - 2.2.4. Património
  - 2.2.5. Infraestruturas e mobilidade
- 2.3. Planos de intervenção em centros históricos
  - 2.3.1. Centro Histórico de Varsóvia
  - 2.3.2. Baixa Pombalina
    - 2.3.2.1. Estratégias para a Preservação e Revitalização
- 2.4. Centros Históricos- Problemáticas Comuns

## 2.1 Definição de Centro Histórico

As cidades, desde os pequenos aglomerados urbanos que marcam a antiguidade ou as grandes metrópoles que se conhecem atualmente, são sempre um resultado que reflete as vontades vinculadas das suas sociedades que culturalmente as constroem e edificam, através de um processo contínuo e intemporal. Estas sociedades urbanas encontraram assim um centro polarizador onde reuniram funções e atividades sociais, económicas, patrimoniais e habitacionais. Estes centros constituem uma *“sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, nos dá a dimensão temporal com a sequência dos factos que estruturam as identidades”* (Salgueiro, 2005). Desta forma, o eixo primordial da cidade encontra-se no centro histórico ou área mais central, tornando-se assim um motor propulsor às transformações da vida urbana.

O centro histórico de uma cidade é, indiscutivelmente, o núcleo central relativo à restante área construída conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização.” (DGOTDU, 2005). Este local correspondente ao tradicional centro funcional, como foco impulsionador que “permanecerá sempre como a parte antiga da cidade, e isso explica que o elemento mais marcante de um centro histórico na atualidade seja a sua imagem simbólica” (Cávem, 2007). Os centros urbanos destacam-se pela sua homogeneidade, que lhes confere valores culturais, históricos, arquitetónicos e até mesmo afetivos, criando uma memória que é importante conservar. Assim, afirma-se como um lugar simbólico da sua identidade, reforçando a sua história e memória coletiva.

Como já foi referido anteriormente, os centros históricos através da sua posição geográfica estratégica relativamente ao que os circundam adquiriram centralidade económica, social e habitacional. A centralidade económica resulta da existência de importantes estabelecimentos comerciais, sedes de empresas e edifícios de administração pública, enquanto a centralidade social se reflete nos fluxos de pessoas que utilizam este espaço como local de encontro e lazer, cumprindo assim também uma função cívica. Por último, a função habitacional é talvez das mais importantes que cumpre o centro histórico. São, essencialmente, os seus habitantes que fazem com que este se desenrole e que lhe confere uma identidade autêntica pelas suas vivências. Sem os habitantes, os centros históricos tornam-se apenas em locais de passagem e, de certo modo, fachada de uma memória que já existiu um dia.

## 2.2 Componentes Urbanísticas dos Centros Históricos

Existem inúmeras perspetivas para se poder analisar os centros históricos, dado que compreendem diversos elementos, sejam estes físicos ou sociais, que se integram e se interligam entre eles. No entanto, para melhor compreensão do centro histórico é necessária a perceção dos seus componentes urbanísticos, de forma individual, através de um estudo sobre a sua evolução e funcionalidade. Esta análise prende-se, nomeadamente, com a sua importância e influência nos centros históricos. Assim, serão abordados seis componentes urbanísticos que foram considerados,

pelo IGOT, como os mais relevantes para uma melhor percepção do núcleo integrante. Estes componentes são: Habitação; Edificado; Património; Espaço Público e Ambiente Urbano; Comércio, Serviços e Equipamentos; Infraestruturas e Mobilidade.

### 2.2.1 Habitação

Por serem, efetivamente, as primeiras porções de território urbano, os centros históricos conferiram às suas populações um local de excelência para residir. Antes do fenómeno da suburbanização e da revolução dos transportes nada justificava a “fuga” das pessoas para a periferia, até porque era no centro histórico que se concentrava toda a atividade comercial e social. Os residentes dos centros históricos sempre apresentaram uma forte apropriação do espaço que é inerente às suas intervenções no próprio espaço habitacional e à repartição dos restantes espaços urbanos. Isto é visível na cidade de Guimarães aquando da construção de habitações sucessivas aproveitando uma parte da muralha, criando bairros operários com construções simples de um só piso.

Após os anos 50, começa-se a assistir massivamente à saída da população dos centros históricos para novos espaços urbanos *“desejosos de possuir uma casa moderna nas novas urbanizações”* (Salgueiro, 2005). As cidades passaram por vários processos de descentralização e reorganização urbana. Os centros históricos entraram numa fase de decadência dada a falta de residentes, perdendo a sua função residencial e influenciando também toda a atividade económica. Este processo resultou num grande número de residências e lojas vazias, um declínio da qualidade ambiental e degradação do património construído, marcando drasticamente a sua imagem.

*“Uma espécie de círculo vicioso instala-se e as pessoas consideram que já não vale a pena investir num bairro desprovido de futuro.”* (Lacaze, 1999)

Com o aumento do processo de suburbanização, começaram a surgir cada vez mais áreas monótonas, com falta de equipamentos e espaços verdes transformando a paisagem irreconhecível e incaraterística. Efetivamente, estas novas zonas da periferia do centro urbano resultaram em áreas com grande fluxo populacional, essencialmente residente, no horário noturno enquanto que no horário diurno se encontravam vazias, uma vez que os seus habitantes se encaminhavam para o centro da cidade onde existiam os seus postos de trabalho e as diversas atividades económicas. Assim, transformaram-se em *“cidades-dormitórios”* visto que são *“puramente residenciais em geral, um fracasso. Privadas e outros elementos que constituem a estrutura total de uma cidade (...) acabam por degenerar, declinar e degradar-se física e moralmente.”* (Goitia, 2003)

A nível social, os centros históricos enfrentaram uma problemática de renovação de gerações dado que, a população residente que não deixou o centro corresponde a um coletivo envelhecido com baixo poder de compra. Esta falta de poder de compra influenciou tanto as atividades comerciais como os próprios edifícios visto que, os seus proprietários não tinham forma de conservá-los ou até renová-los.

É urgente a intervenção antes que se tornem em zonas fantasma. De forma a combater e inverter todo este ciclo de despovoamento, é essencial resolver os problemas básicos como saneamento, salubridade e alojamento, melhorando as condições de habitabilidade de forma a que os centros históricos voltem a ser um lugar de eleição para viver. É imprescindível que, acompanhando

estas intervenções sejam preservados os traços dominantes da arquitetura mantendo a imagem do centro, em cada caso específico. Assim, *“o melhoramento da habitat deve constituir um dos objetivos fundamentais da salvaguarda (...) e nunca se deve esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos respeita, em primeiro lugar os seus habitantes.”* (Salgueiro, 2005)

A reabilitação incorpora a capacidade de preservação dos edifícios adaptando o interior às novas necessidades espaciais e respeitando as leis do conforto, de forma a responder às exigências de novos residentes visto que *“cada vez mais a adaptação da oferta à procura irá passar pela transformação das casas existentes e não pela construção nova.”* (Lacaze, 1999)

### 2.2.2. Edificado

A estrutura edificada é um dos principais constituintes do centro histórico e toda a rede urbana é desenhada e constituída em torno dela. O conjunto edificado é responsável pela criação de uma imagem citadina, através da fisionomia das suas fachadas e restantes características morfológicas histórico-arquitetónicas semelhantes entre si.

O edificado é importante para a definição dimensional dos espaços públicos que servem como apoio às habitações, comércio e serviços. As construções dos quarteirões do centro histórico assumem interesse urbanístico para o espaço público através das suas passagens permeáveis, pelo ritmo dos vãos e dos vários traços arquitetónicos com valor histórico. As fachadas dos edifícios obtêm um papel fulcral para a definição das ruas que as separam do espaço público, promovendo também o sentido de orientação e paisagem urbana. Assim, o edificado é uma componente primordial tanto a nível funcional como paisagístico conferindo a estas áreas uma identidade, baseada nas suas características gerais.

Ao longo dos tempos a imagem tão característica dos centros históricos tem vindo a sofrer alterações, por vezes desastrosas, na malha urbana. O cenário pós-guerra é um dos exemplos que conduz a cenários devastadores e os processos de reestruturação territorial, social e económica provocam repercussões severas a vários níveis, incluindo o urbano.

Devido ao declínio da população, o despovoamento dos centros é também outro grande fator de perda pois, como analisado anteriormente, leva à decadência física dos volumes edificados por falta de preservação e degradação das suas estruturas.

A reabilitação e revitalização do edificado é fundamental e deve desenvolver-se através de um processo funcional aplicável nas estruturas que se pretendem manter e salvaguardar, preservando a imagem representativa do local. A reabilitação deve intervir diretamente na estrutura do edifício para que, dependendo do estado de degradação em que se encontra, se possa conservar, reconstituir ou restaurar.

Percebe-se assim que, revitalizar estes locais históricos *“implica conservar as suas características funcionais, aumentar a sua capacidade de atração, quer para os habitantes, quer para o exercício de atividades económicas e sociais compatíveis com a residência.”* (Salgueiro, 2005)

### 2.2.3 Património

O legado patrimonial é um componente fundamental dos centros históricos, fundindo-se aqui parte do mesmo. O património, seja através de monumentos ou do edificado comum, suporta tal dignidade e importância histórica que atrai pela sua presença imponente carregada de memórias de tempos passados. Em suma, a celebração de tempo acumulado, algo que pertenceu a um momento temporal específico e que se afirma como testemunho físico. Toda a sua monumentalidade está interligada diretamente com um valor histórico e arquitetónico que concede aos centros históricos um valor único, um conjunto de características a preservar e acima de tudo uma identidade cultural.

A Carta de Atenas defende que o património cumpre uma função filosófica e memorial, que é vital para se poderem construir identidades e que devem ser sustentadas pelo centro histórico. Porém, a decadência de um implica a decadência de ambos, visto que estão intrinsecamente ligados. O processo de declínio do centro histórico transporta graves consequências para a valorização do seu património e a sua salvaguarda enquanto construtor de identidades.

A preservação e inclusão no tecido urbano, envolvente ao centro, do património edificado deve assegurar-se através de um conjunto de medidas, dado que é essencial valorizar o legado físico e histórico. Estas medidas são aplicadas segundo casos específicos dependendo do seu contexto territorial, dos vários agentes envolvidos e do tipo de edificado em causa. Assim, é crucial o reconhecimento do valor do património, (re) integrando-o nas cidades com funções que o intensifique.

### 2.2.4 Espaço Público

O Espaço Público desenvolve-se no domínio público ao qual toda a população tem acesso, *“assenta nos seus espaços coletivos, em todos os lugares onde a vida quotidiana se desenvolve, se representa, se recorda”* (Rubió, 1999) e caracteriza-se por um contraste entre as ações e atividades públicas e privadas. Os usos destes espaços são diversificados, mas podem ser divididos pelas suas atividades, ou seja, de necessidade ou obrigatória, opcionais ou desejadas, e sociais- relacionando-se com as funções de circulação, comércio, troca de informações e interação/encontro. Percebe-se assim que o espaço público desempenha uma função vital na união de todos os elementos urbanos: ruas, praças, largos, pátios, recintos comerciais, parques urbanos e jardins. Uma das formas de leitura dos espaços públicos abertos é efetuada através da malha urbana e destacam-se pela sua componente social associada ao ar livre e abertura para os espaços exteriores.

Nos centros históricos, os espaços públicos afirmam a sua função cívica de produtores de sociedades. Nestes espaços de encontro, concentra-se maioritariamente a atividade económica (como os mercados ou comércio ambulante). Esta função social deve-se, particularmente, à circulação pelas ruas e a convívios e encontros que os largos e as praças proporcionam, caracterizando-se assim como espaços de partilha, por norma de excelência.

Acompanhando o declínio das áreas históricas decorre também o enfraquecimento progressivo dos espaços públicos presentes nas mesmas. Em consequência, tanto o capital comercial como a função cívica dos espaços públicos se dissiparam, afetando tragicamente a fruição destes núcleos e a sua componente social. A decadência cultural nos centros históricos aponta para uma vida social centrada no consumismo, tornando-se urgente soluções que consigam reverter este processo.

De facto, atualmente assiste-se à deslocação da vida social dos centros públicos e abertos (praças, avenidas e largos) para os centros privados e fechados (superfícies comerciais). Para aumentar a atratividade dos espaços públicos é necessária uma reestruturação profunda e funcional, potenciada também pela requalificação dos centros históricos. Esta requalificação implica o aumento das áreas disponíveis que fomentam os encontros e lazer, ligada à reabilitação dos edifícios e a criação de condições viáveis para as atividades sociais e comerciais.

### 2.2.5 Infraestruturas e Mobilidade

As infraestruturas são o equipamento básico e primário, indispensável a todo o sistema urbano e asseguram a qualidade de vida a todos os ocupantes dos espaços através de *“um conjunto de estruturas, quase sempre organizadas numa rede, destinadas a garantir a satisfação das necessidades básicas das populações e das atividades económicas que sem elas teriam dificuldade em subsistir”*. (Salgueiro, 1999)

Destas redes fazem parte o abastecimento de água, escoamento das águas pluviais, saneamento, rede elétrica, telecomunicações, gás e tratamento de resíduos sólidos urbanos. Os centros históricos apresentam muitas vezes infraestruturas danificadas ou pouco funcionais, envelhecidas e inaptas para satisfazer as necessidades a população e das atividades económicas. Desta forma, é necessário intervir nestes núcleos de forma a renovar estas redes ou mesmo executar novas, garantindo o seu funcionamento.

Quanto à mobilidade, existem três componentes essenciais nos centros históricos: os transportes, acessibilidades viárias e pedonais e o estacionamento. Para a existência de uma boa mobilidade dentro das cidades é necessário um planeamento profundo dos transportes urbanos, a eficiência dos transportes coletivos e acessibilidades viárias, estudo dos estacionamentos disponíveis e locais de cargas e descargas. Aliada a estas preocupações é necessária uma reflexão sobre o peão e as suas acessibilidades que são por muitas vezes ignoradas. Nas últimas décadas, as condições para pedestres progrediram gradualmente, pois apareceram cada vez mais ruas para pedestres e praças, que são ampliadas e revalorizadas através da introdução de mobiliário urbano e árvores. *“Rotas atrativas para caminhar e lugares de paragem encorajam o tráfego a pé, o qual por sua vez, promove atividades sociais e recreativas, pois, ao caminhar, as pessoas param e aproveitam a cena urbana.”* (Gehl & Gemzøe, 2002)

Apesar dos centros históricos terem sido pensados à medida do peão, atualmente é absurdo o número de transportes individuais que circulam dentro das cidades, tornando-as caóticas. O aumento do número de automóveis contribui para um défice na resposta dos transportes públicos que consequentemente se tornam menos atrativos ao seu uso, aumentando o número de transportes individuais. O uso do transporte influencia diretamente a criação do espaço urbano, que mudou em função do tráfego, pois um tráfego intenso não pode coexistir, pacificamente, com os usos do centro histórico (lugar de encontro, comércio e habitação).

Atualmente, os automóveis invadem as praças, os largos e até passeios e outras zonas destinadas a uso exclusivo do peão (Imagem 3). Os centros históricos devem ser por definição um espaço promotor de excelente qualidade de vida implicando uma boa rede de acessibilidades quer

seja viária ou pedonal. Por isso, para a melhoria da mobilidade é necessária uma rede de transportes públicos eficaz, um maior controlo da rede viária e um planeamento das áreas destinadas a estacionamento que não interfira com a vida na urbe. Estas preocupações significam melhorias a nível da diminuição do tráfego, congestionamentos e até de elementos poluentes. Em vários centros urbanos já existem planos que condicionam a presença do automóvel, limitando a sua utilização a moradores ou serviços específicos, e redirecionando o trânsito (Imagem 4 e 5). Outro aspeto que ajuda na melhoria para a circulação é a mobilidade elétrica, que apesar de não combater o grande número de veículos nos espaços públicos torna a mobilidade urbana mais sustentável, através do uso de energias renováveis e não poluentes.

A utilização da bicicleta como meio de transporte deve ser também incentivada, principalmente nas curtas distâncias. Este tipo de deslocação permite um melhor aproveitamento do espaço público e não cria obstrução à vida urbana, quando existem as infraestruturas necessárias à sua circulação. Em Copenhaga, foi desenvolvida uma mentalidade diferente quanto ao uso da bicicleta e atualmente a maior parte os seus habitantes utilizam-na para se deslocarem. Desde 1962, a cidade conseguiu aumentar as áreas sem veículos e consequentemente estimular as atividades no espaço público (Imagem 6 e 7). Em 2005, era maior o número de bicicletas do que o número de carros que circulava na zona central de Copenhaga.

O estacionamento traduz-se numa componente importante, porém é necessária uma boa gestão do mesmo, tentando evitar criar quarteirões ou até cidades de betão, aparentemente fantasmagóricas. Em muitas áreas o tráfego para o pedestre tornou-se impossível, assim como as atividades associadas ao mesmo. Os centros destas cidades transformam-se em estacionamentos e caminhos sujos e perigosos que os pedestres não percorrerem, acabando com os espaços públicos e a vida social. É necessário o aumento da capacidade destinada a estacionamento, quer à superfície ou subterrâneo, nas zonas periféricas e que sejam de fácil acesso aos centros históricos.

Fundamentalmente, é necessário devolver os centros históricos aos seus moradores e às pessoas que nele circulam diariamente. Um centro histórico com uma estrutura coesa e eficaz convida a que nele se caminhe, ou pedale, ao mesmo tempo que se disfrutam as atividades sociais e culturais (Imagem 8). Um centro histórico com todos os seus componentes urbanos em harmonia oferece uma melhor qualidade de vida, equilibrando as atividades necessárias e as atividades sociais, visto que deve funcionar em função da escala humana, porque afinal “*o homem é a maior alegria do homem*”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> *Hávamál*, um dos poemas incluídos na *Edda Poética*, em nórdico antigo.



Imagem 3 - Carros estacionados nos locais destinados a peões.



Imagem 4 - Straedet, Copenhaga. A fotografia mostra a rua cheia de carros a circular, antes da sua reformolação, em 1992



Imagem 5 - Straedet, Copenhaga. Contrariamente à fotografia anterior, a rua foi transformada para um local de interação social, depois de 1992

Imagem 6 - Amagertorv, Copenhaga. Nos anos 60, a rua era uma grande avenida onde circulavam maioritariamente veículos, que anulavam a interação social entre os dois lados da rua

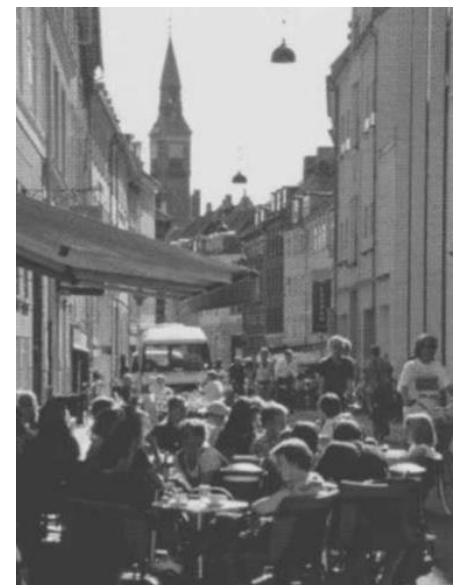


Imagem 7 - Amagertorv, 2015. Nesta fotografia percebe-se a transformação da grande avenida para um local onde as pessoas caminham e disfrutam das atividades sociais



Imagem 8 - Federation Square, Melbourne. Entre 1993 e 2004, a cidade Melbourne, na Austrália, desenvolveu um longo plano de melhoria da qualidade de vida na cidade. Esta praça representa um dos espaços que resultaram desse plano e que convida às atividades ao ar livre

## 2.3 Planos de Intervenção em Centros Históricos

### 2.3.1 Centro Histórico de Varsóvia

*“O Centro Histórico de Varsóvia é um exemplo excepcional de exaustiva reconstrução de uma cidade que foi deliberadamente e totalmente destruída. A fundação do material de reconstrução foi a força interna e determinação da nação, que trouxe sobre a reconstrução do patrimônio uma escala única na história do mundo” (UNESCO)*

Polónia, um dos países afetados pela II Guerra Mundial, viu a sua capital ser fustigada pelas tropas alemãs. Varsóvia foi das cidades com maior percentagem de destruição da Segunda Grande Guerra, porém após terminar, reergueu-se dos escombros através da reconstrução idêntica da imagem arquitetónica original. De forma a reconhecer o esforço desta obra patriotista, em 1980 a UNESCO nomeou o Centro Histórico de Varsóvia como Património da Humanidade. Este é sem dúvida um grande exemplo de, quase total, reconstrução de um momento na história e de preservação da identidade cultural e arquitetónica da cidade. *“Realmente, o amor dos moradores de Varsóvia por esta parte da cidade era tal que duvido que alguém pudesse impor um projeto de reconstrução diferente” (Nowak, 2013)*

A capital polaca sempre foi dos locais mais danificados do país (Imagem 9). Ao longo do seu crescimento histórico é marcada por sucessivas invasões às quais as construções e estruturas existentes não resistiam e obrigavam a cidade a sucessivas fases de construção. No entanto, a sua maior fase de destruição dá-se mesmo sob as ordens de Hitler quando, em 1939, os Nazis invadem o país.

Com o início da guerra e a ocupação por parte das tropas alemãs, Varsóvia foi sendo progressivamente destruída dado que em 1945 cerca de 85% da cidade estava em ruínas. A Insurreição de Varsóvia, em 1944, foi um agravante ao estado da cidade pois os esforços de a libertar da ocupação nazi não tiveram sucesso (Imagem 10). Vários quarteirões, especialmente da cidade velha e do Gueto, ficaram completamente destruídos e as ruas obstruídas pelo edificado em ruína. As fachadas que resistiram ficaram cercadas pelas outras casas devastadas e as redes de iluminação, abastecimento de água e esgoto desapareceram completamente. Efetivamente, este ato de revolta teve como consequência a dizimação da cidade a escombros. *“Em toda parte mulheres meio enlouquecidas, correndo o dia inteiro em busca das pegadas dos seus próximos. O fedor na cidade era insuportável. Tinha gente que dizia que não dava para reconstruir a cidade, que a Varsóvia deixou de existir.” (Dalborowa, 1985)*

Neste cenário horrível seria difícil imaginar que a cidade de Varsóvia teria alguma possibilidade de continuar a ser a capital da Polónia e existiu mesmo a hipótese de ser transferida para outra cidade.

Imagem 9 - Mapa de Varsóvia. A zona sombreada corresponde à área do centro histórico



Imagem 10 - Construção de uma barricada em Śródmieściu, 1944



*“Porém o governo resolveu que ela ia ser a capital. E aquelas teimosas multidões de moradores que voltavam para a sua cidade acreditando que ela vai se levantar das ruínas.”* (Dalborowa, 1985)

A multidão uniu-se para levantar a sua cidade de um lugar que parecia morto (Imagem 11). Acreditavam que seria possível, mesmo que a grande custo, restaurar a sua cidade que agora se encontrava entre destroços e cinzas. No entanto, uma cidade é muito mais que o seu conjunto edificado, visto que tem de dar resposta às componentes económicas, políticas e sociais para uma vida urbana funcional.

*“Mais justamente naquele momento nasceu em nós uma raivosa teimosia e empenho. Repetíamos para nos mesmos: como é que é? Mesmo assim não estávamos dispostos a abandonar Varsóvia. Todo mundo se apegava a ela com unhas e dentes.”* (Dalborowa, 1985)

Segundo a lógica Nazi, o exterminar de uma nação começa com a destruição da sua cultura (Imagem 12). Assim, em Varsóvia a força alemã exterminou toda a sua capital monumental queimando o edificado e mais tarde explodindo-o com dinamite. Tornou-se primordial reconstruir a capital dando continuidade à sua história, apoiando-se na memória coletiva da sua população. De facto, toda a sua reconstrução apoiou-se na memória que é *“um fenómeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história, uma representação o passado.”* (Nora, 1993)

Esta memória coletiva juntamente com a vontade social conseguiu recolher os fundamentos dos planos de reconstrução, num lugar onde os vestígios físicos do passado eram escassos. Na primeira fase, seguiram-se como modelo pinturas antigas e trabalhos de arquitetos e artistas anteriores à guerra, recorrendo aos escombros e ao edificado salvo sempre que possível (Imagem 13). A nova cidade ergueu-se rapidamente e conseguiu conservar a imagem arquitetónica nacionalista da velha cidade, respondendo às novas necessidades dos seus cidadãos. A procura da memória da cidade foi para além da recente, anterior à guerra, pois recorreu, sempre que possível, ao plano urbano e características arquitetónicas construídos entre os séculos XIV e XVIII, à rede de ruas e praças da Alta Idade Média, à praça principal do mercado e ao circuito das muralhas da cidade. O projeto tornou-se cada vez mais ambicioso pois para além da reconstrução de alguns monumentos pretendia abranger uma cidade inteira especialmente a cidade velha e as suas igrejas, palácios e praças, chegando inclusive a usar fragmentos das muralhas originais. Todo este momento histórico, com plenos interesses políticos, pretendia mostrar que, apesar de toda a destruição sistemática causada pela guerra, a perseverança e espírito da cidade de Varsóvia se mantinha através da sua união e do desejo coletivo.



Imagem 11 - Destruição da cidade durante a guerra, 1944



Imagem 12 - Destroços da coluna do Rei Sigismundo, 1945



Imagem 13 - Ruínas da Praça do Mercado, 1945



Assim, percebe-se que o maior capital cultural da cidade polaca é o conjunto de memórias coletivas e a sua capacidade de metamorfose, que nunca poderia ter sido destruída pela guerra ou pela tentativa de extermínio nazi. Este plano de reestruturação não foi aplicado apenas por desejos políticos, mas sim pela determinação dos seus cidadãos que pretenderam reerguer a sua identidade cultural. A cidade velha faz parte do Património da Humanidade por causa da sua fiel reconstrução e por ser a primeira em tão grande escala.

### 2.3.1.2 Varsóvia, atualmente

A capital polaca reergueu-se das cinzas com toda a sua força e esplendor. Atualmente (Imagem 14), percorrem-se as suas ruas e praças vivenciando um espírito urbano social inigualável e recordando um passado marcado por sucessivas fases de destruição e de reconstrução. Entre a imagem arquitetónica dos edifícios revive-se a antiga Varsóvia nas suas várias galerias de arte, na nova Praça do Mercado (Imagem 15) e em todos os monumentos que enaltecem a luta dos seus habitantes. De facto, para além do seu carácter político e económico, a cidade tornou-se notável pela sua cultura através do seu património edificado, dos seus teatros, museus, galerias e eventos culturais.

Varsóvia desempenha um papel fulcral na vida económica e social do país (Imagem 16). Esta cidade simbólica ligada à identidade cultural histórica do seu povo é o centro da vida política, da gestão económica e o principal centro de educacional e da ciência da região. Desta forma, com o intuito principal de melhorar as condições de habitabilidade e tornar a cidade numa metrópole reconhecida na Europa foram definidas estratégias para o seu desenvolvimento até ao ano de 2020, pelo governo local. Este plano pretende que, em 2020, Varsóvia seja uma metrópole atraente, moderna e dinâmica com um desenvolvimento económico baseado no conhecimento, ocupando um lugar revelador entre as capitais mais desenvolvidas da Europa. Realça ainda a importância da criação de uma ‘cidade com alma’, melhorando o nível de vida e segurança dos seus habitantes, fortalecendo a identidade e a tradição de forma a estimular a atividade pública e apresentando um centro da cultura europeia com um planeamento urbano eficiente e perdurável.

Um planeamento urbano correto fará com a que cidade entre em mutação, garantindo a prosperidade para toda a sociedade. No entanto, é necessário perceber quais são as suas necessidades e as suas potências para desenvolvimento, visto que é primordial encontrar um equilíbrio entre as funções culturais, educativas, sociais de habitabilidade e infraestruturas.

Uma das formas de proteção da identidade cultural e histórica da cidade velha são as políticas para o seu desenvolvimento espacial, que definem os principais objetivos estratégicos relativos à identidade de Varsóvia. A cidade velha juntamente com os seus valores culturais torna-se numa das estruturas urbanas mais importantes do centro da cidade. Assim, devem ser preservados estes valores identitários com os recursos hereditários possíveis, as áreas e edifícios com valor histórico e cultural devem ser assinalados de forma a combater os processos de degradação dos mesmos e as tradições deverão ser mantidas através de um bom planeamento do espaço funcional urbano.

Imagem 14 - Vista área do centro de Varsóvia, 2017



Imagem 15 - Praça do Mercado (atualmente)



Imagem 16 - Praça do Mercado, atualmente. Nesta foto percebe-se que a praça ganhou uma nova vida e que agora se destina a espaços comerciais e culturais





O plano estratégico define ainda que nas principais orientações para a transformação da estrutura urbana devem constar a revitalização de bairros históricos, reestruturação e modernização das áreas degradadas, zonas verdes e mobilidade urbana, e por fim o melhoramento do tráfego automóvel de forma a reforçar a importância do pedestre, bicicletas e transportes públicos.

Declarada como Património da Humanidade, a Cidade Velha tornou-se num local de interesse para o turismo, trazendo todos os anos milhares de visitantes atraídos pela cidade reconstruída que conta uma das histórias mais arrepiantes da humanidade, a cada percurso urbano.

A ICOMOS, criada em Varsóvia em 1964, está ligada diretamente à UNESCO e ao seu património classificado. Esta instituição pretende defender a conservação, proteção e valorização dos monumentos e centros urbanos. Em 2013, a ICOMOS atribuiu a Varsóvia uma série de recomendações das quais fazem parte a preservação da imagem urbana, quer dos edifícios quer das praças e ruas, a proteção das zonas verdes que moldam a silhueta histórica da cidade e a manutenção cuidadosa do planeamento urbano para o Centro Histórico de Varsóvia, dado que este faz parte da lista da UNESCO. Deverá ser feito um investimento na estrutura e aparência dos edifícios, nomeadamente a nível da altura das fachadas, paleta de cores e materialidade. Os edifícios novos devem conviver harmoniosamente entre si e com o edificado da Cidade Velha.

Apesar de todo o trabalho realizado, que merece ser enaltecido, este centro histórico acabou por perder uma componente fundamental - a habitação. Mantendo a memória coletiva através do seu edificado, atualmente nas suas ruas circulam turistas e pessoas que se deslocam para os seus empregos porque não foi efetuada uma reflexão sobre a percentagem de usos que deveriam ser aplicados. As proximidades imediatas às muralhas que circundam a cidade velha revelam edifícios imponentes que dividem avenidas. Estes edifícios mantêm uma linguagem sóbria entre si e não variam muito em questão de altura, tanto entre si como os da cidade velha. Porém, representam serviços, escritórios, zonas de comércio e unidades hoteleiras. Nos cruzamentos das longas avenidas, veem-se grandes edifícios de uma nova Varsóvia que está em crescimento. Estas novas construções, completamente descaracterizadas apresentam-se como torres envidraçadas que sufocam a zona antiga. É inevitável a marca da sua presença de qualquer ponto da cidade.

Em suma, deveria fazer-se uma reflexão sobre os valores que deverão ser mantidos e de que forma. Será que vale a pena todo um processo de transformação urbana, como este, que tem como fundamento manter a memória da identidade de um passado para depois acabar como um museu ao ar livre à mercê do turista?



Imagem 17 - Coluna do Rei Sigismundo, que voltou a ser erguida no mesmo local



Imagem 18 - Monumento do Levante de Varsóvia



Imagem 19 - Gravura da época do Terramoto, 1755



### 2.3.2 Baixa Pombalina

*“Lisboa, 1 de Novembro de 1755. A manhã nasce calma na cidade (...). De repente, às nove e meia da manhã, a cidade começa a tremer. Com uma violência nunca vista, a terra esventra-se, as casas caem, os tectos das igrejas abatem, e o caos gera-se, matando milhares. Nas horas seguintes, uma onda gigante submerge o Terreiro do Paço, e durante vários dias incêndios colossais vão aterrorizar a capital do reino.”* (Amaral, 2010)

O Dia de todos os Santos (feriado nacional) do ano de 1755 ficaria na história de Portugal para sempre. Um violento terramoto atingiu a cidade de Lisboa, seguindo-se de um tsunami e um incêndio que perdurou para além deste dia (Imagem X- Gravura da época do terramoto de 1755 mostrando o desespero dos sobreviventes, por Markowsky). Da imagem da cidade restaram apenas os destroços, resultando em perdas de mais de 2000 fogos e outros 12000 gravemente danificados. Os escombros que resultaram desta tragédia caíram para as ruas emergindo mais vítimas e dificultando a prestação de socorros.

Devido à dimensão alargada dos danos causados e à destruição do centro político, económico e social da capital foi urgente a elaboração de um plano de reconstrução que consistiu no *“levantamento com descrições exactas de várias casas, ruas e praças, nivelamentos topográficos e uma proibição por decreto que impedia qualquer construção nova antes de ser apresentado um novo plano.”* (França, 1989)

A importância desta zona na cidade de Lisboa prende-se já desde a ocupação em torno do castelo, por razões defensivas, tratando-se de uma posição estratégica, e a ocupação na zona Ribeira dada a proximidade ao rio que era essencial para as trocas comerciais e mercantis. A zona da Baixa correspondia aos arredores da cidade da Cerca Moura e levou ao prolongamento territorial extramuros. Mais tarde, por motivos defensivos, D. Fernando manda erguer a Cerca Nova (ou Cerca Fernandina) envolvendo esta zona e a antiga cerca. (Imagem 20). No século XVI, com a transferência das instalações do Castelo para o Terreiro do Paço, esta zona aclama-se como um terceiro centro, onde se desenrola a vida política e administrativa.

Ao nível do desenho urbano, apresentava uma malha urbana de traçado irregular, chegando mesmo a ser caótica devido a existência de ruas estreitas e sinuosas, ruelas e becos. Os quarteirões eram compactos e completamente irregulares. Apesar de apresentar largos de pequena dimensão haviam dois grandes vazios urbanos que correspondiam à Praça do Rossio e à Praça do Comércio. (Imagem 21). No século XVI, começam a aparecer preocupações a nível da gestão do território urbano, tentando controlar o crescimento da cidade e a proteção dos espaços públicos.



Imagem 20 - Planta de Lisboa antes de 1755. Sucessivas cercas que foram construídas para defender a cidade

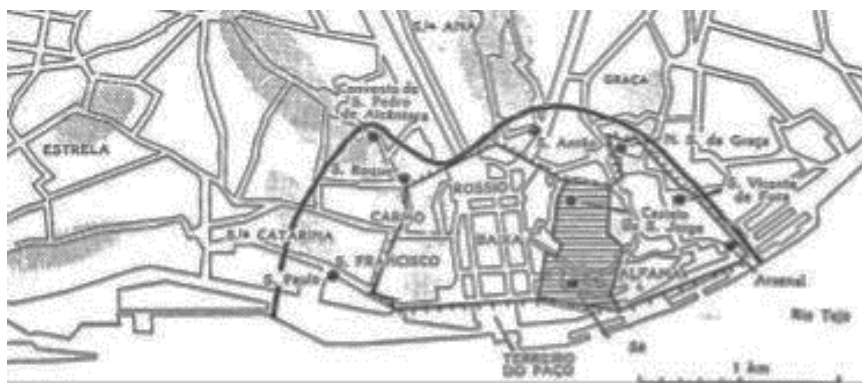


Imagem 21 - Planta de Lisboa de João Tinoco, 1650



Imagem 22 - Planta da reconstrução de Lisboa por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel



Após o terramoto, o futuro desenho urbanístico da Baixa de Lisboa foi entregue ao General-Mor Manuel da Maia. O plano é ainda desenvolvido por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel (Imagem 22), tendo sempre em conta a supremacia da autoridade do Estado que, através do Marquês de Pombal (Imagem 23), foi fundamental para a viabilidade do mesmo. Os princípios orientadores do projeto definidos por Manuel da Maia valorizavam a identidade da cidade antiga, a relação das praças e até mesmo a localização das igrejas e conventos. Este plano urbano consistia *“numa grelha ortogonal de módulo retangular - constituída por 9x8 eixos e 58 quarteirões - de que se destacam três praças - Comércio, Rossio e Figueira - ligadas pelos três eixos principais perpendiculares ao rio - Ouro, Augusta e Prata”*. (Heitor, 2004)

O novo desenho adaptava-se à topografia do terreno e explorava as relações entre as praças principais e as ligações entre as colinas e o rio, valorizando as pré-existências. Como inovação ao traçado irregular este plano ortogonal define uma hierarquia viária com base em diferentes larguras das ruas. Quanto ao edificado, propõe um desenho modular e igualitário de fachadas, segundo a posição de cada quarteirão em função da rua ou praça. Em suma, o plano traduzia-se em melhorias a nível da circulação e salubridade da cidade. O novo sistema de circulação promovia boas condições de acessibilidade aos diversos pontos da baixa, aumentando a segurança pedonal. A nível das condições higiénico-sanitárias foram garantidas melhorias tanto a nível de saneamento e abastecimento de água como de iluminação natural e qualidade do ar. Devido à grandiosidade do plano e a necessidade de uma construção rápida e eficaz, principalmente às situações de risco, a reconstrução da zona da Baixa originou diversos problemas construtivos. Em resposta a estes problemas surge um novo sistema construtivo eficiente em questões nunca antes pensadas como a estabilidade do edificado, segurança contra incêndios e uniformização dos elementos construtivos. Este sistema é apelidado de estrutura em gaiola e trata-se de uma junção entre madeira e alvenaria, posicionando a caixa de escadas no centro. (Imagens 24 e 25)

### 2.3.3 Atuais Problemáticas da Baixa

Atualmente, a Baixa continua a apresentar-se como um símbolo da cidade lisboeta. Até ao final da década de 60 a zona Baixa-Chiado apresentava-se como uma área extraordinária pela sua diversidade de serviços especializados, particularmente a nível do comércio. A expansão urbana na sua periferia não foi acompanhada pelo desenvolvimento comercial, fortalecendo a zona da Baixa como um centro urbano de extrema importância na vida urbana. Neste espaço conviviam as funções financeiras, administrativas, comerciais que eram complementadas no Chiado com zonas de lazer e voltadas para a vida social.

Imagem 23 - Pintura do Marquês de Pombal, 1766



Imagem 24 - Maquete do sistema construtivo pombalino

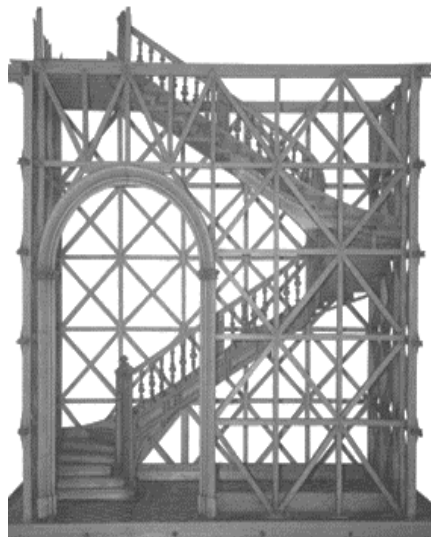


Imagem 25- Esquema em Corte da Construção Pombalina

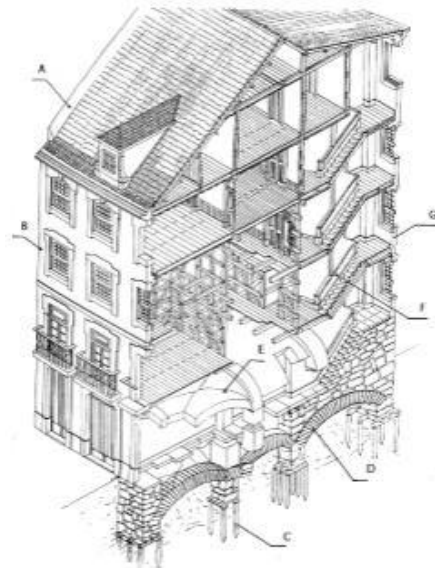


Imagem 26 - Fotografia da exposição “Lisboa à Janela”, que demonstrava uma cidade envelhecida





Este era um local onde *“passeava-se para ver e ser visto, ia tratar-se de vários assuntos.”* (Salgueiro, 1999). Porém, a partir dos anos 60 a Baixa foi perdendo a sua nomenclatura de centro funcional da cidade devido à expansão do sector terciário para Norte da cidade e a propagação dos centros comerciais nas periferias. Assim, dá-se um crescimento urbano policêntrico e consequentemente a descentralização das atividades económicas e sociais. Este fator de descentralização é comum a vários centros urbanos pois cada vez mais a vida urbana é dividida por vários núcleos públicos e privados, como os centros comerciais.

Os residentes da zona pombalina caracterizam-se, maioritariamente, por uma população envelhecida e com fracos recursos (Imagem 26). Este fator social está inerente ao estado de degradação dos edifícios que se apresentam atualmente com uma grande necessidade de intervenção, acabando parte por ficar devolutos. Como a população residente apresenta baixos rendimentos não podem ser intervenientes de ações vigorosas tal como não podem ter rendas altas. O baixo rendimento que os proprietários obtêm leva a que não façam obras nos seus imóveis, que atingem estados desgastantes. Este fator converte-se num ciclo vicioso, dado que nem os proprietários fazem obras, nem o lucro das habitações aumenta e estas só pioram o seu estado de conservação. A nível de economia estes casos tornam-se autênticos buracos negros, visto que ninguém pretende investir nestas áreas pelo baixo lucro que podem obter das mesmas.

Com a nova fase de restauração e renovação da baixa pombalina, tanto a nível habitacional como de serviços e comércio, esta pode tornar-se facilmente numa área de interesse. No entanto, a que custo se pode viver na zona da Baixa? O nível de procura de um imóvel nesta zona aumenta cada vez mais e a centralização habitacional pode ser retomada. Porém, o acesso a uma habitação é dificultado pelo seu valor comercial que não está acessível à maior parte da população que pretende habitá-la.

*“Só no ano de 2015, os preços da habitação no centro de Lisboa aumentaram 23%, e em toda a cidade cerca de 12%, números inqualificáveis em qualquer parte do mundo. Uma pressão que continua a aumentar em 2016 e que, como mercado financeiro que é, se vai estendendo tendencialmente a toda uma cidade que não está, de forma alguma, económica e socialmente preparada para tal.”* (Seixas, 2016)

Tal como noutros centros, o estacionamento reflete-se como uma problemática que necessita de uma resposta urgente. A inserção do automóvel em grande escala resulta em congestionamentos constantes e na rejeição do tráfego pedestre. Assim, é necessária uma boa gestão da mobilidade e a criação de estacionamento de fácil acesso à zona centro, quer a moradores como a utilizadores do espaço. O nível de segurança deverá também ser um fator para o processo de melhoria da Baixa. O decréscimo, cada vez mais acentuado, da função residencial e a falta de comércio leva à diminuição do número de vigilância, levando à marginalização. Por último, percebe-se que o tipo de equipamentos sociais existentes não responde às atuais exigências para os residentes e famílias jovens, transformando-se numa perda de atratividade generalizada.

Imagem 27 - Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, pela Câmara Municipal de Lisboa.

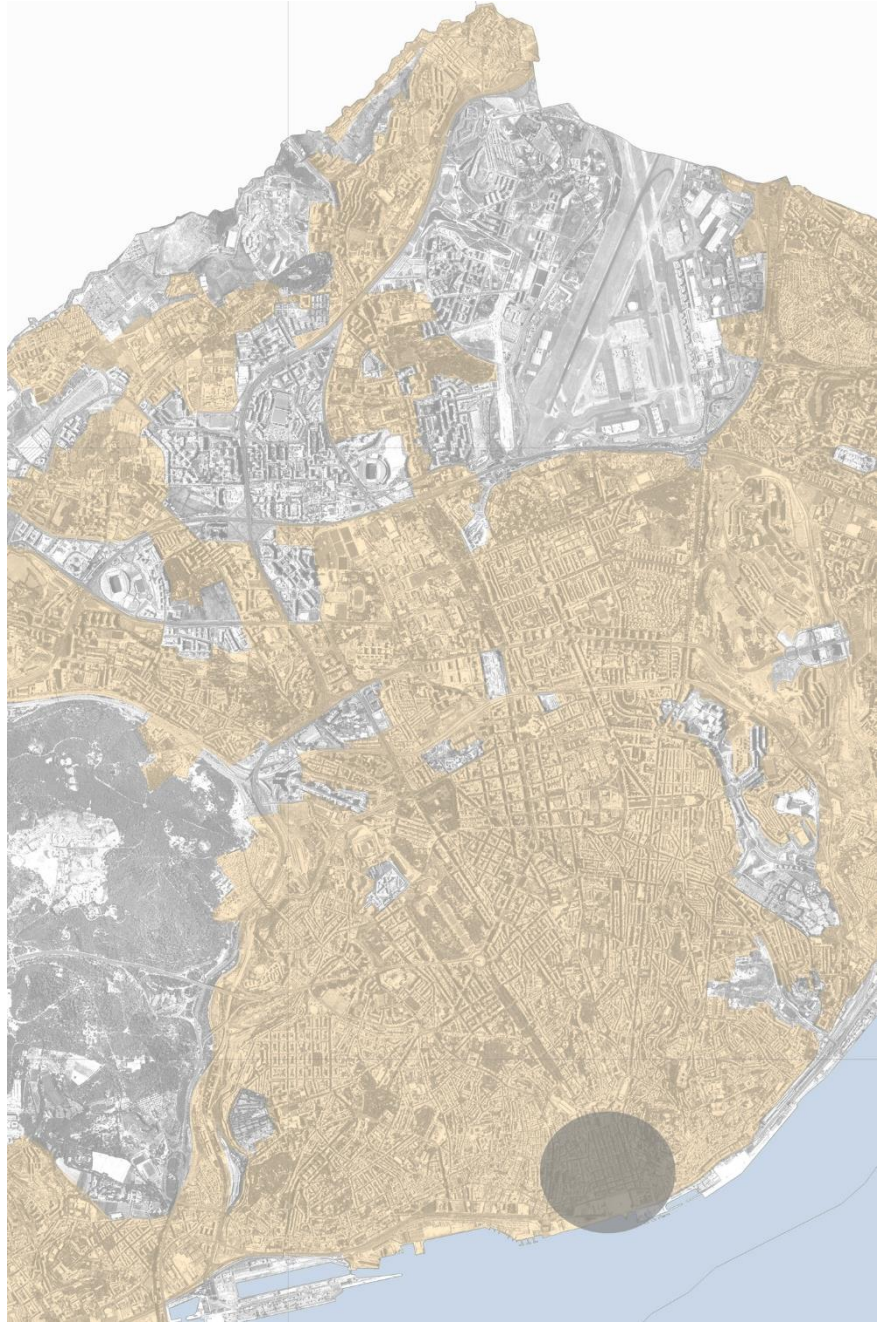
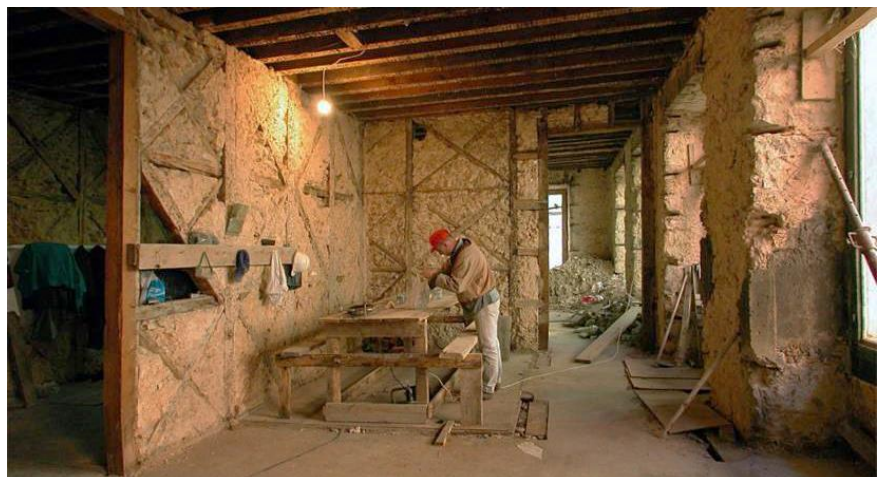


Imagem 28 - Obras de reabilitação de um edifício pombalino



Assim, é necessário criar áreas culturais e de lazer, convidativas ao seu uso. A criação de espaços com caráter noturno influenciaria também o nível de segurança da baixa, pois o seu uso iria para além dos horários de funcionamento do comércio existente e do uso residencial.

### 2.3.3 Estratégias para a Preservação e Revitalização

Influído pelas preocupações do desenvolvimento urbano, nos últimos anos, o município de Lisboa foi desenvolvendo programas e planos estratégicos de reabilitação urbana. O novo Plano Diretor Municipal de Lisboa, aprovado em 2012, já apresenta preocupações quanto à intervenção na cidade existente, priorizando a reutilização, reabilitação e a regeneração do seu tecido urbano. Esta alteração está aliada à Estratégia de Reabilitação Urbana, aprovada entre os anos de 2011-2024, que classificou a área consolidada de Lisboa como ARU (Imagem 27), tornando mais fácil a gestão territorial e do património municipal.

Com a intenção de reabitar Lisboa pretende-se melhorar a qualidade do edificado, melhorar a qualidade de vida urbana e promover a coesão territorial.

De forma a poupar recursos, é necessário adequar a oferta à procura de habitação atraindo assim nova população. Para isto é necessário deixar de ver a cidade como se se tratasse de uma crise habitacional, mas sim como uma oportunidade de investimento, dando prioridade à reabilitação, garantindo os espaços necessários para reabitar e promovendo relações entre o município e entidades locais.

Para poder concretizar os objetivos a que se propõe, o município apresenta programas que visam reabilitar edifícios municipais em mau estado de conservação, dinamizar o mercado da construção, incentivar a economia e diminuição de custos quanto a investimentos.

Para dinamizar os processos de reabilitação urbana, a Câmara Municipal de Lisboa criou o Programa de Valorização do Património Habitacional Municipal (PVP) onde surge o projeto Reabilita Primeiro Paga Depois. Este projeto destina-se a vender património municipal devoluto ou em mau estado de conservação, para obras de reabilitação, sendo o pagamento adiado para o final da operação de reabilitação. Este diferimento possibilita investimentos por parte de famílias ou pequenas e médias empresas que pretendem investir na reabilitação para habitação própria ou arrendamento. Assim, o município consegue incentivar a reabilitação do seu património habitacional sem recurso a capitais próprios e aumentar a oferta de habitação nos bairros históricos (Imagem 28).

Estimulada pelo projeto Reabilita Primeiro Paga Depois, a Câmara Municipal de Lisboa desenvolveu outro programa de reabilitação mais abrangente, vocacionado para a Área de Reabilitação Urbana de Lisboa. Este programa apresenta benefícios fiscais, facilidade de acesso a projetos de arquitetura e engenharia, facilidade das condições de financiamento e aquisição de materiais de construções aos melhores preços do mercado. Assumindo-se como dinamizador, o município gerou várias parcerias com entidades ligadas à reabilitação urbana para que pudessem criar soluções que resultassem em mais pessoas e mais emprego para a cidade.

As intervenções de reabilitação que resultam de investimentos privados tornam-se cada vez mais uma realidade e apesar de ativarem a economia e recuperarem o património edificado podem resultar em más requalificações quando analisadas num contexto urbano amplo. Grandes cidades,



como Lisboa, beneficiam de investimentos na requalificação de edifícios tipicamente habitacionais tornando-os em unidades hoteleiras dedicadas, especialmente, ao turismo. As cidades devem encontrar um equilíbrio entre os seus componentes urbanos de habitação, equipamentos e infraestruturas. Assim, deveriam ser criadas percentagens de usos para que a componente social e económica não se sobreponha à componente habitacional. Mesmo que estes investimentos na vertente turística proporcionem uma cidade com maior potencial das atividades urbanas, estes equipamentos serão utilizados, na sua maioria, por visitantes.

Relativamente à zona da Baixa, a Câmara Municipal de Lisboa criou um plano de revitalização, através de uma equipa multidisciplinar, que pretende uma profunda reformulação respondendo a várias problemáticas. Nas suas premissas percebe-se que pretende restituir a zona Baixa-Chiado como um grande centro de atividades comerciais e de lazer, que apesar de histórico será também inovador. Para as diferentes atividades defendem a renovação de uma zona que se dedique especificamente às mesmas. Com o objetivo de tornar a Baixa-Chiado como um espaço urbano único e atrativo para novos moradores pretende-se a idealização de um modelo específico de habitação de forma a repovoar as casas vazias e a reformulação da circulação do automóvel.

A Sociedade de Reabilitação Urbana da área da Baixa Pombalina garante a renovação e revitalização deste espaço, valorizando como um conjunto urbano único e contrariando a decadência social, através da regularização das novas intervenções. As propostas de intervenções pontuais, tanto na Baixa como na sua envolvente, são também um aspeto importante a valorizar pois tornam a zona mais atrativa e consequentemente o aumento no interesse na sua reabilitação urbana.

A candidatura a Património Mundial, em 2004, foi também um impulsionador que incentivou a rápida revitalização, procurando *“criar condições para a definição de regras de intervenção neste espaço que se isola no panorama global da cidade, mas que se mantém, indiscutivelmente, como o coração do centro de Lisboa”*. (Mateus, 2005)

Quanto à mobilidade urbana, percebe-se que os seus padrões se têm vindo a alterar nos últimos anos, consequentes do desenvolvimento económico, tecnológico e social. Cada vez mais existem transportes motorizados a circular nos centros urbanos reflexo da dispersão urbana, devido à descentralização das atividades e serviços. Os atuais padrões de mobilidade demonstram um excesso da utilização do transporte individual, que se traduz num impacto negativo no meio urbano, quer a nível ambiental quer a nível da qualidade de vida urbana, pelos frequentes congestionamentos e invasão do espaço público pelo automóvel. Quanto à cidade de Lisboa, foi estabelecido um Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS-AML) de forma a elaborar estratégias de intervenção coerentes à escala da cidade, no domínio da mobilidade sustentável.

Portugal criou um Programa de Mobilidade Elétrica, resultante do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, que pretende a introdução da utilização do veículo elétrico. Assim, na metrópole de Lisboa já se encontram postos de carregamento na via pública que incentivam a uma mobilidade urbana mais sustentável, utilizando energias renováveis e não poluentes. A bicicleta já não mais vista só para atividades recreativas e de lazer, mas também como um transporte individual. Espera-se que a sua utilização como um meio de transporte alternativo se massifique, especialmente em pequenas distâncias, aliada aos transportes públicos. Efetivamente, na cidade espera-se uma

redução do volume do tráfego, combatido pelos transportes públicos e bicicletas, levando à redução também dos fluxos de trânsito.

Todas estas preocupações da mobilidade urbana devem coincidir com o ordenamento do território, levando a que as alternativas ao automóvel sejam corretamente aplicadas e que hajam condições favoráveis à existência de ambos. É da responsabilidade municipal a criação de espaços urbanos voltados para uma mobilidade sustentável através da criação de ciclovias, vias destinadas a transportes públicos e até percursos urbanos para a circulação pedestre.

Na Baixa Pombalina, através de estudo de redução do tráfego, surgiu o projeto da circular das colinas que favorece a circulação pedonal nesta via que se caracterizava por 70% de veículos em atravessamento todos os dias.

Em suma, percebe-se a importância que a reabilitação urbana e a identidade histórica e cultural são um elemento fundamental e autêntico que deverá ser cada vez mais explorado, visto que oferece ao local uma imagem urbana única. Apesar dos programas mencionados e as intenções do município esta imagem urbana pode estar em perigo se não houver reais intervenções que a preservem, principalmente em relação à deturpação do edificado, que é o elemento chave do centro histórico de Lisboa.

*“Parece que, hoje em dia, os cidadãos têm os sentidos embotados (...) aprisionados a um ritmo de vida frenético em que a única disponibilidade se canaliza para um ecrã. Se olhassem em volta (os cidadãos), com olhos de ver, verificariam o estado desastroso em que as fachadas das casas antigas se encontram, as degradadas e as reabilitadas.”* (Grade, 2016)

## 2.4 Centros históricos- Problemáticas comuns

Os centros históricos são uma parte fundamental do contexto urbano. Poderia até dizer-se que são o berço da vida social e económica. Outrora, no centro histórico coabitavam todos os elementos fundamentais à vida na cidade, funcionando equilibradamente entre si e garantindo um espaço urbano de excelência. No entanto, as relações básicas entre os habitantes e o espaço foram sendo quebradas, levando à deterioração do centro. Os centros históricos são portadores das memórias físicas das sociedades e é importante que sejam reconhecidos pela sua identidade particular que nos transmite as nossas crenças, tradições e hábitos sociais. A reabilitação é essencial de forma a preservar todos estes elementos, valorizar o património e ao mesmo tempo recuperar o seu valor social e económico que, progressivamente, se tem perdido.

Toda a vida funcional nos centros históricos é constituída pelos seus diversos elementos que devem estar equilibrados entre si. Caso este aspeto não seja respeitado e algum dos elementos sofra alterações que influencie a vida urbana todos os outros entram em decadência também, como um efeito dominó, pois dependem uns dos outros. Várias são as problemáticas que foram sendo apontadas para o estado atual dos centros históricos que efetivamente se repetem, tornando-se comuns a todos estes.

*“O abandono dos centros históricos é um problema global e não ocorre só em Portugal”* (Schmidt & Cardoso, 2007).

O habitante é o principal interveniente, pois é ele que estimula o funcionamento social e económico. A desertificação dos centros urbanos é um dos principais obstáculos à reabilitação. As famílias jovens foram abandonando estes espaços à procura de outras condições que correspondessem às suas necessidades na periferia, onde há maior relação de oferta e procura. Outro fator é também o aumento da transformação dos edifícios habitacionais para o sector terciário, que implica também a identidade local.

A saída das famílias jovens resulta na problemática da falta de renovação de gerações, deixando os centros envelhecidos. A população residente é maioritariamente idosa e isto reflete-se negativamente no crescimento social e na recuperação sustentável. Esta camada social corresponde, por norma, àquela com menos posses económicas, o que leva ao declínio do comércio e do parque habitacional.

Sem dúvida, as fachadas do património edificado transmitem diretamente a imagem de um local, através da sua materialidade e fisionomia histórica e arquitetónica. Porém, estas precisam de ser conservadas e fiéis à sua imagem. A sua principal ameaça está diretamente ligada com envelhecimento dos seus habitantes. Com o congelamento de rendas de valor não justificável, a maior parte dos proprietários não reúne condições para fazer obras de conservação do edificado, degradando a imagem do parque habitacional progressivamente.

Outro aspeto que é comum a todos os centros históricos é descentralização do comércio para as zonas periféricas e novos bairros. Antigamente, era nos centros que se efetuavam as trocas comerciais, no entanto com o crescimento das cidades para a periferia também as atividades comerciais foram transferidas. O aparecimento dos centros comerciais ou hipermercados fez com

que o comércio tradicional de rua fosse perdendo a sua importância e atratividade. A existência de comércio é essencial para aliciar a população a viver nos centros históricos sendo assim importante que estes sejam mantidos.

Por último, a questão da mobilidade urbana é um assunto que urge cada vez mais. Atualmente, existe um excesso de automóveis a percorrer os centros históricos, que dotados de ruas estreitas dificultam a circulação de veículos e condicionam a circulação pedestre. De forma a não tornar a circulação caótica no interior dos centros históricos é necessário que as cidades tenham atenção à sua estrutura viária, reforçando a importância do pedestre. Realça-se também a importância do uso de transportes públicos, podendo ser utilizadas viaturas de pequena dimensão que circulem nos centros históricos.

Depois de percebidas as problemáticas comuns aos centros históricos, uma das soluções que se poderia adotar para o seu desenvolvimento urbano prende-se com uma utilização mista de usos, que tornaria os centros compactos evitando grandes deslocações e tornando-os mais sustentáveis e revigorados. Se os centros rejeitarem o modelo praticamente monofuncional que exercem atualmente e a dependência do automóvel conseguirão um espaço onde a sociedade prospere e um sistema funcional de transportes, devolvendo a vida social nas ruas e praças aos seus pedestres e comunidades. Inspirados no modelo de Richard Rogers (em *“Cidades para um pequeno planeta”*), os centros urbanos tornar-se-iam um núcleo compacto que se desenvolve em torno de uma rede de vizinhanças, distribuindo as zonas habitacionais, de comércio e serviços e espaços públicos através de uma rede de sustentável de mobilidade.

Uma percentagem correta dos usos mistos reduz a necessidade de grandes deslocações, possibilitando que os habitantes se desloquem a pé ou de bicicleta, fortalecendo a proximidade entre a habitação e o local de trabalho, serviços ou comércio. Desta forma, os centros históricos retomariam a sua qualidade de habitat ideal para uma sociedade pensada nas necessidades da comunidade. Melhor qualidade de vida, melhor dinâmica na mobilidade e maior preocupação com o espaço público e de lazer fariam com que os centros históricos voltassem a ser povoados e valorizados.

3

## O CENTRO HISTÓRICO GUIMARÃES

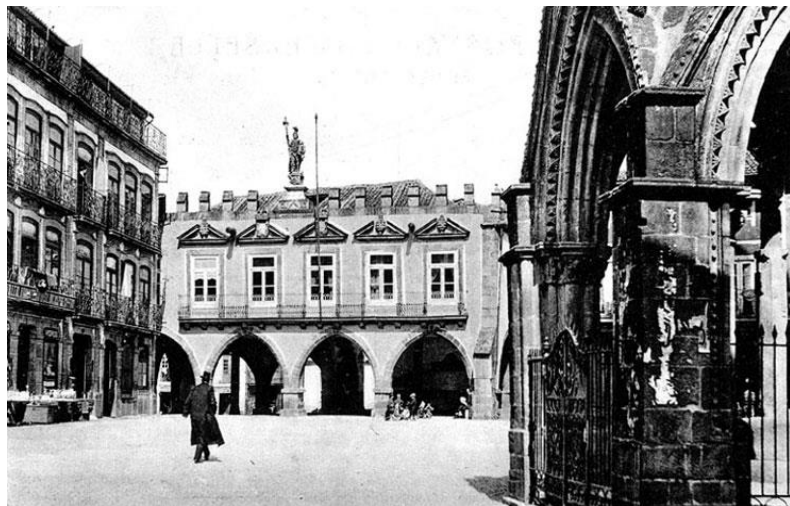


Imagem 29- Largo da Oliveira, 1942

## Capítulo 3

### 3.1. “Duas vilas, um só Povo”

Contextualização Histórica da cidade de Guimarães

### 3.2. Intervenção do Gabinete Técnico Local na Reabilitação Urbana em Guimarães

### 3.3. Habitação típica do Centro Histórico

#### 3.3.1. Evolução construtiva do edificado habitacional

#### 3.3.2. A construção Vimaranesa e a construção Portuguesa

### 3.1 “Duas vilas, um só Povo”

*“Apolónia, Aradiva, Araduca, Célia, Cidade de Santa Maria, Columbina, Latita, Leobriga, Vimaranes...teve Guimarães tantos nomes, quantos povos que a habitaram ou quantos os historiadores, que nela escreveram.”* (Caldas, 1996)

As primeiras ocupações daquele que viria a ser o condado de Vimaranes tratam-se de povoações tribais e posteriormente do povo romano, após a sua chegada ao território correspondente ao atual concelho, no entanto não foram estes os que lhe deram origem.

Após a sua conquista, os romanos começaram a descer os montes onde estavam fixados e que se entendiam como um local estratégico às batalhas. No vale, surgem então as primeiras unidades rurais ou parcelas distintas, às quais chamaram de Villas<sup>2</sup>. Numa destas Villas, intitulada de Vimaranes, devido ao seu fundador Vimara Peres (820-873), surgiu a atual cidade de Guimarães. Considera-se a condessa Mumadona Dias (900-968) fundadora deste condado portugalense, pelo qual mandou erguer várias construções tanto sociais como militares. Entre 950 e 959, a condessa fundou um mosteiro para monges e freiras, na Quinta de Vimaranes, junto à importante via proveniente de Braga, com a intenção de poder recolher-se nele quando ficasse viúva de D. Hermenegildo Mendes. Poucos anos depois, mandou construir, nas proximidades, um castelo - atual castelo de Guimarães - com função defensiva do mosteiro e da povoação dos ataques normandos. Desta forma, oferece à povoação um refugio tanto a nível da proteção espiritual do mosteiro como da segurança material do castelo.

A divisão do condado é efetuada em duas vilas: a Vila Baixa, junta das estradas e do mosteiro, e a Vila Alta, ou Vila do Castelo. Esta dualidade tem um caráter clássico inspirado nos modelos da cidade europeia medieval (Imagem 30).

Em 1096, Guimarães recebeu o seu primeiro Foral<sup>3</sup>, pelas mãos do Conde D. Henrique, que se tinha já estabelecido no burgo vimaranense. Este documento já demonstrava preocupações comerciais que seriam mais tarde confirmadas por Afonso Henriques, em 1128. Com D. Henrique vieram também francos - Amberto Gualter e Roberto Tibaldo - que auxiliaram na edificação da antiga igreja de Santiago. Caso esta não tivesse sido demolida, no século XVI, seria dos exemplos mais antigos do românico, em território português.

Afonso Henriques (1109-1185), filho de D. Henrique, garante a independência do Condado Portugalense, perante o domínio do Reino de Leão, tornando-se assim o primeiro Rei de Portugal. Apesar da ligação entre as duas vilas, através da Rua de Santa Maria, a divisão do burgo continuou a existir, com D. Afonso I a conceder-lhes privilégios e jurisdição diferente.

<sup>2</sup> “(...)parcelas desmembradas da antiga propriedade coletiva da citânias chamou-se em latim villae” (Meyra, 1907)

<sup>3</sup> Documento proveniente da realeza, através do que se constituía o concelho, se percebia a sua administração e se indicavam os seus limites e privilégios

Este cenário é levado para reinados posteriores onde surge o amuralhamento das duas vilas: a Vila Alta do Castelo e mais tarde a Vila Baixa de Santa Maria da Oliveira (Imagem 31). A segunda muralha envolve toda a Vila Baixa e quando encontra a primeira muralha, já existente, formam uma só muralha contínua que abraça os dois burgos. “(...) *defende-se que por 1250 se deverá ter decidido o amuralhar do antigo burgo, até aí, aberto, ao sabor defensivo do reduto acastelado e murado da colina.*” (Ferreira, 2010).

As ligações rodoviárias que já valorizavam o posicionamento geográfico da Vila ganham ainda mais importância com a localização das portas das muralhas nas interseções com as vias medievais existentes e a sua continuidade para o interior da vila. Algumas destas vias formam o principal meio de atravessamento da vila por homens e mercadorias, pretendendo chegar à Praça Maior<sup>4</sup>, que relaciona tanto o núcleo mercantil como o religioso. Dentro das muralhas, percebe-se que desenho urbano preserva o cariz sinuoso destas vias medievais que seguem o declive natural do terreno, tal como outras vias mais regulares que podem ter resultado do traçado das muralhas. Assim, “(...) *preserva uma escala de vizinhança e de domesticidade, numa via que satisfaz ao mesmo tempo a funcionalidade de trânsito de longo curso.*” (Oliveira, Ferrão, & Ramos, 2013)

É D. Fernando I (1345-1383) o primeiro a intervir com o objetivo de unir as povoações, e apesar de ter mantido as duas vilas através da separação física entre elas alterou a jurisdição de forma a ser a mesma para ambas, criando a expressão: ‘Duas vilas, um só povo’. Porém, é em 1389 que D. João I (1357-1433) manda demolir a muralha transversal que separava as duas vilas, passando a Vila Alta a chamar-se Vila Velha do Castelo. Esta união é oficializada por carta régia, decretando a união jurisdicional das duas vilas.

*“Pouco a pouco, com o seu crescimento progressivo, as duas povoações iam-se aproximando, até que um momento chegou em que se encontraram fundidas. O povoado superior teve logo de começo, pelo estreito âmbito em que se estabeleceu e pela muralha que cedo o rodeou, uma coesão e uma unidade que parece ter faltado, em principio, ao povoado inferior”* (Meyra, 1907)

---

<sup>4</sup> Atual Largo da Oliveira



Imagem 30 - Planta da evolução urbana de Guimarães, entre 950 e 1279. A Bipolarização da cidade: o núcleo fortificado do castelo na Vila Alta e a área indefesa da Vila Baixa



Imagem 31 - Planta da evolução urbana de Guimarães, entre 1279 e 1498. A unificação gótica da cidade. A linha vermelha representa o principal percurso de chegada, na época medieval, a Guimarães, que tinha como fim a Praça Maior



No século XVI, através da planta da cidade (Imagem 32) compreendem-se as renovações culturais e sociais ocorridas, demonstrando uma imagem da vila ligada à Casa Ducal, mandada contruir pelo Duque de Bragança, Afonso I de Bragança (1377-1461). Com a notícia de um possível domínio Filipino sobre Portugal, a muralha sofreu alterações de forma a facilitar a defesa.

No século XVII, começou a modificar-se o movimento fora das muralhas, que permitiam uma grande expansão, enquanto o interior das muralhas se tornou cada vez mais denso. A envolvente exterior deste amuralhado tornou-se mais dinâmica, possibilitando o aparecimento de espaços de lazer amplos e arejados, como o Largo do Toural, o Campo da Feira e o Terreiro de São Francisco, ligado ao convento franciscano. Estes espaços exteriores à muralha tornaram-se de grande interesse comercial, fundando-se uma nova Alfândega para a exposição de produtos vindos de fora.

Entre os séculos XVIII e XIX, a vila foi associada ao desenvolvimento industrial e comercial, resultando na fixação da burguesia em Guimarães. Surgem assim, novas casas burguesas, de construção pombalina ou neoclássicas, e grandes avenidas. Destas estas novas edificações resultaram perdas significativas e fragmentos da história de Guimarães, ao tentarem criar uma linguagem uniforme para toda a vila (Imagem 33).

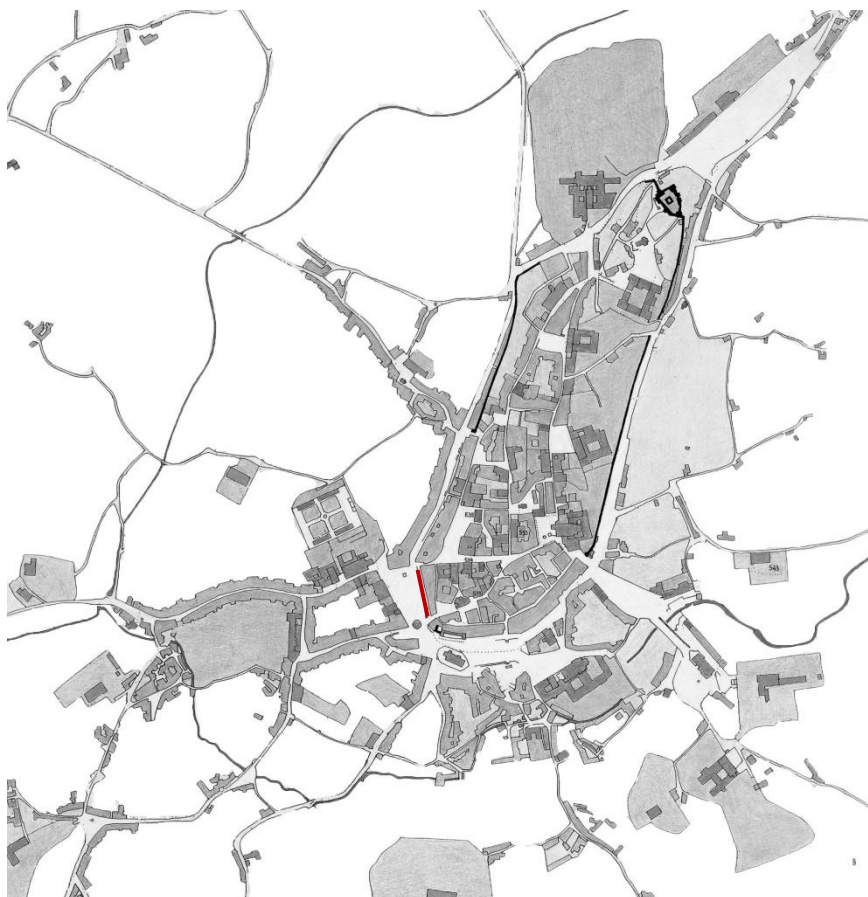
Esta passagem entre séculos revelou-se uma época muito contraditória, pois tanto se preservava como se destruía em massa, o que revela um pouco do pensamento iluminista da época e do lento aparecimento e importância do conceito de monumento.

Estas contradições são realçadas e afirmadas pelas ordens de D. Maria I, no final do século XVIII, que começa por considerar a muralha inútil (1793), visto que constituía um impedimento ao crescimento e desenvolvimento populacional, e mais tarde valoriza-a, tornando-a numa admirável antiguidade (1799).

Imagem 32 - Planta da evolução urbana de Guimarães, entre 1498 e 1750. A qualificação renascentista, maneirista e barroca da cidade



Imagem 33 - Planta da evolução urbana de Guimarães, entre 1750 e 1863. A Reforma rococó e neoclássica da cidade. A linha vermelha representa o troço da muralha derrubado no Largo do Toural para construir a corrente de casas tipicamente pombalinas



No século que se segue começam a surgir mais preocupações quando à sensibilidade da preocupação patrimonial, face à atitude destruidora dos monumentos. Os monumentos antigos da cidade de Guimarães são, efetivamente, o primeiro alvo da preocupação do património arquitetónico, dado que justificam o valor histórico-cultural da cidade. Neste contexto, surge a primeira comissão de defesa da fortificação, a meados do século XIX, designada como *“Os amigos do Castelo”* que tem como objetivo embelezar e reedificar o Castelo. O arqueólogo Francisco Martins Sarmiento (1833-1899), personalidade vimaranense, defendeu o património arquitetónico enquanto monumento histórico, de forma a sensibilizar a população no sentido de proteger as suas obras.

Uma década depois, Guimarães desenvolve o seu primeiro Plano Urbano de Melhoramentos, o que obriga ao levantamento da Planta da Cidade. Deste plano constam propostas como rebaixamento das ruas, terraplanagens, abertura de novas ruas, criação de novas alamedas e jardins, bem como a arborização de praças já existentes.

*“É elevada esta vila Guimarães à categoria de cidade com denominação da Cidade de Guimarães; por carta de lei deste dia, que manda cumprir o decreto de 19 de fevereiro de 1853.”* (Faria, 1853)

Neste século, surgem as casas burguesas com grandes quintas, palacetes urbanos, é demolida a Capela de Santiago, na Praça de Santiago, o Chafariz quinhentista do Toural é desmontado e passado para o Jardim do Carmo, a milagrosa oliveira do Largo da Oliveira é removida e ocorre a inauguração da Estação dos Caminhos-de-ferro, em 1884 (Imagem 34). O século XX dedicou-se aos espaços públicos e de lazer da cidade. Primeiramente, o projeto para melhorar a antiga Praça de D. Afonso Henriques, atual Largo do Toural, com o objeto de criar um jardim público contínuo até ao Largo de D. Afonso Henriques, atual Alameda de S. Dâmaso. Entre 1923 e 1925 o Plano de Alargamento da Cidade tinha como propósito responder às questões da época moderna, conforto e salubridade. Para estes efeitos, a cidade necessitava de crescer para fora da muralha atendendo a valores estéticos, de segurança, abastecimento e circulação, sem afetar a vila medieval no centro. Este plano incluía ainda propostas de novos Paços Municipais (Imagem 35) e de um bairro operário.



Imagem 34 - Planta da evolução urbana de Guimarães, entre 1863 e 1924. Expansão eclética e industrial da cidade. A linha vermelha representa o local proposto para os Paços do Concelho e a Estação de Caminho de Ferro

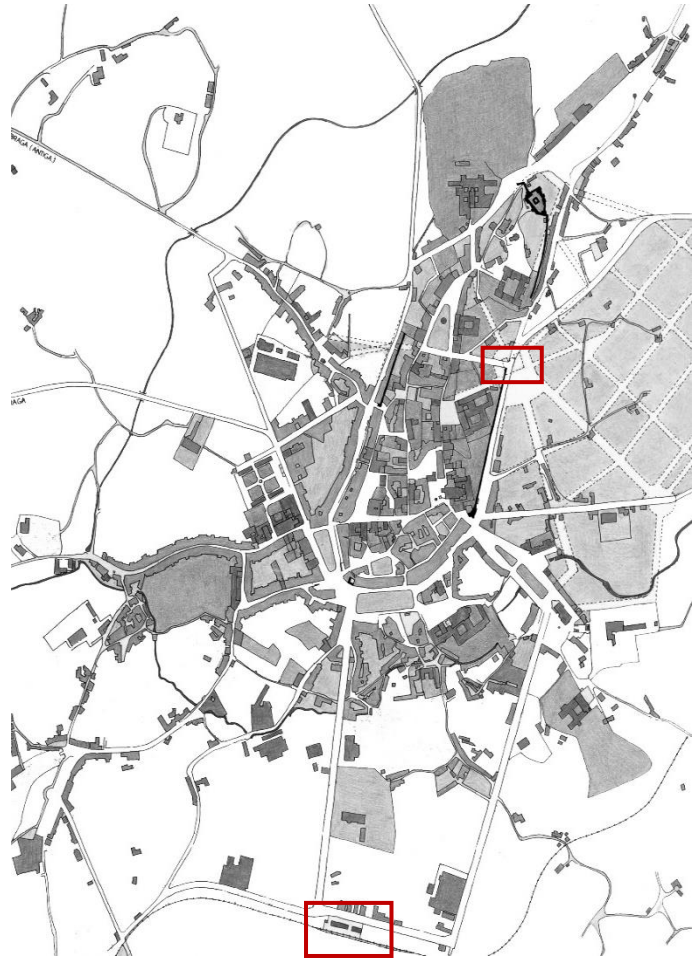
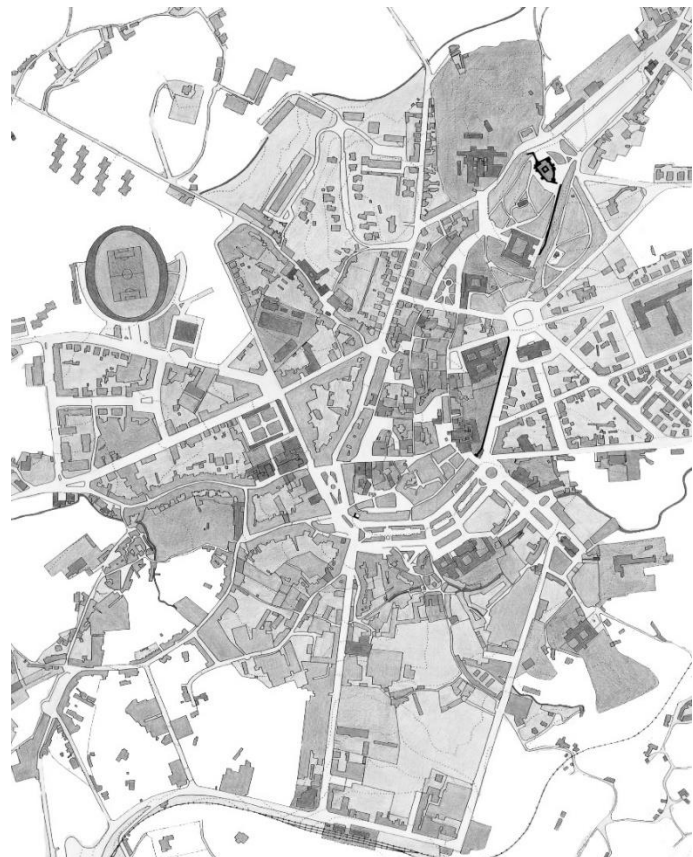


Imagem 35 - Planta da evolução urbana de Guimarães, entre 1924 e 1974. Ampliação e renovação moderno-monumental da cidade



*“A cidade asfixia dentro das vielas, que eram ruas, há séculos; os seus habitantes não têm terreno com luz e sol onde possam construir as suas habitações. (...) deve-se, conservando-o o velho burgo, com o carinho que merece o que é antigo e tradicional, abrir-lhe caminho, livre e amplo, por onde possa alargar-se e crescer.”* (Mariano Felgueiras, 1925)

Durante esta fase, a cidade observou também a construção da estrutura de apoio ao Mercado Municipal e do Santuário Eucarístico da Penha. Em 1955, o Plano de Urbanização de Guimarães tinha como principal objetivo remodelar o desenho urbano, pela classificação e preservação das áreas de maior valor arquitetónico e arqueológico.

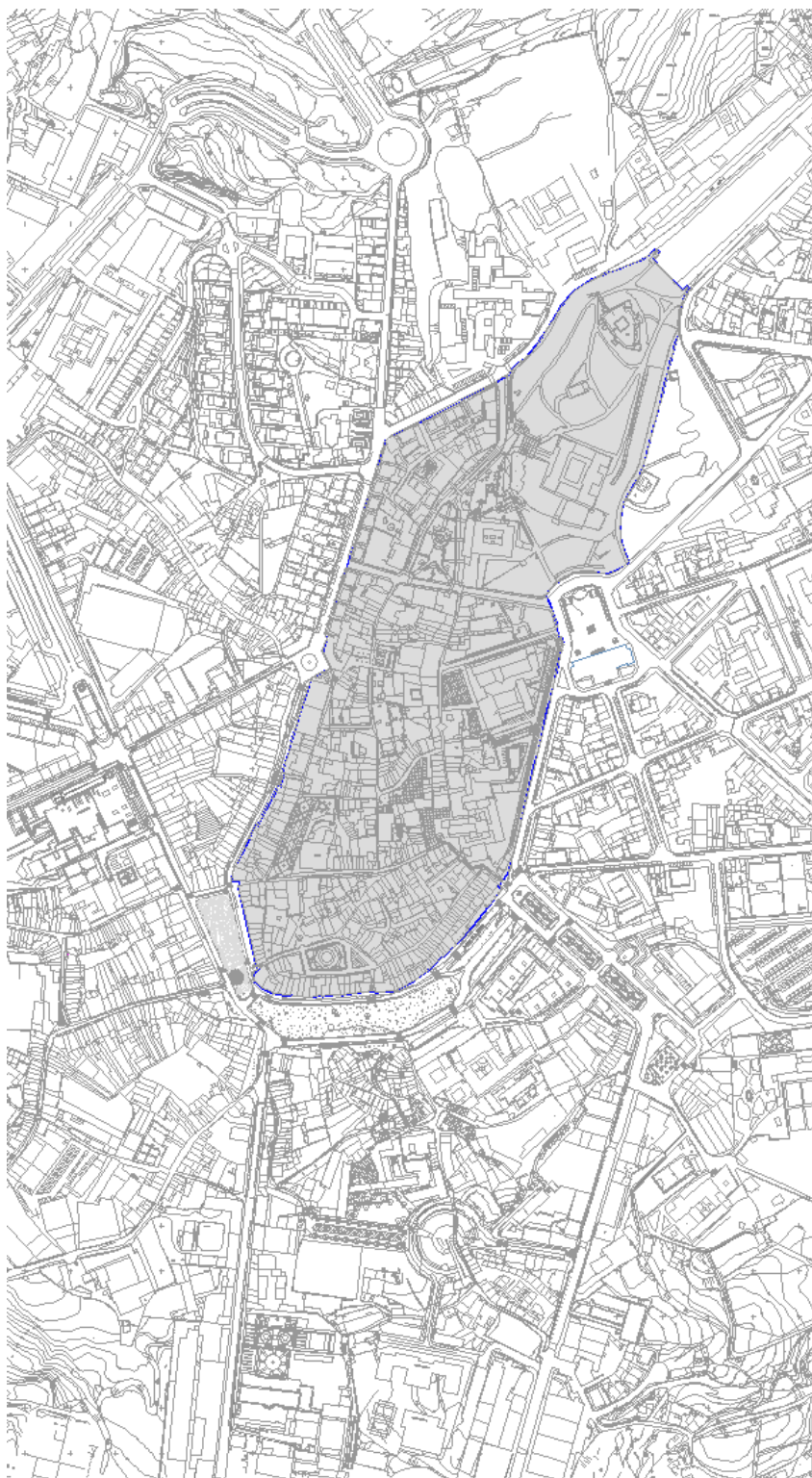
O paradoxo entre a atitude de preservar e de demolir sempre esteve presente e neste século não é exceção. Entre o período de 1940 e 1970 foram restauradas a Igreja de S. Francisco (1947), a Igreja de S. Domingos (1962) e a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira (1970).

Nos anos 80, a Câmara Municipal de Guimarães criou o GTL, com a intenção de reabilitar o centro histórico da cidade, liderado pela arquiteta Alexandra Gestas. Fernando Távora junta-se a este gabinete e tentam combater a destruição e danos causados no centro histórico durante o século anterior.

Fernando Távora (1923-2005) inicia a sua aproximação à cidade de Guimarães o que origina uma mudança de atitude perante as intervenções na cidade. Começou pelo projeto de reabilitação do Mosteiro da Costa para Pousada de Santa Marinha da Costa e do Plano Geral de Urbanização de Guimarães, que incluía uma nova circular rodoviária, que circundava a cidade, integrada num corredor de vegetação. Este plano realçou o valor cultural do centro histórico, incentivando a preservação e recuperação do mesmo. Estas ações de reabilitação pelo Gabinete Técnico Local contribuíram para a sua classificação como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 2001.

Os projetos do século XX terminam com a inauguração do Teleférico, que liga o Santuário da Penha à cidade e o século XXI surge com a inauguração do Pavilhão Multiusos de Guimarães. Em 2004, com a realização do Campeonato Europeu de Futebol em Portugal, Guimarães é escolhido para acolher este evento, o que gerou reabilitações urbanísticas na zona envolvente do Estádio D. Afonso Henriques. Em 2012, Guimarães foi capital Europeia da Cultura originando uma série de remodelações e novos projetos para a cidade (Imagem 36). Estas intervenções centralizaram-se nas zonas mais degradadas da cidade como o núcleo de Couros e edifícios habitacionais e fabris em desuso. Em destaque encontra-se a intervenção na área do Mercado Municipal que se transforma, agora, em Plataforma das Artes pelo Ateliê Pitágoras. Porém, existem também espaços públicos da cidade que são reformulados, destacando-se o Projeto de Requalificação Urbanística do Centro de Guimarães que incluíam o Largo do Toural, a Alameda de S. Dâmaso e a Rua de Santo António.

Imagem 36 - Planta atual de Guimarães, sem escala. A área demarcada trata-se da zona protegida como património mundial, em 2011



## 3.2 - Intervenção do Gabinete Técnico Local na Reabilitação Urbana em Guimarães

Com a evolução urbana de Guimarães, analisada anteriormente, percebe-se que a cidade já passou com várias transformações e momentos de expansão. Porém, nem todas as estas transformações contribuíram para o desenvolvimento e progresso de Guimarães, como a “(...) *tendência em voga no séc. XIX, que consistia em “limpar” as praças e largos através do apeamento e demolições insensatas e levar para os museus as peças provenientes das “limpezas”* (Ribeiro, 1989), o que resultou em perdas irreversíveis para a cultura e história.

Efetivamente, a tendência que se inicia no século XIX e ainda mais marcante no século XX era de criar uma imagem diferente da cidade procurando uma modernização, sem se afastar da área do centro. Este pensamento foi a causa de muitas demolições do edificado com os objetivos de abrir ruas, contruir novos edifícios, libertar a envolvente dos monumentos considerados mais importantes e criar novos jardins a grande escala. No entanto, enquanto se demolia e se contruía novamente era esquecida a preservação do património da cidade que *“é qualidade e memória. Sem qualidade intrínseca ou circunstancial não haverá fundamento para que um testemunho/memória tenha que ser conservado”* (Almeida, 1993)

Com o final dos anos 60 e de uma renovação urbana um pouco fachadista na década de 70 a área de então definida como centro histórico intramuros abrange uma sobreposição de áreas de proteção a monumentos nacionais. O fachadismo, que se seguia a nível nacional, rompia com a estreita ligação entre tipologia e morfologia urbana na cidade histórica e tornou-se visivelmente como uma atitude comunista na arquitetura. Comprovando esta atitude, até 1983, para apreciar e deliberar os licenciamentos de projetos para esta zona intramuros recorria-se a um ‘consultor estético’, nomeado pelo estado para o município, de forma a conservar-se os valores que consideravam nacionalistas.

É nesta fase que se começa a sentir a necessidade de controlar as áreas urbanas, tanto as que já se encontravam consolidadas como as restantes, e a maior parte da mancha territorial pertencente ao concelho. Em 1982, a Câmara Municipal de Guimarães apresenta uma memória descritiva para anunciar o debate público do Plano Geral de Urbanização da Cidade onde se lê que *“os homens que habitavam os castros não tinham problemas de poluição, de emprego, de trânsito, de escolas, de localização de indústrias ou de defesa dos solos agrícolas, e de tantos outros que preocupam o nosso dia a dia. Mas não se pense que a sociedade castreja, ou a romana, ou a medieval, ou a do séc. XVI, ou a do séc. XIX, não planeavam os seus aglomerados e a sua existência.”* (Távora, 1982)

Perante a necessidade de estabelecer Normas Provisórias para um controlo, ainda que também provisório, do processo de urbanização, antecipando um Plano Diretor Municipal, e a necessidade de estruturar um Plano Pormenor, já previsto no Plano Geral de Urbanização, e de criar uma gestão urbanística do núcleo histórico, Nuno Portas propõe a criação de um Gabinete (municipal) do Centro Histórico. Antes da elaboração do Plano Diretor Municipal a ICOMOS gerou a Carta de



Salvaguarda das Cidades Históricas em que defendia que a preservação da cidade histórica devia *“fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento económico e social e ser tida em conta nos planos de ordenamento e planos urbanísticos”* e *“abarcas as relações da cidade com o seu meio envolvente, natural ou humanizado”*, de forma a salvaguardar *“as vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história”*. Assim, a criação de um Gabinete do Centro Histórico antecipava estas preocupações, dada a degradação funcional dos espaços públicos, a decadência da infraestrutura básica existente, o declínio progressivo do edificado e redução consequente da população, que já se observava.

A Câmara Municipal de Guimarães nomeou a arquiteta Alexandra Gestas para dirigir este gabinete e definir a sua estratégia de atuação, juntamente com o arquiteto Fernando Távora, que é então convidado. Inicialmente, a área de intervenção abrangia somente zona intramuros, as zonas de expansão da cidade durante o período da revolução industrial e alguns tecidos envolventes dos anos 30-40.

O Gabinete do Centro Histórico foi gradualmente ganhando poder administrativo e passado dois anos passou a designar-se como Gabinete Técnico Local (GTL). Desde cedo percebeu a importância de potencializar os investimentos particulares e por isso foram estabelecidas algumas regras de gestão urbanística, principalmente no que se refere aos licenciamentos até então muito condicionados. Negociando com os proprietários e autores dos projetos, o GTL pretendia persuadi-los a recusarem o fachadismo de demolir e voltar a reproduzir em betão. A escala humana e social do centro histórico de Guimarães sempre foi a chave dinamizadora do seu trabalho e por isso as suas ações resultaram de um levantamento lote a lote para poderem perceber o estado atual de cada edifício.

*“A escolha destes projetos - elaborados pelo gabinete técnico local - pretendeu responder ao duplo objetivo de favorecer a função cultural do núcleo medieval e “pressionar” os proprietários dos imóveis degradados a empreender trabalhos de reabilitação, mais ou menos apoiados por linhas de crédito criadas pelo Estado.”* (Grande, 2012)

A gestão urbana pensada pelo GTL desenvolve-se em três áreas fundamentais, que são a requalificação dos espaços públicos, a conservação e reabilitação do edificado de responsabilidade municipal e, por último, o incentivo e o apoio técnico para a recuperação de obras particulares.

*“A reabilitação dos espaços públicos, de edifícios municipais cedendo a sua forma a novas funções e o apoio técnico e financeiro à iniciativa privada, constituíram três das principais linhas estratégicas que sustentam a concretização dos dois objetivos que nomeiam a intervenção no Centro Histórico de Guimarães.”* (Gestas, 1998)

Primeiramente, deu-se a requalificação dos espaços públicos da cidade (Imagens 37 a 42), que tinha como objetivo cativar o interesse da atividade privada. Com a colaboração do desenho rigoroso de Fernando Távora, o GTL começou por requalificar as grandes praças vimaranenses, intervindo também em outras praças e ruas do centro histórico. Foram criados novos e diferentes espaços, retirou-se o automóvel da zona intramuros, aperfeiçoou-se a escolha de materiais de forma a criar uma imagem unitária para a cidade e, mais importante, projetou-se tudo com referência à

memória de cada espaço. Até o próprio mobiliário urbano se posiciona estratégica e cuidadosamente e são incluídas novas infraestruturas necessárias no subsolo.

*“O arranjo de cada praça ou largo reveste-se de um carácter próprio de acordo com a sua forma, as suas funções, o seu ambiente construído, até a sua época. Assim será “barroco” o carácter da Praça do Município, “medieval” da Praça de Santiago, “renascentista” o do Largo de João Franco e “romântico” o do Largo da Condessa do Juncal. Caracteres diferentes inseridos num percurso urbano intramuros que garante a sua unidade dentro da sua diversidade.” (Trigueiros, 1993)*

As ações de reabilitação do edificado público e de uso público mantem o objetivo de incentivar o investimento privado e tornam-se exemplares e atrativos em locais estratégicos. Foram adquiridos alguns edifícios, imóveis devolutos ou ao abandono, de preferência com valor patrimonial e que cumprissem a função desejada de revitalizar o locais onde se inseriam. Nestas reabilitações foi fomentado o uso de técnicas e materiais construtivos tracionais de forma a conservar a identidade construtiva da cidade.

Nas obras particulares, o GTL procurou aproximar-se dos moradores para trabalhar em conjunto com os mesmos. Inicialmente, era o próprio gabinete que tentava consciencializar os moradores propondo intervenções, informando-os dos programas de financiamento existentes e tentando ajudar no apoio técnico necessário, de forma a melhorar a qualidade habitacional. Com o desenvolver do trabalho, os próprios particulares é que procuravam o gabinete. Assim, a conservação do edificado tornou-se num objetivo comum, articulando as intervenções públicas e privadas. Atuava-se lote a lote de forma a evitar o reordenamento cadastral que iria alterar a tipologia parcelária. Estas intervenções tonaram-se num processo de conservação do património habitacional e não num processo de substituição. Era o gabinete que se encarregava da gestão dos fundos e financiamentos, através de programas como o RECRIA e da fiscalização das obras privadas (quer na zona do centro histórico como fora), aprofundando cada vez mais uma relação próxima com os moradores.

*“A reabilitação do Centro Histórico de Guimarães, visa a recuperação e preservação do Património construído, de qualidade formal e funcional, cuja autenticidade é necessário manter no seu todo, pelo que a reabilitação passa também pela utilização dos materiais e técnicas construtivas tradicionais. O segundo objetivo é a manutenção na totalidade da população residente, sendo-lhe dada melhores condições de habitar.” (Gestas, 1998)*

Imagem 37 - Planta do proposto urbano para a Praça de Santiago, 1985



Imagem 38 - Fotografia da Praça de Santiago, 1983, arquivo Fundação Marques da Silva. Na foto pode perceber-se que a praça era ocupada maioritariamente por carros estacionados, sem qualquer ordem



Imagem 39 - Foto atual da Praça de Santiago, durante a Feira Afonsina. 2017



Imagem 40 - Esboços para a intervenção urbanística no Largo João Franco, 1995. GTL com colaboração de Fernando Távora

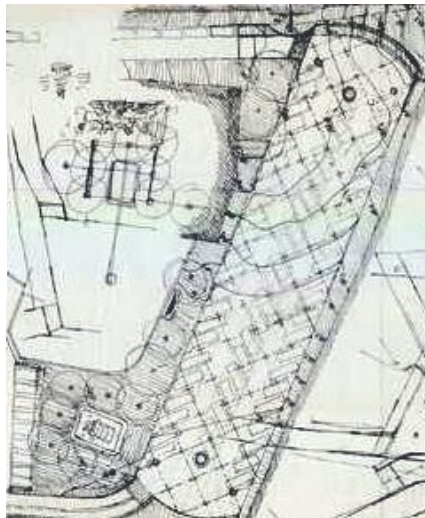


Imagem 41 - Fotografia do Largo João Franco, 1984. Antes da intervenção, a praça era ocupada maioritariamente por carros estacionados, sem qualquer ordem



Imagem 4224- Fotografia atual do Largo João Franco, 2018. Portugal em 360°





Facilmente o GTL percebeu que a aprendizagem é feita *in loco*, junto das habitações e dos seus moradores. Porém, existia dificuldade no recurso à mão de obra tradicional, que fosse capaz de trabalhar com os mesmos métodos e manter a autenticidade das técnicas tradicionais. De forma a combater esta carência, o gabinete criou uma escola de formação para empresas de construção civil - chamada de Escola de Formação Profissional- direcionada para a reabilitação urbana. Aqui geravam-se cursos de formação em construção tradicional, como canteiros, carpinteiros, pintores, calceteiros, trolhas e jardineiros.

*“Guimarães não teve tempo para esperar pela metodologia otimizada, de métodos de atuação testados, teve de projetar e obter resultados, avaliando-os, corrigindo o método, desenhando de novo...errando de novo, e aprender, construindo gradualmente uma pedagogia palpável, usável, aferível.”* (Aguiar, 1998)

O valor patrimonial urbano define-se como uma parte importante a nível cultural e das funções socioeconómicas, daí ser fundamental a sua preservação autêntica, à escala urbana. Os valores sociais são um elemento de identidade cultural, que pertence à história e à memória coletiva da cidade, e daí a preocupação do GTL em trabalhar diretamente com e para a população. Os valores económicos do património também fazem parte das preocupações da cidade pois, ligados diretamente aos usos e às atividades, influenciam o potencial económico da mesma, seja pelo pequeno comércio de rua ou pelo turismo e outras atratividades que resultam em mais dinheiro e porventura novos residentes. Assim, percebe-se que as ações de preservação do património edificado por parte do GTL são, sem dúvidas, exemplares e dignas de reconhecimento, pelo seu rigor e qualidade de intervenção.

A primeira distinção foi atribuída a Fernando Távora pela recuperação e adaptação da Casa da Rua Nova para sede do GTL (Imagens 43 a 45) com o Prémio Europa Nostra (Imagens 46 e 47), em 1985. Em 1989, com a conclusão do projeto da Praça de Santiago, Guimarães recebe o II Encontro Internacional de Municípios com Centro Histórico, para demonstrar as intenções e trabalhos realizados até então. Em 1993, pela primeira vez, a Associação dos Arquitetos premeia não um autor individual, mas sim uma equipa multidisciplinar- o GTL- com o Prémio Nacional de Arquitetura para a melhor obra de conservação. Segue-se o Prémio Real Fundação de Toledo, em 1996, pelas intervenções nas zonas históricas e rapidamente o exemplo de Guimarães espalha-se, relatado em artigos, destaques, encontros e congressos. Em dezembro de 2011, o centro histórico de Guimarães é classificado como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO e em 2012 a cidade torna-se Capital Europeia da Cultura.

Imagem 43 - Enquadramento da Rua Egas Moniz, 1976



Imagem 44 - Fachada Principal da casa, Rua Egas Moniz (antiga Rua Nova), 1976



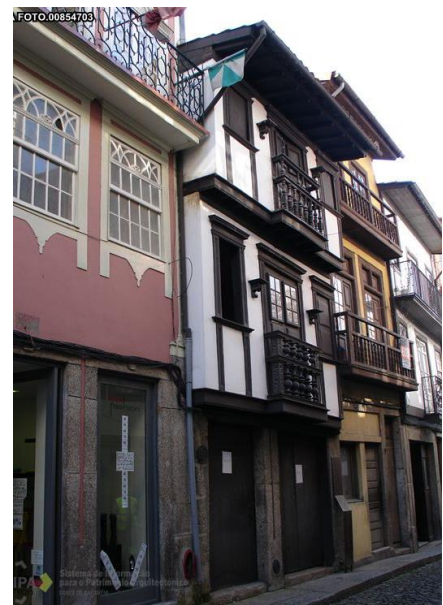
Imagem 45 - Piso superior da casa da Rua Egas Moniz, 1976



Imagem 46 - Placa Comemorativa do Prémio Europa Nostra, 2009



Imagem 47 - Enquadramento da Rua Egas Moniz, 2009. Fachada da casa já renovada, mantendo a imagem original, e com a placa comemorativa na parede exterior do piso térreo



## 3.3 Habitação típica do Centro Histórico

### 3.3.1 Evolução construtiva do edificado habitacional

Percebe-se que a génese da construção surge pela necessidade do Homem em procurar proteção e abrigo e estes ideais, aliados ao sentido estético, concretizam-se na construção de espaços familiares, religiosos e coletivos, tendo a cidade como princípio máximo da organização social e construtiva coletiva. Desde sempre, a relação do Homem com os materiais e sistemas construtivos constituiu uma dialética na qual ambos se condicionam e que, por conseguinte, condicionam a arquitetura.

As memórias das construções antes do período medieval em Guimarães são praticamente escassas e poucos são os registos sobre o modo de habitar no tempo em que a cidade se dividia ainda em duas vilas. Em Portugal, não era comum um registo técnico dos aspetos da construção, dificultando a determinação da origem ou influências dos sistemas e técnicas construtivas que evoluíram até ao modelo atual. A falta de informação deve-se também à fraca durabilidade das próprias construções, que eram concebidas por mestres pedreiros e, por vezes, em conjunto com os proprietários. A construção foi sempre determinada pelos materiais telúricos, abundantes na região, e pela capacidade do Homem de os obter e transformar consoante as suas necessidades. Em Guimarães, a montanha da Penha traduz-se como o melhor local para obtenção de madeira e granito.

As primeiras construções seriam ordenadas pelo parcelamento rural que resultaria num esboço de ordenamento do território para o plano urbano medieval. A topologia do terreno, a dificuldade técnica de construção e os custos seriam os principais obstáculos à construção e a um planeamento urbano correto. O processo de transformação construtiva foi evoluindo progressivamente com base no parcelamento rural primitivo que originou frentes urbanas labirínticas e irregulares, formadas por saliências, reentrâncias e intervalos de lotes.

Só no século XIV e XV, fora da zona amuralhada, surge a necessidade de regularizar lotes e casas para a criação de novas ruas. Nesta altura existem já dois tipos de construção- a casa comum e a casa mais prestigiada. Enquanto a casa comum continuava a usufruir de materiais mais rudimentares e de menor durabilidade, como a madeira, a palha e o colmo, nas residências mais engrandecidas utilizava-se materiais mais resistentes e duráveis, como o granito.

*“Neste centro histórico ainda se pode fruir a história e a atmosfera medieval dos primórdios da nacionalidade. O seu urbanismo intramuros conserva as ruas estreitas e tortuosas delineadas nos séculos XIV e XV. A malha gótica sobreviveu aos conceitos higienistas mais modernos, que tendencialmente levariam à demolição de certos quarteirões e à racionalização de espaços para conferir mais sol, luz e ar ao tecido medieval.”* (Sacadura, 2006)



Imagem 48 - Vista da cidade Guimarães, 1898. Em primeiro plano percebe-se a terraplanagem da ligação entre as avenidas D. Afonso Henriques e D. João IV para a abertura de uma nova avenida e o Palácio Vila Flor



Imagem 49 - Fotografia do Campo da Feira, data incerta (entre 1860 e 1870). Na foto percebe-se o antigo conjunto habitacional do lado direito, que foi mais tarde demolido para a abertura da Alameda S. Dâmaso, e a igreja da Irmandade dos Santos Passos

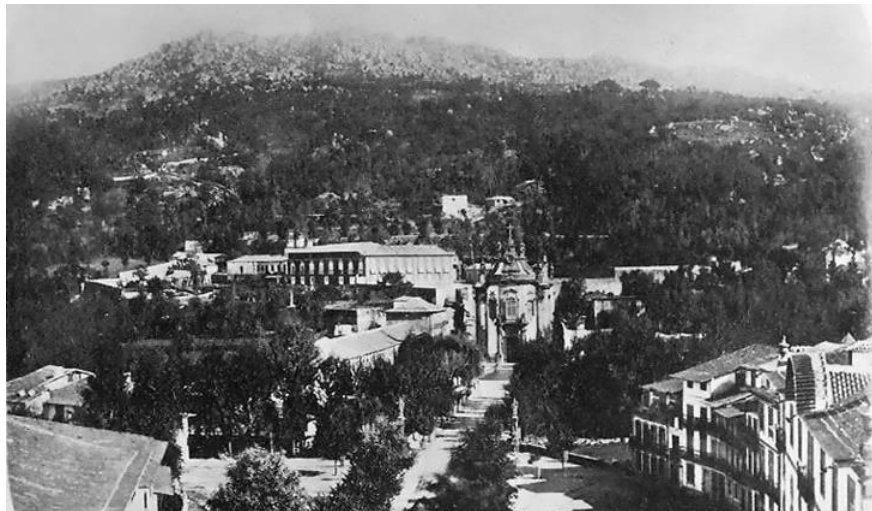


Imagem 50 - Vista da cidade de Guimarães, 1934. Percebe-se, ao fundo, o Castelo, o Paço dos Duques e os antigos Paços Municipais. Arquivo Sociedade Martins Sarmiento



Imagem 51 - Vista da cidade de Guimarães, início do século XX. A construção industrial começa a afirmar-se na cidade





A tipologia das casas nobres surge com o término do século XV e o início do século XVI, na zona intramuros e só se começam a expandir para extramuros no século XVIII com o crescimento da área urbana para zonas ainda em desenvolvimento que lhe permitem liberdade na conceção do desenho da planta e maiores dimensões. Esta nova tipologia é construída em pedra, enquanto a casa comum continua com a utilização dos mesmos materiais. Só no século XVI é que foi regulamentada a sua construção para a utilização de pedra no piso térreo e a madeira, taipa e tijolo para os pisos superiores. A cobertura em telha só aparece em substituição do colmo já no século XVII. Nesta altura, o mercado era abastado e surgem as primeiras casas burguesas que possuíam meios para a utilização de granito nas suas habitações, podendo este ser utilizado no piso térreo ou nos dois primeiros pisos, sendo os restantes de taipa. Ainda no século XVII, as casas medievais vão sendo progressivamente substituídas por novas tipologias- intituladas de casas filipinas - que, apesar de manter a dimensão do lote, crescem em altura fixando três pisos, nos quais o térreo é em pedra e seria para loja e os dois superiores em taipa para habitação.

*“O tecido urbano foi reformulado (...) As casas, que seriam térreas de madeira ou de pedra, crescem organicamente em altura, com novos pisos.” (Sacadura, 2006)*

Durante o século XVIII, realça-se a procura pela regularização das frentes urbanas, através da regulamentação dos edifícios e os seus alçados, de forma a melhorar a bem-estar dos habitantes. O espaço intramuros é cada vez mais condensado e não dá espaço para novas construções, levando inevitavelmente à expansão para o espaço exterior à muralha. A zona de Couros, dotada de uma forte industrialização de curtumes torna-se assim num novo espaço de ocupação também para as casas comuns.

Com a chegada do século XIX, introduz-se um novo elemento de revestimento das fachadas- o azulejo. A pedra tem tendência para substituir a taipa nos pisos superiores e a empenas ostentam soletos de ardósia. As casas nobres intensificam-se no panorama da construção habitacional, efeito que resulta do desenvolvimento económico crescente, decorrente da vinda de ouro do Brasil e da apropriação de terras pelos senhores com mais poder. A sua construção prolonga-se pelo século XIX e a diferença entre estas e as casas burguesas é praticamente anulada. As suas dimensões e desenhos de plantas e alçados são bastante idênticos diferenciando-se pelas pedras de armas.

Com o avanço da indústria dos curtumes na cidade de Guimarães, surge uma nova tipologia- o palacete burguês. O palacete é a materialização entre a habitação e as possibilidades do equipamento industrial, mantendo sempre um cuidado atento no seu desenho. Nesta época, o neoclassicismo começa a ganhar relevo na cidade e várias casas nobres são remodeladas consoante o estilo.

Imagem 52 - Largo Martins Sarmiento, 1900



Imagem 53 - Fotografia da antiga Rua de Alcobaça, 1926



Imagem 54 - Antiga Rua de Santa Cruz, 1947



O século XX trouxe grandes alterações à cidade, nomeadamente a nível das redes urbanas e abertura de novas ruas e avenidas. Surge a rede de iluminação elétrica, o abastecimento de água canalizada à cidade e dão-se os primeiros passos na construção da rede de saneamento. O ecletismo e o revivalismo oitocentista estão fortemente marcados nas novas casas nobres, nas habitações burguesas e nos palacetes. É durante este século que se definem as zonas protegidas da cidade e aparecem os bairros operários, que se formam nas proximidades das fábricas. O Estado Novo revelou-se um grande impulsionador na construção destes bairros económicos chegando mesmo a criar uma Comissão Estética e a nomear o arquiteto Sequeira Braga para que ficasse responsável pela apreciação e autorização de todas as obras que intervissem na cidade e nos seus conjuntos arquitetónicos. A partir dos anos 30 e 40, torna-se norma a tipologia de rés-do-chão e primeiro andar. A arquitetura, estando ao serviço coletivo é um meio, por excelência, rentável para manipulação ideológica, tornou-se facilmente num veículo de propaganda política. Seja uma cidade ou um edifício, a obra construída pode ser manipulada pelo seu desenho, dimensão e materialidade. A arquitetura durante o Estado Novo *"sofreu forte influência e crescente controlo por parte das entidades oficiais, factos que vão sentir-se na prática dos arquitetos, na sua produção, na linguagem que utilizam e na gradual ideologização da produção arquitetónica."* (Pereira & Fernandes, 1992)

Para se analisar a evolução construtiva da habitação considerada típica vimaranense é necessário perceber que resulta de um processo de várias transformações desde as primeiras fixações no território, as preocupações medievais e alterações económicas, socais e construtivas que foram acontecendo até à atualidade. A mão-de-obra foi-se qualificando, desde os mestres pedreiros, e atualmente existe formação e investimento de forma a qualificar profissionais que possam trabalhar nesta construção identitária do centro histórico. Contudo é de realçar que mesmo com as diferenças entre a casa comum, a casa nobre ou o palacete burguês há aspetos que sempre se mantiveram, tais como as dimensões do lote, o desenho dos alçados associado diretamente ao interior da habitação e a utilização dos mesmos materiais- a pedra e a madeira- que foram sendo alterados consoante a transformação e utilização pretendidas.

### 3.3.2 A construção Vimaranense e a construção Portuense

Na época medieval a rota Guimarães-Porto afirmava-se como uma das mais importantes no transporte de mercadorias. Enquanto Guimarães assumia uma posição estratégica no cruzamento das ligações entre o interior e exterior, o Porto distinguia-se como um importante entreposto marítimo. Ambas as localizações favoráveis das cidades se refletem como um fator determinante na origem e influência da transmissão de conhecimentos dos sistemas construtivos e da própria arquitetura. A cidade do Porto foi fortemente marcada pela presença da comunidade inglesa, que desde muito cedo se envolveu na sociedade portuense. Revelou-se como um interveniente direto na cidade, na arquitetura e no sistema construtivo utilizado nas habitações, prova disso é a introdução janela de correição ou guilhotina. Desta forma, as habitações mais semelhantes à construção típica do Centro Histórico de Guimarães são, efetivamente, as do Centro Histórico do Porto (Imagem 57).



Imagem 55 - Largo da Condessa do Juncal, 2017



Imagem 56 - Zona da Ribeira, Porto, 2016



Imagem 57 - Colmar, França, 2017



Imagem 58- Estrutura de uma parede em taipa de rodízio. Reabilitação de um edifício na Rua Egas Moniz, Guimarães, 2007



Imagem 59 - Estrutura típica da parede das construções medievais francesas, 2011



Em ambas se pode salientar uma noção medieval de habitar ou seja, pouca especialização estrutural e uma organização interna rudimentar. Até ao século XVII, as alturas variam entre um a três pisos, sendo o piso térreo destinado a um espaço comercial e os restantes para habitação. Como as construções estavam dependentes dos materiais disponíveis na sua envolvente, muitas vezes a medida máxima dos barrotes de madeira que suportavam os pisos superiores resultava numa habitação estreita. As habitações nas duas cidades apresentam paredes graníticas no rés-do-chão e de meação enquanto as paredes interiores são em tabique, apoiadas nos barrotes de madeira. Nos pisos superiores, as fachadas poderiam ser de tabique com um avançado sobre a rua, para ganhar espaço interior.

Quanto à caixa de escadas, em geral era situada a meio da profundidade das casas e toda construída em madeira, podendo ter um único lanço ou dois. A estrutura de suporte dos telhados e claraboias era também em madeira, podendo ser de duas ou quatro águas, sendo que a maioria nas duas cidades é de duas águas.

O alçado era diretamente influenciado pelo sistema construtivo e pela distribuição interior, sendo que as fachadas eram revestidas a rebocos à base de argamassas, estucadas, pintadas ou então, mais tardiamente, revestidas a azulejos ou a soletos de ardósia.

Apesar destas semelhanças é importante realçar uma diferença significativa entre as construções das duas cidades - enquanto em Guimarães se utilizava paredes de taipa de rodízio, no Porto isto não era frequente. Não é certo um motivo que justifique esta diferença, mas pensa-se que o uso da taipa de rodízio terá sido rejeitado como sistema construtivo no Porto, talvez por ter um custo mais elevado do que a parede em tabique. Outra hipótese poderá prender-se com a influência da construção típica medieval francesa em Guimarães (Imagem 58), trazida pelos franceses aquando a sua chegada com o conde D. Henrique no século XI, que deixa os prumos de madeira à vista (Imagem 60).

## CARATERIZAÇÃO DA CASA DO CENTRO HISTÓRICO

4

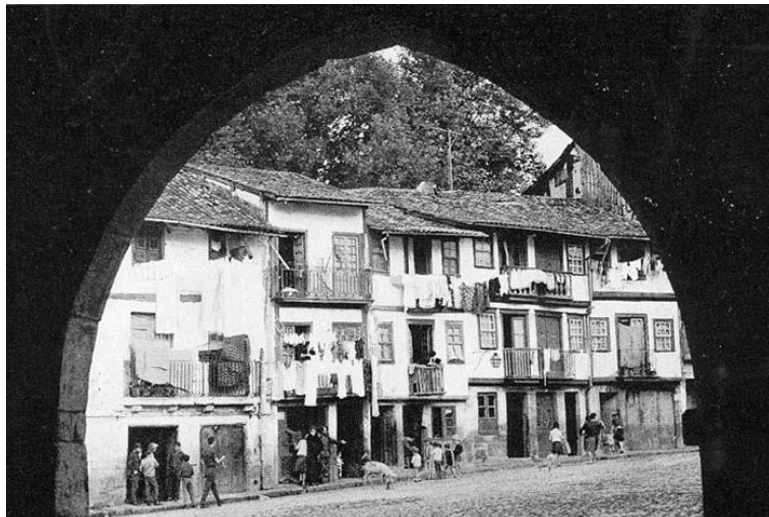


Imagem 60 - Praça de Santiago, Guimarães

## Capítulo 4

### 4.1. A casa Vimaranense

### 4.2. Estruturas Primárias

### 4.3. Estruturas Secundárias

### 4.4. Materiais

#### 4.4.1. Granito

#### 4.4.2. Madeira

#### 4.4.3. Tijolo maciço

#### 4.4.4. Argamassas

#### 4.4.5. Azulejo

#### 4.4.6. Tintas

### 4.5. Caixilharias

#### 4.5.1. Caixilharias exteriores

#### 4.5.2. Caixilharias interiores



## 4.1 A casa Vimaranesense

*“A ondulação das superfícies dos telhados decorrentes das cedências das estruturas de madeira, denunciando o peso dos anos, oferecem uma leitura homogênea aquando de uma vista aérea da cidade, qual manta de retalhos cosida pacientemente com mãos sábias, ao serão.” (Gestas, 1998)*

Através da evolução da construção habitacional típica do centro histórico de Guimarães, percebe-se que, em geral, se caracteriza pela estreiteza dos lotes, por habitações com apenas duas frentes que formam ruas irregulares, a existência de um parcelamento medieval pré-existente, e que o número de pisos, materiais e técnicas construtivas foram sendo alteradas ao longo dos anos. Porém, surge a necessidade de serem aprofundadas as questões estruturais e materiais que compõem uma habitação, tais como as estruturas primárias, estruturas secundárias, caixilharias e consequentes materiais. As informações apresentadas neste capítulo foram consultadas na obra “Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção”, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998.

## 4.2 Estruturas Primárias

As estruturas primárias representam o conjunto de todas aquelas que formam a estrutura principal, de delimitação da construção e de suporte para todas as restantes estruturas, ou seja, as paredes de meação, dos pisos superiores ao rés-do-chão e do telhado.

No caso do centro histórico de Guimarães, a estrutura das paredes de meação das habitações são geralmente a combinação de alvenaria de granito galheiro<sup>5</sup> aparelhado e taipa de rodízio. A taipa de rodízio (Imagem 61), no sentido literal da palavra, resulta da mistura dos materiais que a constituem e é uma *“técnica de construção de paredes interiores e exteriores, apenas utilizada para os andares superiores ao rés-do-chão, que é sempre feito de alvenaria de granito galheiro aparelhado. Esta técnica compõe-se de uma estrutura de vigas de madeira que funciona como um esqueleto bastante elástico, e cujos vãos são preenchidos por tijolo burro acompanhado com argamassa.”* (Gabriela Teixeira e Margarida Belém, 1998)

---

<sup>5</sup> Granito típico da região de Guimarães

Habitualmente, a alvenaria de granito galheiro encontra-se nos pisos térreos (Imagem 62) enquanto a taipa de rodízio ocupa os pisos superiores (Imagem 63). No entanto, existem casos em que o granito é utilizado noutros pisos podendo mesmo compor toda a parede de meação. As pedras granitas estão assentes em argamassa de cal, areia e saibro, formando paredes com espessura entre 30 a 60 centímetros.

Antes de começar a estrutura contínua das paredes é necessário a criação das fundações, de forma a estabelecer um nivelamento do terreno, ou seja, criar um ensoleiramento. As paredes das fundações aumentam a sua espessura quanto maior for a necessidade de suportar a descarga dos esforços sobre o terreno firme. É acima destas que se sobrepõem as paredes em alvenaria de granito e consequentemente de taipa de rodízio, até à cobertura. As paredes em granito efetuam-se pelo aparelhamento das pedras irregulares, que são escolhidas e debastadas com a intenção de criar uma base uniforme, e assentes numa camada de argamassa. Sob esta estende-se outra fiada de pedras batendo com o maço nas mesmas até que a argamassa saia pelas juntas. As arestas podem ser aperfeiçoadas com a finalidade de lhes tirar as rugosidades e maiores irregularidades.

Antes de perceber o processo de formação das paredes em taipa de rodízio é necessário perceber que *“o termo taipa que na sua origem significa tapume, é utilizado em diferentes zonas do país como correspondente a técnicas distintas, onde se utiliza a madeira como elemento construtivo, seja de apoio ou estrutural. Já noutras zonas do Norte do País o termo taipa é aplicado para definir uma técnica de construção em que os barrotes de madeira são empregues para realizar uma estrutura reticular cujos vãos são cheios de tijolo burro e argamassa ou barro.”* (Teixeira & Belém, 1998). Nas paredes em taipa de rodízio assentam-se vigas horizontais a todo o comprimento, normalmente troncos de grande espessura, nas paredes de granito que servem, conjuntamente, de suporte às paredes e de encaixe para as vigas de apoio do soalho. De forma a garantir um travamento eficaz estas vigas estruturais devem ser cravadas nas paredes de pedra do rés-do-chão e no edificado adjacente.

Imagem 61 - Estrutura de uma parede em taipa de rodízio

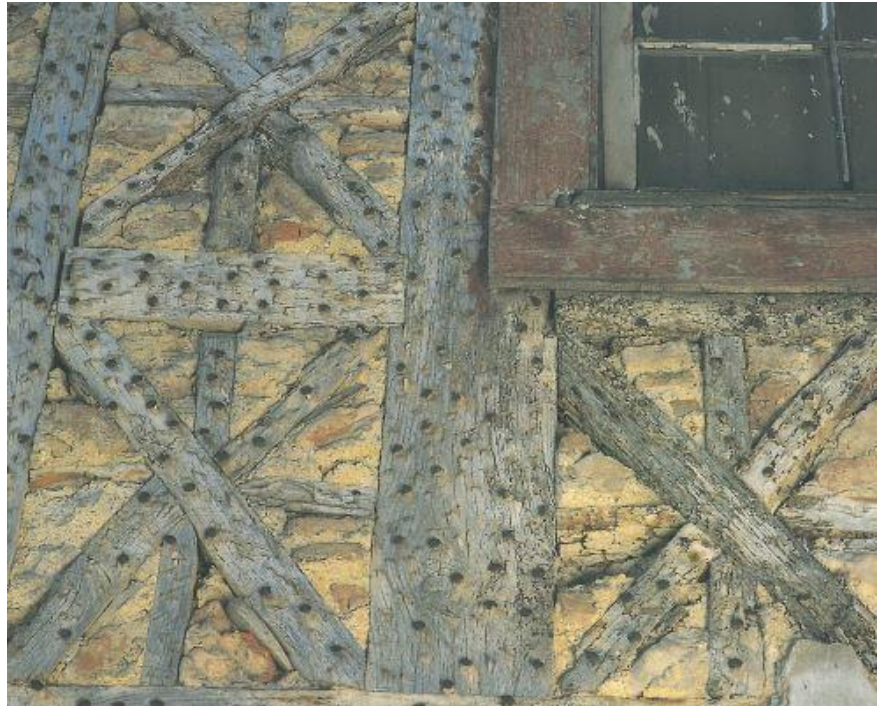


Imagem 62 - Obras de Reabilitação de uma habitação no centro histórico de Guimarães, 2011



Imagem 63 - Obras de Reabilitação de uma habitação no centro histórico de Guimarães. Conservação da parede em taipa de rodízio, em pisos superiores



Posteriormente, estas devem ser travadas com pedra miúda e argamassa. Caso haja a intenção da construção de mais pisos, começa-se pela construção do pavimento do novo piso e é sobre este que irão surgir as novas paredes. Sobre as vigas mestras constroem-se as vigas de apoio do soalho, com cerca de 8 x 15 centímetros, onde consequentemente se pregam as vigas soleiras- vigas horizontais que servem de suporte para a parede, com cerca de 10 x 13 centímetros. Os barrotes de madeira no sentido vertical definem o pé direito e suporta o teto. Para a concretização da parede pregam-se, na base e no topo, vigas a prumo de 12 x 12 centímetros e distanciadas cerca de 50 centímetros.

Para efetuar esta estrutura da parede pode optar-se por vigas a prumo sem qualquer travamento entre elas, apoiadas somente nas extremidades, ou vigas a prumo com travamento, podendo este ser múltiplo (Imagem 64) ou simples (Imagem 65) (o travamento múltiplo é na perpendicular e em cruz enquanto o travamento simples é na diagonal, em forma de N).

De forma a preencher os espaços vazios entre as vigas, assentasse o tijolo maciço com argamassa. Para que a parede resulte como um todo e que o tijolo encaixe mais facilmente na madeira este deve conter um corte lateral em V (imagem 66), garantindo que o tijolo e a argamassa não se soltem da restante estrutura e formando uma junta tipo ‘macho-fêmea’ com a madeira.

Seguindo a prática tradicional de construção, antes de se aplicar o reboco e que para este agarre melhor, deve-se golpear ou dentilhar a madeira, com um machado. Este método pode também ser substituído pela colocação de uma rede, usualmente chamada de rede de galinheiro, conferindo uma maior estabilidade ao reboco e simplificando o pretendido. Poderá então aplicar-se o reboco, com 1,5 centímetros de espessura, composto por uma argamassa de areia de rio, cal hidráulica, saibro e cal aérea. Por fim, coloca-se o rodapé e utilizam-se tintas artesanais para dar o acabamento da parede. Para o acabamento no caso das paredes em granito, o seu revestimento interior necessitava de uma regularização com argamassa de cal, areia e saibro, e depois seriam estucadas e caiadas ou pintadas.



Imagem 64 - Travamento múltiplo, em cruz. Fotografia do interior de uma parede de meação da Casa de Sarmento



Imagem 65 - Travamento simples, em forma de N. Fotografia do interior de uma parede de meação de uma casa no centro histórico de Guimarães



Imagem 66- Tijolo maciço com corte lateral em V, utilizado para a construção de paredes em taipa de rodízio



Por último, a estrutura do telhado é também primária. Maioritariamente, os telhados dividiam-se entre duas ou quatro águas, mas com a evolução das estruturas estas tornaram-se mais complexas. Com uma estrutura mais simples, os telhados de duas águas apoiam as suas vigas nas paredes de meiação (Imagem 67) e sobre estas é pregado o varedo<sup>6</sup> e transversalmente o ripado que suporta a telha (Imagem 68). Os telhados de quatro águas apresentam uma estrutura mais complexa. A sua armação apoia da parede de meiação através de uma viga transversal (linha) e duas vigas dispostas em tesoura (pernas). Estas vigas em tesoura unem-se a meia madeira na parte superior e são, normalmente, travadas com outra viga pequena e na transversal (nível). Toda a estrutura é ainda travada por outras vigas de madeira, longitudinalmente, ao nível da cumeeira pelos paus de fileira e a meio do vão (das primeiras vigas, dispostas em tesoura) pelas madres. Por fim, é colocada outra viga (rincão) na transição das vertentes para a tacaniça<sup>7</sup>, entre as paredes de meiação e as paredes das fachadas e apoiada no pau de fileira e no contrafrechal<sup>8</sup>. O varedo é então pregado sobre esta armação e sobe ele um tabuado transversal de guarda-pó<sup>9</sup> e um ripado para suporte da telha (Imagem 69).

O tipo de telha a utilizar é outro fator que pode influenciar a estrutura do telhado. A telha vã (sem forro), que caiu em desuso, não tem encaixe e por isso necessita de ser fixada diretamente ao guarda-pó, por uma argamassa. Com a introdução da telha Marselha conseguiu-se maiores pendentes e maior aproveitamento do vão da cobertura, promovendo assim a sua utilização, na maior parte do edificado do centro histórico de Guimarães, em telhados de duas águas.

### 4.3 Estruturas Secundárias

Após apresentadas as estruturas principais, surgem as estruturas secundárias que, apesar de não constituírem o suporte principal da construção, continuam a servi-la a nível da forma, organização e suporte dos restantes componentes integrantes do edifício. Fazem parte destas estruturas as paredes das fachadas, ressaltos sobre a rua, paredes e escadas interiores, claraboias e águas furtadas.

---

<sup>6</sup> Vigas de madeira de pequena dimensão

<sup>7</sup> Cada um dos lanços laterais de um telhado de quatro águas

<sup>8</sup> Viga de madeira que serve de apoio ao vigamento do sobrado, das tesouras ou das linhas da estrutura da cobertura

<sup>9</sup> Tipo de forro aplicado para tentar evitar a entrada de pó pelas telhas

Imagem 5367 - Obras de Reabilitação de uma habitação no centro histórico de Guimarães. Recuperação da estrutura do telhado com substituição de algumas varas



Imagem 68 - Obras de Reabilitação de uma habitação no centro histórico de Guimarães. Encaixe das vigas da estrutura do piso nas paredes de meiação



Imagem 69 - Obras de Reabilitação de uma habitação no centro histórico de Guimarães. Estrutura do telhado, com o encaixe das varas





Nas casas do centro histórico de Guimarães, as paredes das fachadas são muito semelhantes às paredes de meação. Como já referido anteriormente, o piso térreo é construído em alvenaria de granito aparelhado e os restantes em taipa de rodízio. Quando existem acrescentos de pisos são construídos em tabique, que difere das paredes de meação. Estas paredes em tabique são também designadas de taipa de fasquio (Imagem 70) e formam um terceiro piso. Assim, o piso térreo é em granito, o piso um e dois em taipa de rodízio e o piso três em taipa de fasquio (imagem 71). Esta tipologia pode ser aplicada em paredes interiores e exteriores, caso se trate da continuação da fachada em granito e rodízio e seja um piso avançado ou recuado acrescentado posteriormente.

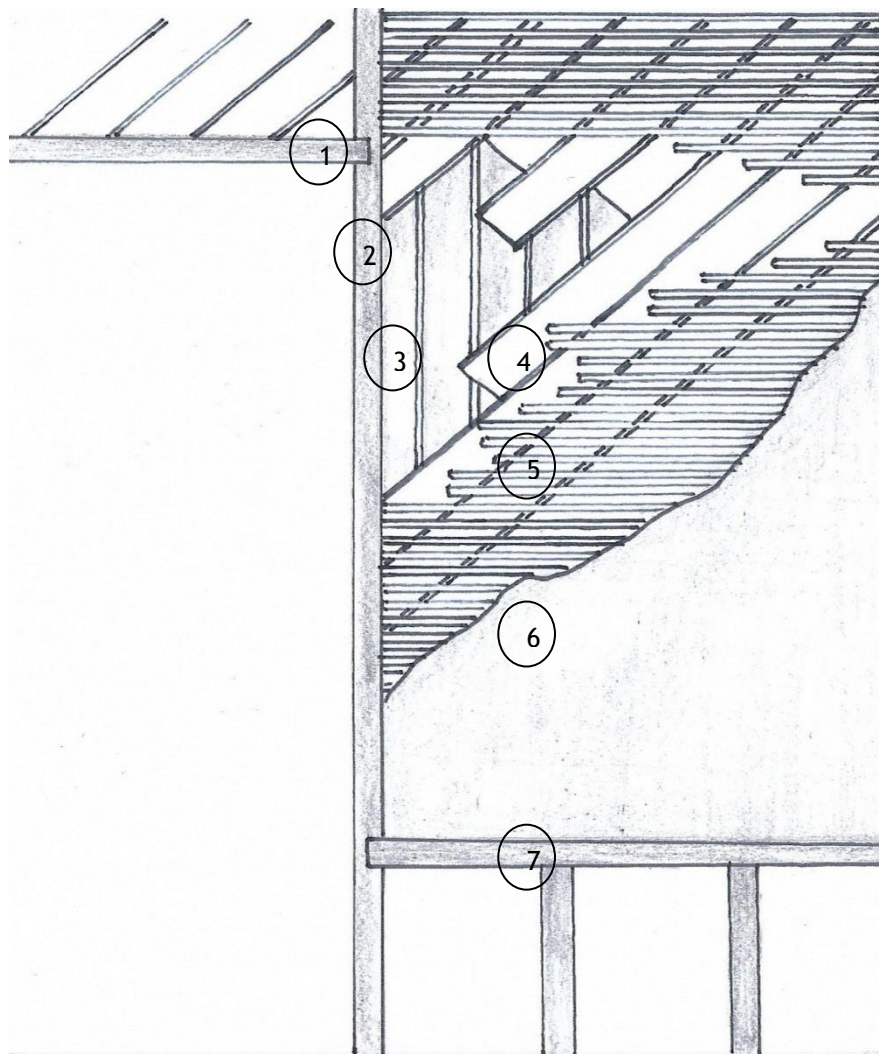
Existem dois tipos de paredes em tabique: as paredes de tabique simples e as paredes de tabique simples reforçado. Nas construções em Guimarães, o tabique simples reforçado é também designado de parede de dupla face. As paredes de tabique simples formam-se através de uma estrutura em tábuas de madeira, colocadas a prumo com espaçamento de 1 metro entre si. Esta estrutura é apoiada nas vigas dos pisos ou nos frechais (barrotes de madeira sobre o soalho), caso estejam assentes em paredes de pedra. A marcação dos vãos deve ser definida logo após terminada a estrutura e deve ser efetuada através de travessanhos (barrotes transversais) e vergas para vencer os vãos de portas ou janelas. De forma a preencher a estrutura utilizam-se tábuas de 2 centímetros de espessura e organizam-se numa fila vertical e outra na diagonal. É sobre este duplo tabuado que são fixados os fasquios e, mais recentemente, a rede de galinheiro para agarrar o reboco. Se o reboco for do lado exterior são aplicadas colas naturais ou sebo que garantem maior solidez. Caso seja aplicado outro revestimento exterior é necessário afixar mais um ripado onde se possa assentar soletos de ardósia ou chapa ondulada. Estas formas de revestimento interior e exterior aplicam-se tanto às paredes de tabique simples como às paredes de tabique simples reforçado. As paredes de fasquio simples reforçado funcionam como dupla face sendo que é aplicado tabuado de 2 centímetros de espessura em diagonais opostas em cada uma das faces, ou umas na vertical e outras na diagonal. Se existirem prumos entre o tabuado é possível utilizar materiais com potencialidade térmica, tornando este tipo de parede o ideal para fachadas.

A construção de um balcão ou um ressalto dos pisos superiores sobre a rua pretende ganhar espaço interior para uso da habitação. Quando se pretende construir um balcão é preciso definir o balanço e calcular uma viga de suporte que deve ser pelo menos  $11/2$  da medida do balanço para o interior.

Imagem 70 - Interior de uma parede em taipa de fasquio. Reabilitação de uma habitação no centro histórico de Guimarães



Imagem 71 - Esquema do interior de uma parede em taipa de fasquio



- 1-Verga
- 2- Prumo
- 3- Tábua Vertical
- 4- Tábua Diagonal
- 5- Fasquio
- 6- Revestimento
- 7- Frechal

Existem ainda os passadiços que são construídos como um piso normal e fazem a travessia entre casas de lados opostos das ruas pedonais, apoiando vigas em cada uma das casas. Apesar de serem menos usuais, em Guimarães existem diversos exemplos desta estrutura, como na Viela da Arrochela (Imagens 72 e 73) onde se podem observar ao longo da rua.

Essencialmente, as paredes interiores representam a função de compartimentar o espaço habitável, funcionando algumas como suporte para a caixa de escadas interiores. Estas paredes, em tabique, formam-se através da mesma estrutura utilizada para as paredes de tabique simples e são preenchidas por tábuas costaneiras mais grossas (entre 4 a 5 centímetros de espessura), colocadas na vertical e afiadas aos frechais, com um espaçamento de 1 centímetro entre cada. O revestimento destas paredes é concretizado da mesma forma que as outras, usando a prega do fasquio até ao nível do rodapé para receber as argamassas.

As paredes da caixa de escadas diferenciam-se pelo seu encaixe com a estrutura das escadas e interrompem o vigamento do piso para serem fixadas. Habitualmente, em Guimarães, as escadas interiores são de um ou dois lanços, em madeira. Porém há habitações que apresentam escadas no piso térreo de pedra, tal como as paredes, e de apenas um lanço. No caso de existir construção de pisos superiores, posteriormente, as escadas são por norma de um único lanço mas com maior inclinação. Quanto à localização, a caixa escadas aparece num ponto central ou então, se forem de um só lanço, encostadas a uma das paredes de meiação da habitação. Construtivamente, os lanços das escadas apoiam-se em duas vigas, denominadas de pernas, uma em cada extremidade e caso estes sejam demasiado largo pode ser necessário uma terceira viga a meio do lanço. É nestas vigas que se afixam os cobertores, com 4 centímetros de espessura, e os espelhos, com 2 centímetros de espessura, unindo-se pela técnica “macho-fêmea”.

Por último, a claraboias e águas furtadas, associadas às coberturas dos edifícios, fazem também parte dos elementos de estrutura secundária. As claraboias (Imagem 74) podem assumir várias formas e desenhos, dividindo-se em formas retas, circulares ou elípticas. Caso sejam baseadas em quadrados ou retângulos surgem no decorrer das águas da cobertura e podem ser conseguidas das seguintes formas: apenas por telhas de vidro, por um caixilho colocado sobre a claraboia seguindo a pendente da cobertura, ou no plano da cobertura diferenciam-se pelo desenho do lanternim. As paredes da claraboia interrompem a estrutura da cobertura e do vigamento do teto, criando espaço por meio de cadeias. Se a claraboias forem circulares ou elípticas utilizam a mesma estrutura que as retas, acrescentando alguns barrotes nos cantos para dar forma. Pela parte exterior, o tambor da claraboia pode ser revestido com telha assente em argamassa ou chapa zincada. As águas furtadas apoiam-se nas vigas do piso ou na estrutura do telhado e as suas paredes são iguais às dos pisos onde se encontram. As suas cobertas executam-se da mesma maneira que as coberturas de quatro águas.



Imagem 72 - Passadiço da Viela da Arrochela



Imagem 73 - Passadiço da Viela da Arrochela. É possível observar a estrutura apoiada nas paredes de cada casa que une



Imagem 74 - Claraboia de uma habitação no centro histórico de Guimarães. Destaca-se a estrutura do tambor da claraboia e a estrutura metálica no lanternim



## 4.4 Materiais

*“Fachadas estanhadas caiadas a branco, cobrem rebocos de massas podres preparadas para acompanhar os movimentos de envelhecimento das madeiras estruturais das paredes, caixilharias e madeiramentos à vista, pintados a tinta de óleo em verde loureiro, roxo-rei ou outra cor, estão prontas para suportar duros Invernos, graças ao óleo de linhaça, água raz e secante.” (Gestas, 1998)*

A escolha dos materiais é fundamental na construção, cada material tem características diferentes e requerem um tratamento específico consoante o resultado que se pretende. No momento de escolha, deve ser previsto o manuseamento e uso que necessitam para serem aplicados em obra.

A cidade não é autossuficiente para a produção de materiais, como pedras, madeiras, metais, as matérias-primas para concretização das argamassas e tintas, por isso estes são geralmente originários das zonas periféricas, como a montanha da Penha no caso de Guimarães.

É impossível enumerar e caracterizar todos os materiais necessários à construção de uma casa típica do centro histórico de Guimarães por isso serão apresentados alguns exemplos dos mais frequentes, tanto a nível estrutural como estético/decorativo.

### 4.4.1 Granito

*“No Ocidente e no Mediterrâneo, uma civilização da pedra levou séculos a instalar-se. Foi preciso explorar as pedreiras, escolher as pedras fáceis de trabalhar e que depois endurecem ao ar.” (Braudel, 1994)*

Como já referido anteriormente, o granito é o material mais utilizado nas estruturas primárias, visto que é o mais resistente e com maior durabilidade nas construções do centro histórico de Guimarães e tanto serve funções estruturais como decorativas. A escolha da pedra para cada ponto é muito importante, assim como a necessidade de serem debastadas e molhadas primeiro para melhorar a sua aderência. Para garantir a resistência de uma estrutura em alvenaria de granito é necessária *“a boa arrumação das pedras à fiada ou perpianho, constituindo camadas o mais coesas e horizontais possíveis, sem descurar o travamento das paredes nas esquinas, podendo ou não fazer-se usar da argamassa, segundo a técnica escolhida.” (Teixeira & Belém, 1998)*

### 4.4.2 Madeira

A madeira é um dos materiais mais utilizado na construção de edifícios. Para além da sua importância a nível estrutural, define ainda caixilharias e aspetos estéticos. Existem vários tipos de madeira, o que implica diferentes tipos de conservação, manutenção e a própria durabilidade.

Comparativamente às construções de alvenaria de pedra, as construções em madeira apresentam vantagens de serem mais deformáveis, ligeiras e económicas. No entanto, perdem também valor devido à sua fácil combustão e fraca durabilidade, consoante a sua exposição ao clima ou pela ação nociva de animais e vegetais. As madeiras utilizadas na construção podem ser finas, duras, brandas e resinosas, atendendo sempre ao uso a que se destina. Toda a madeira que seja aplicada na construção deve estar sempre bem seca e isenta de seiva, pois poderá originar o empeno

das peças e o seu apodrecimento. Para ser utilizada como elemento estrutural, a madeira deverá receber um tratamento adequado à função a que se destina, estar completamente seca e ter idade que lhe confira a qualidade necessária.

#### 4.4.3 Tijolo maciço

O tijolo maciço ou tijolo de “burro” identifica-se como um material adicional e utilizado na estrutura das paredes. Como referido anteriormente, é utilizado para o preenchimento da estrutura de madeira e, nas casas do centro histórico de Guimarães, apresenta um corte lateral em V para facilitar o seu emprego nos prumos de madeira. Este é um tipo de tijolo maciço e apresenta grande durabilidade e resistência.

#### 4.4.4 Argamassas

As argamassas são todas as misturas plásticas que resultam da junção de três componentes: um inerte, um ligante e água. Este material é aplicado no assentamento e revestimento de alvenarias, designando-se como protetor das suas superfícies e contribuindo para a plasticidade e expressão estética (emboço e reboco). Existem quatro tipos de argamassas principais utilizadas na construção: ordinária, bastarda, hidráulica e refratária. A argamassa ordinária tem por ligante a cal; a argamassa bastarda junta sempre dois ligantes como cal e cimento, barro e cal ou gesso e cal; a argamassa hidráulica utiliza um ligante hidráulico, que pode ser a cal hidráulica, o cimento hidráulico, ou uma mistura de cal e pozolana; a argamassa refratária é constituída unicamente por uma mistura de barro refratário e água. Para se obter uma boa argamassa é necessário ter em atenção tanto a escolha dos agregados como a dos ligantes, de forma a obter o doseamento correto (traço). Atualmente, já existem argamassas pré-doseadas que facilitam uma escolha recomendável do traço, em função da utilização prevista e do tipo de sistema construtivo.

O reboco é um revestimento que serve de aderência, impermeabilização, durabilidade e resistência mecânica em conjunto com os restantes materiais. Na construção típica vimaranense, era utilizado nas paredes de tabique e rodízio com 1,5 centímetros de espessura e juntava areia de rio, cal aérea, cal hidráulica e saibro.

O estuque é um dos trabalhos manuais mais antigos efetuados pelo homem e utilizado na construção sob a forma de ornamentos decorativos, revelando uma intenção estética. Resulta da dissolução do gesso em água e adição de uma cola forte. Deve ser aplicado quando estiver firme, denso e polido.

#### 4.4.5 Azulejo

O azulejo, que pontualmente era utilizado no revestimento interior das habitações, com a chegada do século XIX começa a ser utilizado para revestir as fachadas.

*“O azulejo habituado a definir ambientes, com características de gosto profundamente originais, também partiu com a Família Real e a corte, dimensionado em revestimento interior de fidalga expressão erudita e soberbo efeito decorativo. No Brasil adaptou-se a inesperadas realidades*

*de clima e envolvimento vindo a descobrir uma nova vocação, de escala e intenções completamente diferentes.”* (Calado, 1986)

O azulejo é por norma uma placa quadrada ou retangular, de barro e que pode assumir diferentes dimensões. De pouca espessura, são apenas vidrados na face frontal, pois no tardoz dificultaria a aderência das argamassas. Por último, o azulejo pode apresentar uma cor uniforme ou então desenhos.

Os soletos de ardósia são também utilizados como revestimento de empenas ou de acrescentos nas coberturas de edifícios, como chaminés, tambores de claraboias e águas furtadas, e resultam da divisão da rocha ardósia em folhas finas. São aplicados em forma de escudete sobre um ripado de madeira, com um espaçamento que é definido pelas suas dimensões.

#### 4.4.6 Tintas

Na composição de uma tinta são necessárias duas partes- uma parte sólida, em pó (Imagem 75), e outra líquida que serve de solvente, como água, cola ou vernizes (Imagem 76). Os aditivos utilizados, como amido, cera, gesso cré, óleo e sebo, tendem a conferir resistência, durabilidade, tom e estabilidade, podendo também influenciar o tempo de secagem das tintas. As tintas devem atingir uma intensidade luminosa, cobrir os materiais sobre os quais são aplicadas e não se dissolverem quando expostas a outras tintas ou líquidos.

Quando é aplicada uma pintura sobre superfícies de reboco ou estuque exteriores tem como intenção protegê-las contra condições climatéricas extremas e valorizá-las, demonstrando uma preocupação estética.

Deste modo, é importante a escolha de uma tinta adequada consoante o seu suporte físico. Tradicionalmente, as tintas mais utilizadas no centro histórico de Guimarães são as tintas de cal, de cola, de leite e de óleo, e apresentam uma paleta de cores característica.

As tintas de cal, bastante duradouras, são aplicadas na pintura de paredes de pedra ou rebocos, interiores e exteriores. Resulta da junção de cal em pedra, uma vela de sebo, água e pigmento, quando se pretende obter uma cor que não seja o branco.

A tinta de cola é aplicada em rebocos interiores e forma-se pela junção de gelatina, gesso cré e o pigmento que se pretende. Antes de aplicada, é uma tinta com pouca duração e necessita de duas demãos para se obter o resultado esperado.

A tinta de leite é aplicada em rebocos interiores e forma-se pela junção de leite, gesso cré e o pigmento que se pretende. Antes de aplicada, é uma tinta com muita pouca duração e necessita de duas demãos.

Por último, a tinta de óleo pode ser aplicada na madeira (Imagem 77) ou no ferro, quer no interior como no exterior, e forma-se pela junção de óleo de linhaça, aguarrás, secante, o pigmento pretendido e alvaiade. Antes de aplicada, dura bastante tempo e necessita de duas demãos.



Imagem 75 - Pigmentos para elaboração de tintas. Programa PAGUS em Guimarães



Imagem 76 - Preparação das tintas. Programa PAGUS em Guimarães



Imagem 77 - Aplicação das tintas numa superfície de madeira para teste. Programa PAGUS em Guimarães



## 4.5 Caixilharias

As caixilharias também ocupam um lugar muito importante na definição de um edifício e dos respetivos espaços exteriores. Inicialmente, surgem como simples portadas de madeira, mas que se foram desenvolvendo, ao longo dos séculos, através de uma evolução técnica, ornamentação e introdução de novos materiais, como o vidro. Estes fortes elementos são capazes de organizar espaços, definir acessos e conferir maior qualidade espacial e habitacional, dado que possibilitam a entrada de luz e ventilação de ar.

### 4.5.1 Caixilharias exteriores

Portas:

*“Muitas das velhas casas do Porto conservam as suas portas primitivas, de uma só folha, muito largas e pesadas, com numerosas e grossas almofadas quadrangulares, dispostas regular e harmoniosamente em simetria, e girando em fortes gonzos.”* (VEIGA DE OLIVEIRA & GALHANO, 1992)

Tal como nos exemplares da cidade do Porto, também na construção vimaranense existem estes casos. Trata-se das portas de acesso à casa e à loja, seja pela rua ou pelo logradouro, e que por motivos de segurança são mais resistentes. Existem ainda outros exemplos que foram surgindo ao longo do tempo. Com o final do século XIX, é generalizada a utilização da porta de duas folhas, mais estreitas, que podia ser totalmente fechada ou exhibir pequenos postigos envidraçados, móveis e protegidos com uma grade pelo lado exterior. Mais tarde, aparecem também portas rematadas por uma bandeira<sup>10</sup>, usualmente com um caixilho fixo. Tanto os postigos como as bandeiras na porta promovem a iluminação e ventilação.

Os caixilhos para as portas com apenas uma folha eram constituídos por três couceiras<sup>11</sup>, duas travessas<sup>12</sup> e duas almofadas<sup>13</sup>, salientes do plano que compõe o caixilho e ligadas pelo sistema macho-fêmea. Quando existia bandeira, o seu caixilho era constituído por duas couceiras, duas travessas e um vidro único que o preenchia (Imagem 78). A separação entre a porta e a bandeira era conseguida através de uma travessa, que se podia destacar pela dimensão ou ornamentação. Os aros destes caixilhos eram os próprios lancis das ombreiras, soleiras e padieiras.

<sup>10</sup> Painel envidraçado que se prolonga superiormente a uma porta ou janela

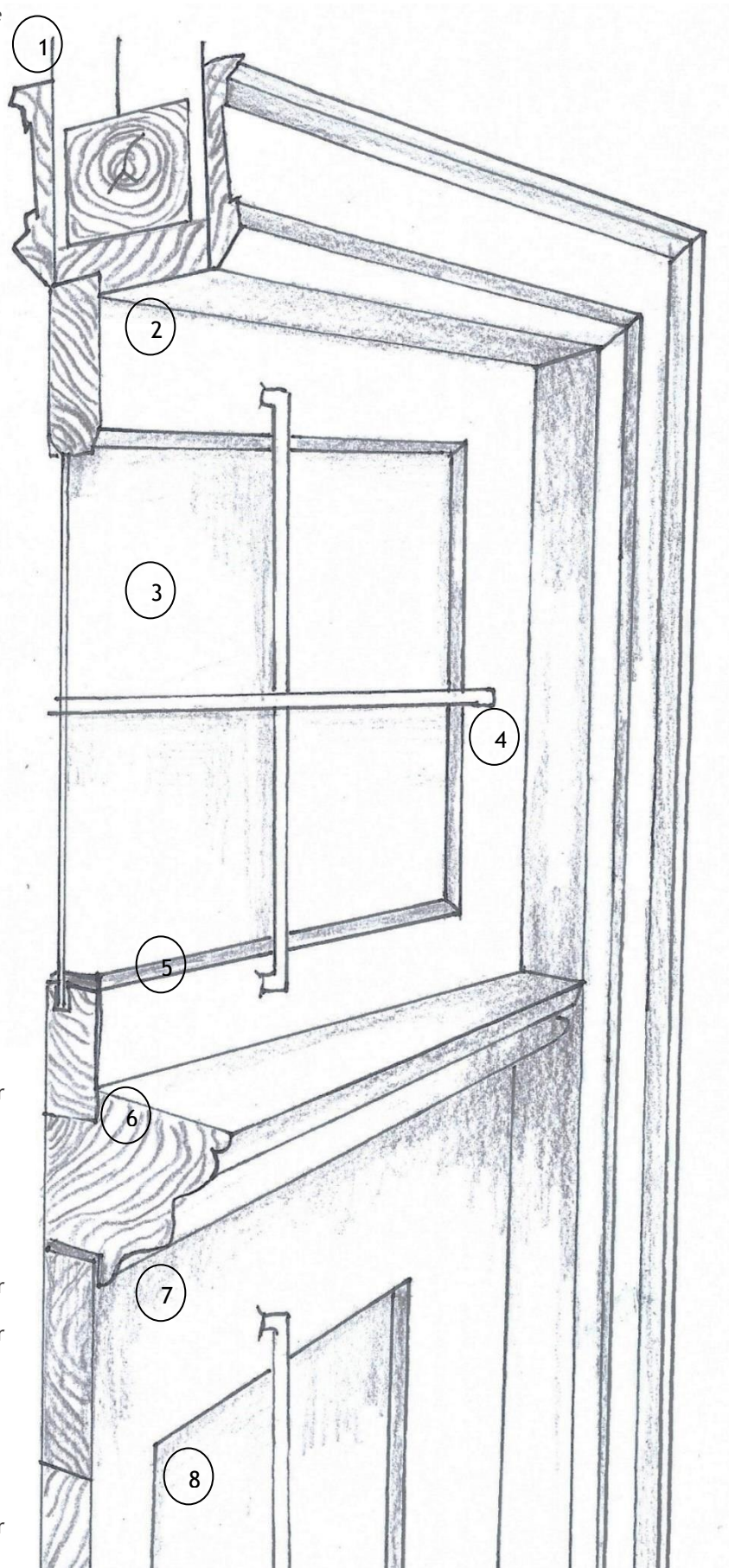
<sup>11</sup> Elementos verticais dos aros sobre os quais gira a porta ou a janela e onde se pregam as dobradiças ou os gonzos

<sup>12</sup> Peças horizontais das portas e janelas em madeira

<sup>13</sup> Acabamento dado a superfícies utilizando frisos ou não, aplicado normalmente em paredes, lambris e portas

Imagem 78 - Esquema em corte de uma porta com duas folhas, rematada com uma bandeira. Esquema baseado no mapa de vãos dos casos de estudo

- 1- Alizar
- 2- Travessa Superior da Bandeira
- 3- Bandeira
- 4- Couceira Lateral
- 5- Travessa Inferior da Bandeira
- 6- Travessa da Bandeira
- 7- Travessa Superior do Vidro
- 8- Vidro
- 9- Travessa Superior da Bandeira
- 10- Bandeira
- 11- Couceira Lateral
- 12- Travessa Inferior da Bandeira
- 13- Travessa da Bandeira
- 14- Travessa Superior do Vidro
- 15- Vidro



Janela de Peito e Janela de Sacada<sup>14</sup>:

*“As janelas são envidraçadas, de corrediça ou de duas folhas, em secções móveis de tabuinhas cruzadas, suspensas da padieira, e a abrir para esse lado. (...) vêem-se ainda, por vezes, portadas de varanda de duas folhas, com caixilho de vidraça fixo, pregado do lado exterior da portada e, por trás dele e do seu tamanho, postigos móveis que se podem abrir sem ser preciso abrir as portadas nem as vidraças para iluminar a sala.”* (Veiga de Oliveira & Galhano, 1992)

Estes dois tipos de janelas, a nível construtivo, são diferentes pelas suas dimensões e pela existência de almofadas nas janelas de sacada (Imagem 79), sendo estas de batente,<sup>15</sup> enquanto as janelas de peito podem ser de batente ou de guilhotina<sup>16</sup> (Imagem 80). Normalmente, os caixilhos de abrir são encimados por uma bandeira de caixilho fixo. Porém, no caso de pés direitos baixos, como pisos acrescentados posteriormente ou trapeiras, a existência de uma bandeira já não se sucede. Enquanto os caixilhos de abrir apresentam uma esquadria de couceiras e travessas e são preenchidos com vidro e almofadas, os caixilhos das bandeiras apresentam apenas por uma esquadria de couceiras e travessas.

O caixilho da janela de peito de guilhotina utiliza um aro fixo, de madeira, com função de calha para as folhas envidraçadas poderem correr. Este aro é formado por uma esquadria de uma ou duas tábuas e apresenta a largura das duas folhas do caixilho. O seu exterior é, normalmente, igual ao das janelas de batente, de forma a unificar a calha onde as folhas podem correr. As folhas estão fixadas numa quadrícula preenchida por vidro e são constituídas por uma esquadria de duas couceiras e duas travessas.

---

<sup>14</sup> Termo que define um varandim ou janela sem parapeito, rasgada até ao nível do solo com grade

<sup>15</sup> Termo que define uma porta ou janela que trabalha segundo um eixo vertical, situado num dos seus lados

<sup>16</sup> Tipo de janela que abre verticalmente, onde as folhas correm em calhas abertas no aro



Imagem 79 - Esquema de uma janela em sacada, encimada por uma bandeira, e preenchida a vidro e almofadas na parte inferior. Esquema baseado no mapa de vãos dos casos de estudo

- 1- Travessa Superior
- 2- Bandeira
- 3- Travessa Inferior
- 4- Vidro
- 5- Batente
- 6- Couceira Intermédia
- 7- Almofada

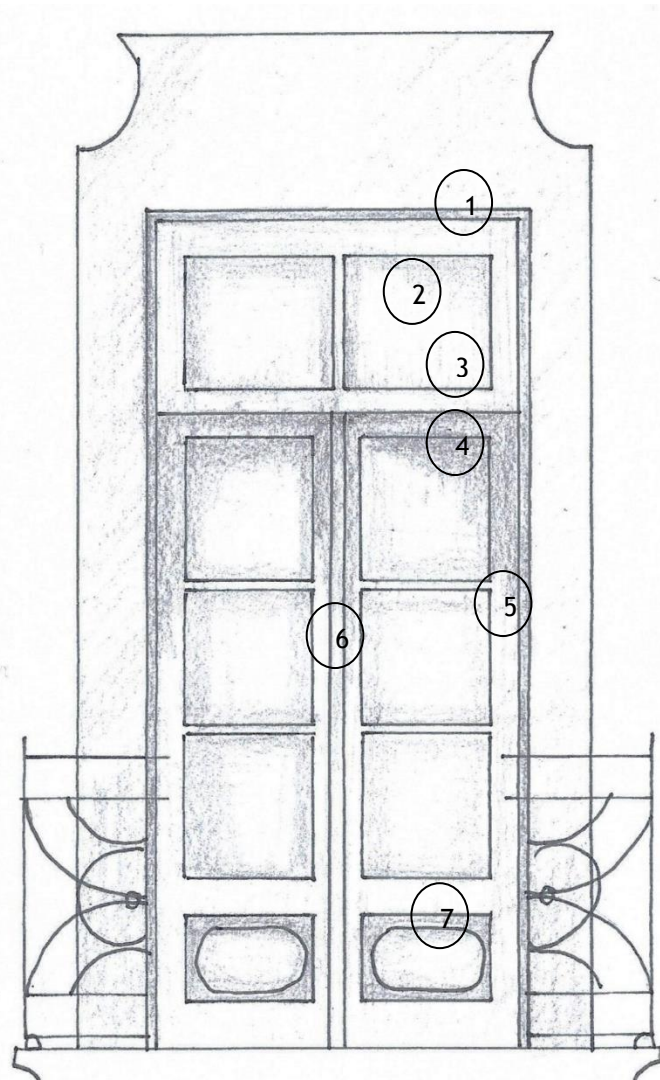
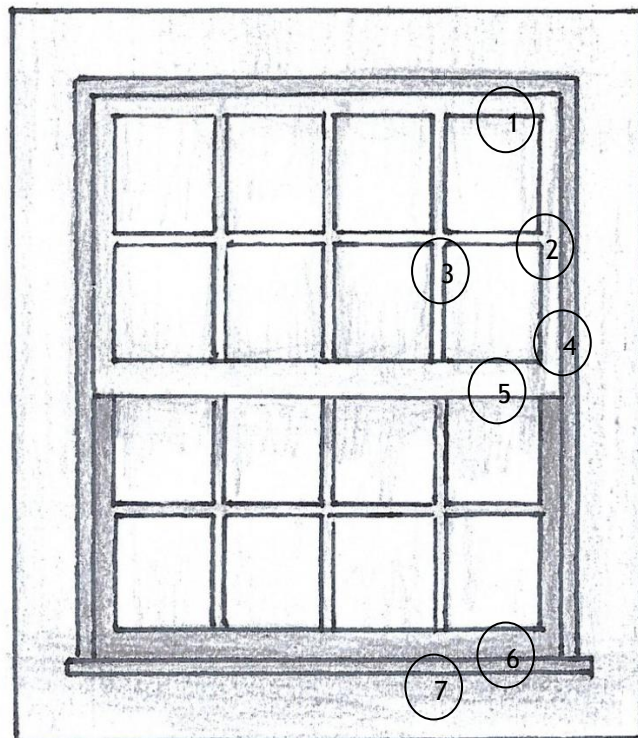


Imagem 80 - Esquema de uma janela de guilhotina, com uma esquadria quadrangular preenchida por vidro. Esquema baseado no mapa de vãos dos casos de estudo

- 1-Travessa Superior
- 2- Couceira
- 3- Pinázio
- 4- Aro
- 5- Travessa Inferior
- 6- Travessa de Peito
- 7- Peitoril



## 4.5.2 Caixilharias interiores

### **Portas:**

Em geral, as portas dos compartimentos principais eram rematadas por uma bandeira com um caixilho de vidro que permitia a passagem da iluminação proveniente dos vãos e da claraboia aos espaços interiores (Imagem 81).

O caixilho das portas, com uma ou duas folhas de abrir, era formado por uma esquadria de couceiras e travessas, que se subdividia por uma quadrícula de travessas intermédias ou couceiras intermédias, ligadas pelo sistema macho-fêmea (Imagem 82). Estas quadrículas eram preenchidas por almofadas ou decoradas com vários pormenores ornamentais. Os princípios construtivos das caixilharias interiores são os mesmos que são utilizados nas caixilharias exteriores.

### **Portadas:**

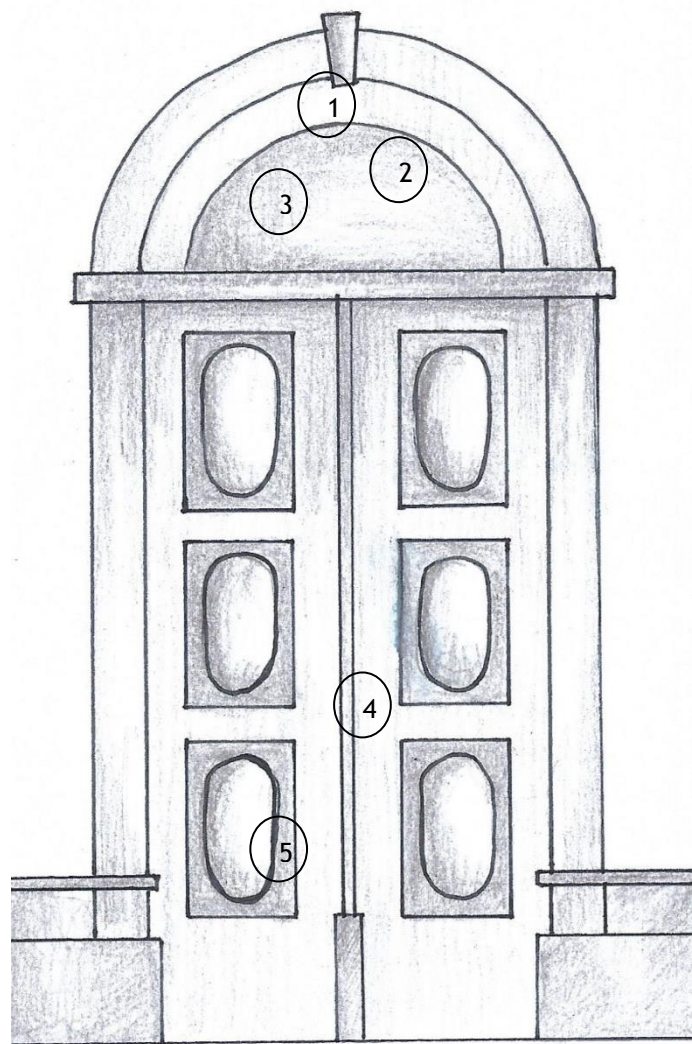
As portadas eram usualmente divididas em três folhas de abrir. Desta forma, quando as portadas estivessem abertas, as folhas eram recolhidas na parte interior do aro de gola das ombreiras de cantaria. Os seus caixilhos seriam semelhantes aos caixilhos das portas interiores.

### **Janelas:**

No interior, as janelas localizavam-se essencialmente na caixa de escadas e possibilitavam a iluminação dos espaços interiores adjacentes. A construção é semelhante às janelas exteriores, do mesmo tipo, sendo que por norma as janelas interiores eram de guilhotina.

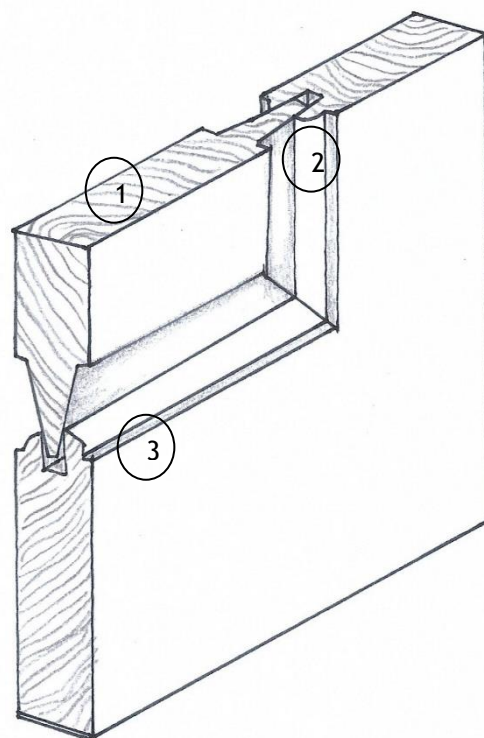


Imagem 81- Esquema de uma porta interior, encimada por uma bandeira que possibilita a passagem de luz, de duas folhas. Esquema baseado no mapa de vãos dos casos de estudo



- 1-Bandeira
- 2- Travessa da Bandeira
- 3- Travessa Superior
- 4- Almofada
- 5- Travessa Inferior

Imagem 82 - Esquema do sistema de encaixe macho-fêmea



- 1-Almofada
- 2- Couceira
- 3- Travessa Inferior



## CASOS DE ESTUDO

### Parte prática

# 5

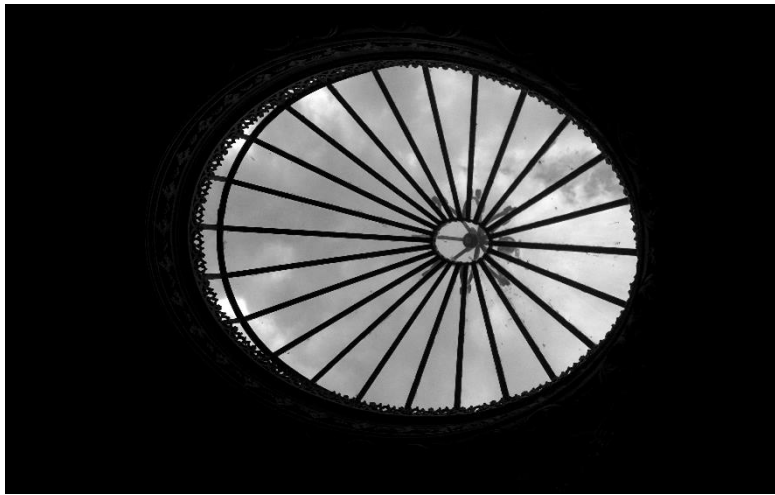


Imagem 83- Claraboia da Casa dos Pobres, 1992

## Capítulo 5

### 5.1. Enquadramento

#### 5.2. Casa 77

##### 5.2.1. Elementos Primários e Secundários

##### 5.2.2. Pavimentos

##### 5.2.3. Revestimentos

##### 5.2.4. Caixilharias

###### 5.2.4.1. Vãos Exteriores

###### 5.2.4.2. Vãos Interiores

##### 5.2.5. Tetos

#### 5.3. Casa dos Pobres

##### 5.3.1. Elementos Primários e Secundários

##### 5.3.2. Pavimentos

##### 5.3.3. Revestimentos

##### 5.3.4. Caixilharias

###### 5.3.4.1. Vãos Exteriores

###### 5.3.4.2. Vãos Interiores

##### 5.3.5. Tetos

Imagem 84 - Fotografia de Satélite da cidade de Guimarães. Marcação dos dois casos de estudo, 2018



## 5.1 Enquadramento

Nesta parte do trabalho pretende-se desenvolver os conhecimentos adquiridos com a investigação descrita nos capítulos anteriores e por isso a escolha de dois edifícios para elaborar duas propostas de reabilitação.

Dado que o tema da dissertação se prende com a identidade cultural vimaranense marcada pelas suas construções do centro histórico, esta foi a área escolhida para intervir. De forma a facilitar a sua descrição, os edifícios foram nomeados como Casa 77 (Imagem 85) e Casa dos Pobres (Imagem 86).

O centro histórico de Guimarães prima pela sua riqueza a nível do espaço público e do tratamento dado à componente social, essencialmente largos e praças. Estes casos de estudo remetem para dois locais perto de largos e praças- o Largo dos Laranjais e o Praça de Donães. A nível da localização habitacional, ambos se situam em locais privilegiados no que se refere a acessos e a vida social. Nas suas proximidades, localizam-se serviços, equipamentos e pequenos comércios de rua como lojas, restaurantes e cafés. Entre eles existem dois dos grandes marcos do centro histórico - a Praça da Oliveira e a Praça de Santiago. Todos os dias, estas zonas se enchem de movimento - pessoas nos seus locais de trabalho, pessoas que circulam atraídas pela cidade, turistas que visitam o património edificado ou simplesmente a aproveitar o final dos dias nas muitas esplanadas que vão surgindo e invadindo o espaço público - sobre o olhar atento dos moradores, nas suas varandas. O ambiente que aqui se vive diariamente é de grande interação social, no qual não são diferenciadas idades ou pessoas. Pelas ruas ouve-se a música que sai dos estabelecimentos comerciais, os mais velhos que vão apregoando as suas histórias de vida e maldizendo o estado em que chegou o país, enquanto que de fundo a Igreja da Nossa Senhora da Oliveira enche o espaço com o ranger dos seus sinos, indicando as horas aos mais distraídos.

Valorizando o trabalho desenvolvido pelo GTL e seguindo o seu exemplo, nos casos de estudo pretende-se demonstrar que a reabilitação não tem de seguir uma linha de pensamento de falsas aparências e/ou fachadista que se reflete numa atitude contrária à identidade construtiva que se pretende manter e enaltecer. Ou seja, ao invés de se demolir as construções para se voltarem a construir com a mesma imagem, mas com materiais mais modernos, é necessário perceber os seus problemas e resolvê-los, mantendo a sua linguagem construtiva. Através do capítulo 3, onde mostra a evolução construtiva habitacional do centro histórico, compreende-se que muitas foram as fases desde as primeiras habitações até às atuais. Desta forma, as tipologias dos exemplos que aqui se seguem são bastante diferentes e apesar de se basearem no mesmo sistema construtivo transparecem épocas, estilos e poderes económicos diferentes por parte dos seus donos. Entre a sua data de construção e até à atualidade, as duas habitações sofreram alterações, como acrescentos e o uso de outros materiais. Com as propostas de reabilitação que se seguem pretende-se dar uma nova vida e uma nova fase, criando novas memórias num edifício que por ele próprio já transmite histórias antepassadas.



Imagem 85 - Fachada Este da Casa 77, 2017



Imagem 86 - Fachada Norte da Casa dos Pobres, 2017  
Após transformação para ACT



## 5.2 Casa 77

Localizado na Rua João Lopes Faria, perto do Largo dos Laranjais (Imagem 87), o edifício número 77 é uma habitação unifamiliar que se desenvolve em três pisos. É um dos tipos de casa mais usuais no centro histórico de Guimarães. Enquanto as suas fachadas apresentam pouco comprimento, a habitação estende-se ao longo do lote estreito, ocupando-o na totalidade. Nesta casa tipicamente comum são utilizados os materiais tradicionais, já analisados anteriormente. Através da sua fachada Este, percebe-se que o edifício já foi alvo de ampliação. O último piso, mais balanceado para a rua como símbolo de acrescento, não estava no desenho original e por necessidade dos moradores foi acrescentado (IMAGEM 88).

Na pré-existência, o piso térreo contém uma cozinha, uma sala e uma instalação sanitária. Pela sua construção, percebe-se que o espaço onde está a cozinha e a instalação sanitária resultou de um aumento posterior que ocupou a totalidade do lote. O piso intermédio era dedicado inteiramente a dois quartos e o último piso existe um quarto e outro balcão de cozinha. O levantamento do existente está registado nas peças desenhadas, em anexo.

A proposta de alterações destina-se a um casal e pretende manter as funcionalidades ocupacionais da casa, isto é, no piso térreo um espaço comercial e habitação unifamiliar nos restantes. O espaço comercial poderá, ou não, ser explorado pelos proprietários da habitação visto que os acessos se encontram separados. Neste piso térreo são propostos uma instalação sanitária e um pequeno espaço de arrumos, que não condicionam o restante espaço. Propõe-se o rebaixamento da cota de soleira para que o seu interior possa ter um pé direito mais confortável, principalmente tratando-se de uma zona comercial.

Ao nível do primeiro andar encontra-se uma cozinha, uma instalação sanitária de serviço e um espaço para sala. Entre estas divisões não existem barreiras fixas que condicionem a circulação entre elas ou até mesmo a passagem de luz, visto que não há aberturas de vãos laterais. Na possibilidade de impedir a propagação de cheiros e barulhos da cozinha existe uma porta de correr que poderá fechar o espaço. Aproveitando a extensão do piso térreo até ao final do lote, será usufruído o espaço da cobertura do mesmo para a criação de um pátio, com ligação à zona da cozinha. No pré-existente, encontra-se uma saída de tubagens de evacuação de fumos da cozinha que existiria no piso térreo. Propõem-se que esta deixe de existir e que a saída de circulação de ar necessária para a loja e a respetiva instalação sanitária seja redefinida de forma a não entrar em conflito com o novo pátio que se pretende criar.

No segundo andar, com um pé direito superior aos restantes, encontra-se o quarto, um closet e uma instalação sanitária completa. No desenho da cabeceira da cama, existe um avançado que servirá as zonas técnicas e também de alguns arrumos laterais. Enquanto era comum a existência de várias divisões de pequeno tamanho, aqui decidiu-se criar a maior fluidez possível do espaço para contrariar, de alguma forma, o seu tamanho reduzido e por isso a decisão de transformar a habitação em T1.

Imagem 87- Largo dos Laranjais, 2018



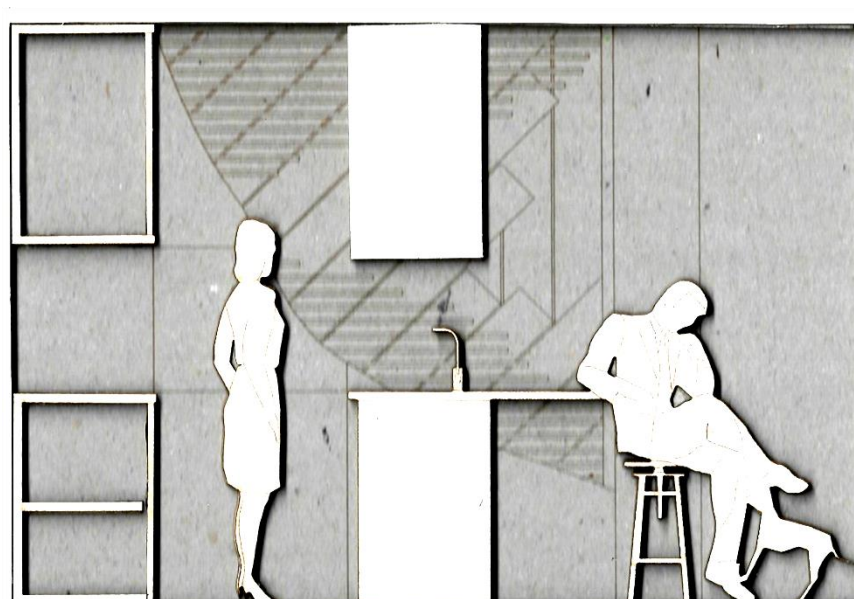
Imagem 88- Relação da Casa 77 com a envolvente, 2018



Imagem 89- Interior da habitação, em fase de remodelações



Imagem 90- Maquete esquemática do interior da parede em taipa de fasquio. Zona da cozinha no primeiro andar



### 5.2.1 Elementos Primários e Secundários

Quanto ao sistema construtivo propõe-se a manutenção, sempre que possível, do existente. As paredes das fachadas, Este e Oeste, são construídas em taipa de rodízio (Imagem 89) e as paredes laterais em alvenaria de granito. Como resultado de várias obras ao longo do tempo, a estrutura do interior da casa é irregular e encontra-se em mau estado, por isso propõe-se uma nova estrutura obtendo lajes menores e reforçadas para os novos usos. Estas novas lajes incluem ainda a introdução de lâ de vidro para melhorar o isolamento e são conseguidas através de vigas “*LVL I-joist*”. As paredes interiores e escadas são construídas utilizando o sistema da taipa de fasquio (Imagem 90). A estrutura em madeira da varanda será reparada e mantida, respeitando o seu desenho e pormenorização originais. O gradeamento original também será mantido, após um processo de manutenção. O mesmo desenho do gradeamento será utilizado para a varanda do Alçado Oeste.

Relativamente à cobertura, é proposta uma nova estrutura, utilizando o mesmo sistema de vigas e barrotes, introduzindo poliestireno extrudido, tipo “*Roofmate*”, para cumprir funções de isolamento. No revestimento exterior, a telha será substituída por telha cerâmica, tipo canudo de cor natural e com subtelha tipo “*Onduline*”. A cota de cércea será mantida e os beirados serão em forra de madeira pintada de castanho escuro (cor original). Os caleiros e tubos de queda, assim como os rufos, serão também substituídos por novos de chapa zincada. A chapa zincada terá o acabamento de cor semelhante ao resto do conjunto.

### 5.2.2 Pavimentos

Os pavimentos irão assentar diretamente nas novas lajes e propõem-se um soalho em madeira, lixado e envernizado com verniz sem brilho. Nas zonas de cozinha e instalações sanitárias será colocado um revestimento cerâmico designado de *Calata Branco*, da *Pavigrés*. Para o pavimento do pátio será utilizado deck de madeira maciça. Na instalação sanitária de serviço será aplicado revestimento cerâmico designado de *Branco Mate*, da coleção *Arte-Nova*, da *Pavigrés*.

### 5.2.3 Revestimentos

Quanto às fachadas, de forma a manter a imagem original da habitação o revestimento será tratado, mantendo a parede rebocada, estanhada e pintada com a mesma paleta de cores. As paredes interiores, de fasquio, serão rebocadas e pintadas a branco. Na zona da cozinha, a parede junto aos móveis e bancada será em mármore branco, assim como a parede do chuveiro da instalação sanitária completa. Por último, a estrutura avançada da cama será revestida com ripas de *mdf* na vertical, de tom claro.



## 5.2.4 Caixilharias

### 5.2.4.1 Vãos Exteriores

No Alçado Este, as caixilharias de madeira serão substituídas por outras com o mesmo desenho de esquadrias, caixilhos e portadas. As madeiras serão tratadas e pintadas com tinta de óleo da mesma cor. Visto que se mantém o desenho fiel da fachada Este, na fachada Oeste dos pisos superiores serão construídos *panos de vidro* que mantêm uma esquadria inspirada nas esquadrias dos vãos exteriores da fachada Este. Estas caixilharias serão em alumínio de cor preta.

### 5.2.4.2 Vãos Interiores

As caixilharias interiores seguirão o desenho tradicional das casas típicas do centro histórico de Guimarães, simples e em madeira de cor clara. No piso térreo, a grande porta de acesso à zona comercial será pivotante e os seus caixilhos serão em alumínio de cor preta, como na fachada Oeste.

## 5.2.5 Tetos

O revestimento assente nas lajes entre pisos é conseguido por ripas de madeira de pinho, de cor clara.

## 5.3 Casa dos Pobres

*“Donães... Alguém invocou Dona Nais remota e vaga dama, o tempo a corromper-lhe o nome.” (Ferreira & Moreno, 1997)*

*“... uma antiga dama e fidalga exercia sobre os artífices (...) parte do seu tempo a alumiar os ferreiros para assim efectuarem os trabalhos da forja. Segundo a tradição oral, essa nobre mulher inspirava os artífices com a sua beleza e virtuosidade, na criação de peças forjadas que hoje enriquecem alguns museus e casas brasonadas deste País e no estrangeiro.” (Ferreira, 1996)*

É esta tão celebre Praça de Donães (Imagem 91) que faz frente a uma das fachadas deste segundo edifício dos casos de estudo. Renovada recentemente, esta praça trouxe uma nova oportunidade a este local, que agora se enche de pessoas nos cafés e restaurantes ou somente de passagem. Neste local, existia anteriormente um edifício completamente descaracterizado e que dividia os acessos às ruas principais, criando becos. Este edifício servia, entre outros serviços, a cantina social do Lar de Santo António e por isso ficou conhecido como a “Casa dos Pobres” (Imagens 92 e 93). Apesar de ser este o nome adaptado para este caso em nada se assemelha à riqueza arquitetónica do edifício em questão.

Inserese num quarteirão de três frentes e uma empena lateral, onde existe um edifício adjacente de três pisos. A sua presença é enagável pois, com quatro pisos apresenta-se como um palacete burguês típico do século XIX, que relembra o revivalismo oitocentista sentido na data.

Em 2016, este edifício foi transformado para sede da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) e foram aplicadas as técnicas tradicionais de construção, reabilitando um edifício habitacional para serviços. Como forma de alargar o estudo desta dissertação às tipologias das casas típicas do centro histórico, e apesar de este tipo de edifício não ser muito usual, decidiu-se reatribuir-lhe o título habitacional. Esta opção prende-se também com a capacidade de perceber como diferentes tipologias de edifícios poderão ser reabilitados segundo os novos padrões de necessidades, mas com as mesmas técnicas construtivas. Efetivamente, estes dois casos de estudo diferem muito entre si. Enquanto o primeiro caso é um edifício pequeno e estreito de três andares, este é um edifício muito maior, de quatro pisos, marcado pelos materiais que emergiram no século XIX e por uma claraboia com um grande lanternim. Numa primeira aproximação a este edifício percebe-se que as suas paredes estruturais são todas em alvenaria de granito até ao nível do terceiro piso e as paredes interiores em taipa de fasquio. O quarto piso é em taipa de rodízio e poderá tratar-se de um aumento tardio à construção inicial. O seu interior é bastante compartimentando, revelando um grande conjunto de salas. O levantamento do existente está registado nas peças desenhadas, em anexo. A intenção que sempre fundamentou os dois casos práticos seria de manter ao máximo o pré-existente de forma a respeitar a identidade dos edifícios e as próprias memórias que foram registando ao longo dos anos quem passava neles e por eles.

Assim, o piso térreo, e seguindo a linguagem das habitações típicas do centro histórico de Guimarães, será destinado a duas zonas comerciais. Uma das quais abre para a Praça de Donães e a outra para o lado oposto da rua onde também existe este tipo de comércio. Propõem-se entradas autónomas para cada espaço comercial e outra para a habitação.

O primeiro andar, acolherá os espaços de carácter social. Neste pretende-se um espaço aberto entre a zona da cozinha, da sala de jantar e da sala de estar. Estas transições de espaços são marcadas pela altura dos tetos e pela lareira que, como uma parede, divide as salas e de certa forma resguarda a sala de estar. Neste andar propõe-se ainda um escritório com um grande janelão para a zona das escadas e de chegada, e uma instalação sanitária de serviço. Em todos os andares existe um hall no patamar de chegada que divide os lados da habitação. Neste andar, o hall divide a zona de escritório e das salas, sendo que entre este e o escritório existe mais um, de dimensões inferiores, que é mais privado e dá acesso direto à cozinha e à instalação sanitária.

O segundo andar destina-se às zonas privadas. Seguindo a mesma linguagem, propõe-se uma suite, dois quartos, uma instalação sanitária completa e uma zona para lavandaria. Esta instalação sanitária distingue-se por se dividir em dois patamares sendo um, a uma cota superior, dedicado a banhos com uma zona de duche e uma banheira. A estrutura de madeira que produz o avançado onde encosta a cama permite zonas técnicas para a recuperação de calor proveniente da lareira do primeiro andar para os restantes.



Imagem 91- Praça de Donães,  
atualmente



Imagem 92- Edifício conhecido como  
'Casa dos Pobres'



Imagem 93- Obras para demolição  
do edifício para dar lugar à Praça  
de Donães



Por último, no último piso propõe-se um quarto, que poderá servir para visitas, uma instalação sanitária completa e um salão didático, que se divide entre uma sala de estudo e outra de jogos. A compartimentação original é praticamente mantida pelo aproveitamento das paredes interiores, onde agora surgem novos espaços. Por cima da caixa de escadas existe uma grande claraboia que ilumina o espaço. No último piso, existe também um vão, que apesar de não ser acessível, deixa passar a luminosidade para o interior da sala de estudo.

### 5.3.1 Elementos Primários e Secundários

Quanto ao sistema construtivo propõe-se a manutenção, sempre que possível, do existente. Tanto as paredes das fachadas, construídas em granito, como as paredes interiores, construídas em taipa de fasquio (Imagem 94), serão preservadas. A introdução de novas paredes interiores seguirá a mesma ordem e serão em taipa de fasquio. As estruturas de apoio à caixa de escadas e pisos serão reforçadas e conservadas o máximo possível. O corrimão existente também será aproveitado, lixado e pintado novamente da mesma cor que os rodapés.

A estrutura da varanda será também mantida assim como os gradeamentos, que serão reparados, mantendo o mesmo aspeto e desenho.

Relativamente à cobertura, e seguindo a mesma ordem de ideias, será reforçada a sua estrutura e substituídas as vigas e barrotes que já não se encontrem em bom estado. Contrariamente ao caso anterior onde a cobertura era apenas de duas águas, esta casa apresenta uma estrutura mais complexa. A armação da cobertura assenta numa viga transversal que é apoiada nas paredes laterais e em vigas em tesoura, que se unem noutra e trava as anteriores. É nesta estrutura que é pregado o varedo e o suporte para a telha. Propõe-se ainda a utilização de poliestireno extrudido, tipo “Roofmate”. A telha será substituída por telha cerâmica, tipo canudo de cor natural e com subtelha tipo “Onduline”. Os caleiros e tubos de queda, assim como os rufos, serão também substituídos por novos de chapa zincada que terá o acabamento de cor branca.

Na claraboia (Imagem 95), a estrutura será reforçada e o seu lanternim (Imagem 96) será renovado e revestido, na base, com a mesma telha que a restante cobertura.

### 5.3.2 Pavimentos

Dado o mau estado do soalho, este será substituído por um novo de madeira, lixado e envernizado com verniz sem brilho. Nas instalações sanitárias e lavandaria será utilizado um revestimento cerâmico designado de *Carrara Cinza*, da *Pavigrés*. Na instalação sanitária do terceiro piso, a zona destinada a banho será revestida a mármore branco. A estrutura entre piso será mantida e reforçada quando assim for exigido. Propõe-se ainda a utilização de lâ de vidro para melhor as condições de isolamento térmico e acústico.

Imagem 94 - Parede em taipa de fasquio, primeiro andar



Imagem 95- Registo do estado da claraboia e os seus desenhos em estuque

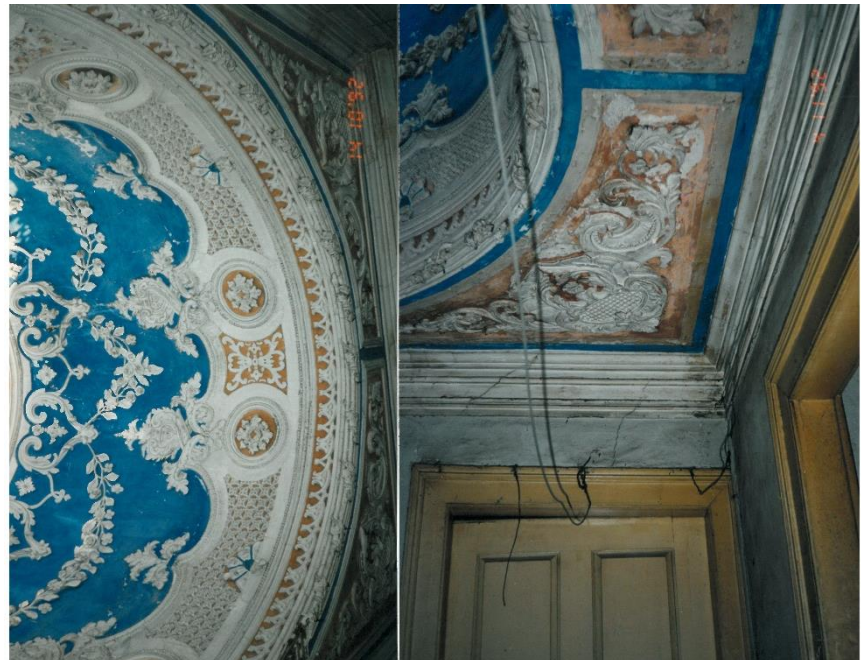


Imagem 9576 - Lanternim, com chapa zincada à vista





### 5.3.3 Revestimentos

Ao nível das fachadas, pretende-se manter a mesma imagem. Assim os azulejos e os soletos da ardósia (Imagem 97) serão restaurados e/ou substituídos mantendo a mesma paleta de cores. Os soletos de ardósia revestem o último piso e na fachada que faz frente com a praça os soletos são divididos entre branco e azul, enquanto que nas restantes são todos da mesma tonalidade. A fachada da empena é também revestida a soletos de ardósia e os beirais da cobertura são brancos.

Pelo interior, os rebocos do granito serão picados para se poder conseguir novos. Os rebocos das paredes serão todos pintados a branco. As paredes da instalação sanitária do primeiro andar serão revestidas com um cerâmico designado de *Carrara Cinza*, da *Pavigrés*, até à altura da caixilharia do vão.

Devido à degradação dos tetos em estuque (Imagem 98) com desenhos decorativos, estes serão retirados. Somente na claraboia serão recuperados os mesmo desenhos e cores por se tratar de um elemento significativo no contexto da casa.

### 5.3.4 Caixilharias

#### 5.3.4.1 Vãos Exteriores

Nas três fachadas, as caixilharias de madeira serão substituídas por outras com o mesmo desenho de esquadrias e caixilhos, de tom branco. Os desenhos da caixilharia existente deverão manter-se em todos os vãos.

#### 5.3.4.2 Vãos Interiores

Todas as caixilharias interiores deverão ser mantidas e renovadas quando assim for necessário. A cor escolhida é um amarelo ocre, de tom claro, semelhante ao existente de tinta de óleo (Imagem 99). As bandeiras que se encontram em vãos interiores deverão receber um vidro novo, simples e translúcido. Todas molduras e rodapés deverão ser pintados da mesma cor de forma a unificar a imagem ao longo da habitação. As portadas, restauradas e com almofadas semelhantes às portas interiores, deverão ser pintadas da mesma cor pelo interior e de branco pelo exterior, que é a cor das caixilharias exteriores.

### 5.3.4 Tetos

Dada a altura elevada do pé direito, nas zonas de quartos, instalações sanitárias e cozinha os tetos serão rebaixados através de um teto falso, em gesso cartonado. Os tetos das instalações sanitárias e cozinha serão hidrófugados, devido à quantidade de humidade a que estão expostos. Os tetos serão ripas de madeira de pinho e deverão ser pintados a branco.

Imagem 97 - Soleto de ardósia. Exemplar removido da casa



Imagem 98 - Degradação dos tetos estucados, 1992

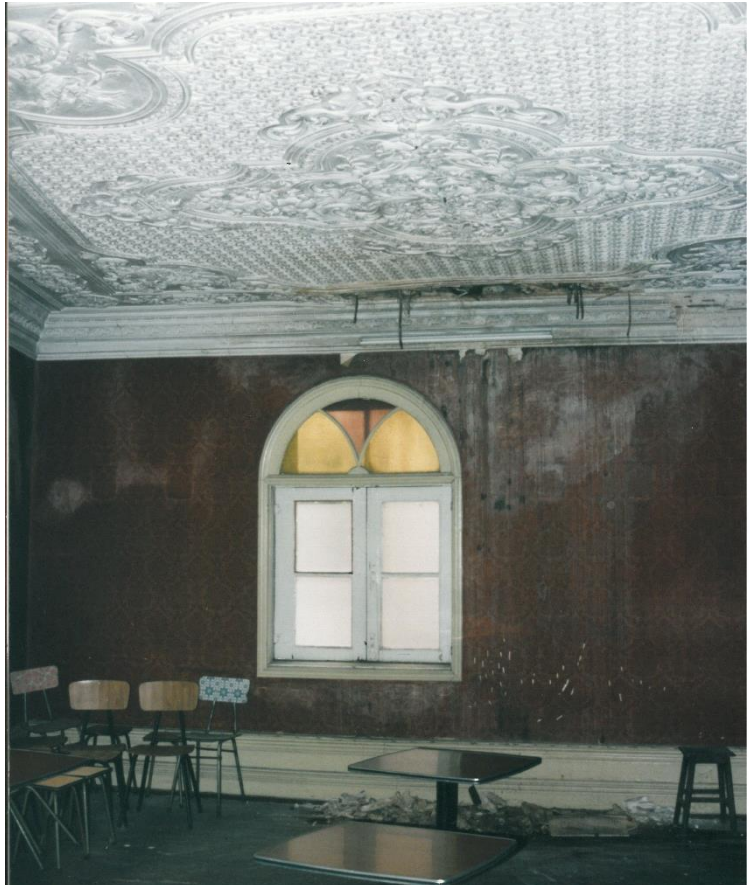


Imagem 99 - Paleta de cores em tinta de óleo, testados numa ripa de madeira. A seleção indica a cor escolhida para pintar os rodapés, portadas e caixilharias







## CONSIDERAÇÕES FINAIS

6



Imagem 100 - Casas da Praça de Santiago, Guimarães



A procura inicial para o desenvolvimento da presente dissertação surgiu com a necessidade de perceber o conceito de centro histórico e como este foi evoluindo até a atualidade. Desta forma, o centro histórico surge como o local que concentrava as funções sociais, económicas e culturais através dos espaços dedicados ao comércio, à administração pública e a empresas, sendo que a componente mais importante, e em torno da qual funcionavam as outras, era a habitação. Com a necessidade de expansão, as zonas da periferia começaram a encher-se de novas habitações, levando a que os moradores fossem abandonando progressivamente os centros. A importância de reabilitar os espaços abandonados que caíram em decadência parte da vontade de retomar os centros históricos como centros habitacionais. É através das fachadas do edificado e a forma como a malha urbana as abraça que nasce uma imagem urbana característica. Se o património é a valorização do passado, o centro histórico é também parte dele. A degradação de um implicará sempre a do outro, respetivamente. O espaço público é um elemento fundamental para a vida social pois é este que promove o encontro e onde acontecem as atividades urbanas. Caso o centro histórico não providencie de um espaço agradável e convidativo a componente social será perdida. Por último, a questão da mobilidade dentro do espaço também deverá ser parte integrante, ou seja, é necessário ter noção das novas preocupações, até mesmo ambientais, de forma a que os centros históricos não sejam invadidos por carros, que ocupam o espaço público. Todos os elementos que constituem o centro histórico precisam de encontrar um equilíbrio para funcionarem visto que, caso um dos elementos entre em processo de degradação comprometerá todos os outros, como se se tratasse de um ciclo.

Antes de se focar no centro histórico de Guimarães são apresentados dois exemplos considerados importantes para a dissertação - Varsóvia e Lisboa - que se reinventaram após uma situação de desastre total e devolveram a vida aos seus centros históricos. Seja pela sua imagem ou pelo lado construtivo, a escolha de um exemplo em Portugal e outro na Polónia pretende demonstrar que as preocupações na preservação identitária e cultural transcende países e sociedades. O exemplo de Varsóvia aplica-se num contexto pós-guerra que não existe em Portugal. Efetivamente, após ser destruída na II Guerra Mundial, a cidade moveu-se para uma reconstrução fiel ao existente, baseando-se em documentos escritos, pinturas e nas memórias da população. Neste caso, é valorizado o esforço coletivo de um povo que pretendia afirmar as suas tradições e património cultural, que fora perdido. O conhecimento deste caso instigou uma visita ao local que se revelou um pouco desmotivadora. Toda esta intervenção é hoje tratada como um museu ao ar livre e as suas funções enquanto centro urbano deixaram de existir, visto que a cidade cresceu à sua volta e alterou os seus espaços sociais. O exemplo de Lisboa expõe a criação de um plano urbanístico urgente após a destruição da cidade após o terramoto de 1755. Neste contexto surge também o sistema construtivo antissísmico, intitulado de sistema em gaiola, que marca uma fase construtiva de extrema importância, até a nível nacional. Outrora a baixa pombalina representava o centro da cidade, mas atualmente apresenta-se como um local envelhecido com o seu edificado habitacional em progressiva degradação. Caso não exista um investimento correto para a recuperação destes espaços vão acabar por cair em ruínas, pois não são atrativos nem correspondem às necessidades habitacionais atuais. Outro problema observado na baixa pombalina é a transformação para unidades hoteleiras que substituem as habitações e os moradores.

Com a valorização económica desta zona o valor do imobiliário também acresce, dificultando o acesso às habitações.

Guimarães desde cedo se destacou no panorama da construção pelo seu património edificado, e principalmente pelas intervenções do GTL. Este gabinete foi, e ainda é, fundamental na preservação dos valores do centro histórico enquanto impulsionador das atividades sociais e económicas urbanas. Trabalhar para e com a população é a melhor forma de descrever o GTL, que procurou conhecer as estruturas habitacionais e os modos de vida, de forma a resolver, caso a caso, os problemas que iriam surgindo.

A habitação típica do centro histórico de Guimarães é maioritariamente influenciada pela construção medieval, assim como o desenho da malha urbana. Com a investigação realizada focou-se em dois tipos de casa: a casa comum, que existe em maior número, e o palacete burguês que surgindo num contexto de crescimento económico e expansão da cidade, no século XIX, apresenta novos materiais e maior preocupação estética. Ambos os casos utilizam o mesmo sistema estrutural, que é típico desta cidade.

De facto, o centro histórico de Guimarães deverá ser um exemplo a seguir. As suas preocupações em manter as memórias locais enquanto fator de identidade levaram a que, atualmente, neste local convivam moradores, visitantes e turistas que disfrutem de um espaço público renovado e atrativo, e apreciam o património da cidade.

*“Em verdade há que defender, teimosamente, a todo custo, os valores do passado mas há que defendê-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua atualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas “ (Távora 2006)*

Para finalizar, com o terminar desta jornada não posso deixar de realçar o quanto a concretização desta dissertação foi importante para mim. A nível pessoal, conseguiu com que me tornasse ainda mais sensível às questões sociais, que me apaixonasse cada dia mais pela minha cidade e por todo o seu património. A nível de estudos e investigação, enriqueceu os meus conhecimentos arquitetónicos, especialmente ao nível construtivo. Agora que tomei conhecimento das estruturas habitacionais e da importância delas num contexto urbano gostaria de poder continuar a desenvolver esta temática, encarando esta dissertação como um possível ponto de partida na área da reabilitação em contextos históricos. Para um futuro, surgem as possibilidades de como conciliar as técnicas tradicionais com os métodos atuais, oferecendo possíveis soluções. Acima de tudo, gostaria de conseguir que a Arquitetura fosse encarada como um pilar ao serviço da população, dos seus valores e das suas memórias.

Para a minha memória ficam todos os passos gastos a desbravar as ruas históricas, todo o tempo passado em parceria com o GTL, as histórias que fui ouvindo atentamente e o amor que partilhei com os meus, pelo enaltecimento do nosso berço.



## BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, José. “Guimarães: (re)habitação e conservação do património urbano.” *ReHabitat Centros Antigos*, 1998.
- Almeida, Carlos Alberto Ferreira de. *Património: Riegl e hoje*. Porto: Faculdade de Letras, 1993.
- Amaral, Domingos. *Quando Lisboa Tremeu*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.
- Braudel, Fernand. *Civilização material, Economia e Capitalismo, Séculos XV - XVIII, volume I*. Lisboa: Editorial Teorema, 1994.
- Calado, Rafael Salinas. *Azulejo, 5 Anos de Azulejo em Portugal*. Edição CTT, 1986.
- Caldas, Padre António José Ferreira. *Guimarães: Apontamentos para a sua história*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1996.
- Calvino, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Lisboa, 1997.
- Cávem, Mara. “Centros históricos contemporâneos: mudanças de perspectiva na gestão .” Lisboa, 2007.
- Choay, Françoise. *As questões do património - Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- Cruz, José. *Centro Histórico de Guimarães - Património da Humanidade*. Guimarães: Audiovisuais Ilídio Inácio, 2002.
- Dalborowa, R. P. “Warszawa: Panstwowe Wydawnictwo Naukowe.” 1985.
- DGOTDU. *Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território*. Lisboa: Coleção Informação; Direção de Estudos e Planeamento Estratégico, 2005.
- Faria, João Lopes de. “*Efemérides Vimaraneses*”. . Guimarães: Manuscrito da Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, volume 2, 1853.
- Ferreira, Domingos. *O comércio de Guimarães*, 1996.
- Ferreira, Maria da Conceição Falcão. *Dissertação: “Guimarães: Duas vilas, um só povo - estudo de história urbana”*. Braga: Universidade do Minho, 2010.
- Ferreira, Maria da Conceição Falcão, e Humberto Baquero Moreno. “Guimarães: duas vilas, um só povo.” 1997.
- França, José Augusto. *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. Lisboa: Ministério da Educação, 1989.
- Gehl, Jan, e Lars Gemzøe. *Novos espaços urbanos*. Barcelona: Editorial Ggustavo Gili, 2002.
- Gestas, Alexandra. *Sentimentos Nativos in Diálogo das edificação*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998.
- Goitia, Fernando Chueca. *Breve historia do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.
- Grade, Fernando Silva. “Existe um regulamento para o centro histórico de Lisboa? Se existe, não parece! .” *Público*, 2016.
- Grande, Nuno. “*O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas*”. . 2012.
- Guimarães, Câmara Municipal de. *Guimarães do Passado e do Presente*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012.

- Heitor, Teresa. ““O Palimpsesto Urbano”, .” *AETécnico*, n.º 7,, 2004.
- Henrique, Conde D. *Primeiro Foral Português*. 1096.
- ICOMOS. *Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas*. Washington D.C: ICOMOS, 1987.
- Lacaze, Jean-Paul. *A cidade e o urbanismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- Lanzinha, João Carlos Gonçalves. *Reabilitação do edificado em Portugal - uma tarefa urgente e exigente*. Artigo Construir Reconstruir, 2017.
- Mateus, João Mascarenhas. *A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2005.
- Meyra, João Monteiro de. “*O Concelho de Guimarães (estudo de demographia e nosographia)*”. Porto: Typographia a vapor da Empreza Guedes, 1907.
- Nora, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo, 1993.
- Nowak, Pawel. *MUNDO*, Agência EFE, 2013.
- Oliveira, Marta M. Peters Arriscado de, José Ferrão Afonso, e Sílvia - “Guimarães ad radicem montis Latito”, *Revista Monumentos*, 33, 2013. Ramos. *Revista Monumentos*, Nº33. Instituto da Habitação e da Reabilitaç, s.d.
- Oliveira, Marta, José Ferrão, e Sílvia Ramos. “Guimarães "ad radicem montis Latito".” *Revista Monumentos*, Nº33 (Instituto da habitação e da reabilitação urbana IP. Fundação cidade de Guimarães), 2013.
- Pereira, Nuno Teotónio , e José Manuel Fernandes. *A Arquitectura do Fascismo em Portugal in O Fascismo em Portugal (Actas do Colóquio)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1992.
- Ribeiro, J. Casimiro. “O jornal, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.” “*Recuperação e revitalização do Centro Histórico de Guimarães*”, 23 de 03 de 1989.
- Rubió, Manuel de Sola-Morales i. “Espaços Públicos/Espaços Colectivos.” *Revista Urbanismo*, 4 (Revista do Urbanismo, número 4), 1999.
- Ruskin, John citado por Françoise Choay. *As questões do património - Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- Ruskin, John. *Las Siete Lámparas de la Arquitetura*. Barcelona: Editorial Alta Fulla, 1987.
- Sacadura, João Paulo. *Património da Humanidade em Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 2006.
- Salgueiro, Teresa Barata. *A cidade em Portugal - Uma geografia urbana*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- Schimidt, Luísa, e Rui Cardoso. “Abandono mata Centros.” *Expresso*, 2007.
- Seixas, João. ““Dez teses sobre o centro histórico de Lisboa”.” *Público*, 2016.
- Távora, Fernando. *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP Publicações, 2006.
- Teixeira, Gabriela, e Margarida Belém. *Diálogos de edificação*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998.
- Teixeira, Joaquim José Lopes. *Descrição do Sistema Construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX - Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Porto, 2004.
- Trigueiros, Luís. *Fernando Távora*. Lisboa: Blau, 1993.

UNESCO. "World Heritage List." <http://whc.unesco.org/en/list/30>, s.d.

VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, e Fernando GALHANO. *Casas do Porto in Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1992.